ELAINE CRISTINA PAGANOTTI REZENDE

A DESCENTRALIZAÇÃO DO COMÉRCIO TERCIÁRIO EM CAMPO GRANDE/MS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2022

ELAINE CRISTINA PAGANOTTI REZENDE

A DESCENTRALIZAÇÃO DO COMÉRCIO TERCIÁRIO EM CAMPO GRANDE/MS

Exame de Qualificação – Tese - apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local/Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO / DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

P131d Paganotti, Elaine Cristina
A descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS/ Elaine Cristina Paganotti sob orientação da Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho.-- Campo Grande, MS : 2022.
121 p.: il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Loca) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2022
Bibliografia: p. 112-118

1. Desenvolvimento econômico - Campo Grande (MS) - Aspectos sociais. 2. Desentralização do comércio. 3. Comércio terciário I.Castilho, Maria Augusta de. II. Título.

CDD: 338.9

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado especialmente a minha mãe, Francisca Manoel da Silva Paganotti *'in memórian'*, que Deus recolheu deste mundo, no dia 29 de março de 2021. Não ter minha mãe fisicamente em minha vida é um misto de vazio, tendo em vista uma parte de mim que falta e uma saudade permanente, levo no coração o sentimento de agradecimento a Deus, por ter permitido ser sua filha e pelos 44 anos que estivemos juntas.

Minha mãe foi meu exemplo de fé, coragem e amor. Sou a mulher que sou hoje, pela sua dedicação e cuidado, em cada fase da minha vida. Sou grata a minha mãe, por todos os ensinamentos, valores, coragem, caráter, o amor pela família e minha fé. Foi minha mãe e minha vó que me ensinaram os primeiros passos na fé. Amar a Deus sobre todas as coisas.

Após o falecimento da minha mãe, confesso que pensei em desistir do doutorado por diversas vezes, todavavia procurei forças para recomeçar no amor e exemplo de minha mãe, meu esposo e meus filhos, minha orientadora, que também é exemplo de fé e força e todas as pessoas que me inspiram e ajudam a construir a minha história, e, principalmente, pelo amor e presença de Deus em vida!

O conhecimento mediado pelos professores, em especial a Drª Maria Augusta de Castilho, transformou a minha vida. Assim, que eu possa continuar a ser a transformada e a transformar as pessoas que dividem comigo a minha história no aprender e ensinar.

Dedico a minha mãezinha, todas as minhas conquistas e em especial o doutorado, a mulher da minha vida! Muito obrigada por tudo! Eu te amo, continue cuidando de nós, sigo meu caminho sentindo seu amor e cuidado, agora não mais fisicamente, mas fortemente no meu coração e minhas marcas. Sigo meu caminho recebendo todo amor e cuidado do meu esposo, filhos, amigos, e, prinicpalmente , Deus Pai todo poderoso! A fé e experiência com Deus, não tem explicação, sentimos! Eu sinto a presença do Deus vivo todos os dias, ao caminhar pela estrada da vida, seja nos momentos de alegrias ou nos momentos de tristeza, afinal, a vida é como as batidas do coração, tem altos e baixos , sendo que o mais importante, é que para todos os momentos tenhamos o amor e misericórdia de Deus!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo infinito amor e proteção todos os dias da minha vida!

A minha mãe Francisca Manoel da Silva Paganotti, *in memória*, meu exemplo de força, coragem, fé e amor incondicional!

Ao meu esposo Cleber Oliveira Rezende e aos meus filhos: Rafael Paganotti dos Santos, Gabriel Paganotti Rezende e Maria Eduarda Paganotti Rezende, minha família, meu porto seguro!

À professora Drª Maria Augusta de Castilho, minha orientadora e amiga, parte da realização deste sonho. Ao meu lado, durante a elaboração da tese, guiou meus passos, sua competência, força e fé me acompanharam e acompanham em todos os momentos! Imenso carinho, respeito e admiração! Minha mestra! Minha eterna gratidão por todo conhecimento compartilhado na academia e na vida!

A todos os meus amigos, perto ou longe, mas sempre no coração, que me ajudaram e ajudam a escrever cada página em branco do meu livro da vida, em especial: Maisa Helena Pimenta, Karen Giuliano Soares, Ana Carla Fiirst dos Santos Porto e Maria Christina de Lima Félix Santos, que acompanharam de perto os desafios do doutorado.

Ao professor Drº Michel Ângelo Constantino de Oliveira, amigo, professor, minha eterna gratidão pelos ensinamentos e momentos compartilhados!

A professora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, uma inspiração, gratidão por todos os ensinamentos, tê-la em minha banca foi muito especial!

Agradecimentos aos professores DrºAlexandre Luzzi Las Casas e Drº Christian Luiz da Silva, pela participação em minha banca de defesa do doutorado e pelo conhecimento compartilhado!

A todos os professores do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, em especial: Arlinda Cantero Dorsa, Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, Josemar de Campos Maciel, Pedro Pereira Borges e Heitor Romero Marques e Reginaldo Brito Borges! Gratidão por todos os ensinamentos!

As secretárias do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local, Tatiane da Silva Machado e Bêlit Yandinara Lezcano, pela atenção e disponibilidade, sempre foram muito atenciosas comigo!

Aos colegas do doutorado pela convivência e aprendizado. A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho e minha formação!

Muito Obrigada!

“*Ainda que minha mente e meu corpo enfraqueçam. Deus é a minha força. Ele é tudo o que eu sempre preciso*

(Salmo 73:26)

REZENDE, Elaine Cristina Paganotti. **A descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS.** Tese (Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade). 2019. 121 fls. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – MS.

RESUMO

A presente tese tem como temática a 'A descentralização do comércio' tendo em vista a sua forte relação com as cidades, diversos pesquisadores ao longo dos anos se propuseram a analisar este conceito, considerando sua complexidade diante da pluralidade de abordagens e estudos correlatos. A descentralização é compreendida neste trabalho como uma das formas espaciais da cidade. Neste sentido, define-se como questão norteadora: "Como tem se manifestado a descentralização intra-urbana do comercio terciário em Campo Grande/MS?". Neste contexto o objetivo geral proposto foi: Analisar descentralização do comércio terciário na cidade de Campo Grande/MS. No que refere-se a metodologia o presente estudo teve como caminhos percorridos, a abordagem qualitativa e quantitativa, os métodos dedutivos e analíticos. Quanto ao tipo de pesquisa foi exploratória e descritiva, quanto a seu objetivo. Caracterizou-se ainda como pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados ocorreu em dados primários, por meio de entrevista semiestruturada e dados secundários, principalmente no Perfil Socioeconômico e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA). A análise foi bibliométrica e ainda qualitativa, textual, a partir dos dados processados pelo Iramuteq, sendo que os resultados foram apresentados por meio de gráficos, tabelas, figuras e ainda em forma de palavras relacionando-os com o aporte teórico. Os resultados apontaram que as teses selecionadas na Plataforma de Periódico Capes estão concentradas em três perspectivas de estudos nas universidades rasileiras: Intra e Inter urbanas, Inter-urbanoe Intra-urbana. Observou-se estudos relacionados ao desenvolvimento local, regional e territorial. Percebeu-se duas temáticas em evidência: redes urbanas e econômica. Por fim, destacou-se alguns termos como natureza da centralidade, produção do espaço urbano entre outros e ainda a interdisciplinaridade presentes nas teses objeto de estudo. Identificou -se que a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) provocou 2 repartições, com 6 classes de palavras, sendo que as classes, 1, 2,3 e 4, possuem mais proximidades, os seguimentos de textos analisados permitiram estudos sobre centro, centralidades, descentralização, espaço urbano e os processos espaciais na cidade. As classes 5 e 6 foram as que mais demostraram distanciamento das demais classes e poucas semelhanças de vocabulários. A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) corroborou com a CHD reafirmando as proximidades, diferenças e semelhanças das classes. Sendo que a análise de Similitude e Nuvem de Palavras, apresentaram dois eixos centrais relevantes para este estudo, cidade e urbano, análises combinadas. Embora conceitos diferentes Cidade e urbano apareceram fortemente relacionados nos textos analisados. Por fim, este estudo verificou que Campo Grande, foi constituída de forma espontânea, teve como premissa o modelo de cidade monocêntrica, com um único centro, que concentrava, produtos, serviços e casas residenciais, o denominado centro tradicional e/ou histórico, sendo que a posição geográfica da cidade, instalação da ferrovia, industrialização, vinda dos imigrantes para cidade, crescimento populacional e urbano, dentre outros fatores, contribuíram para uma nova configuração urbana da cidade, a criação de novos centros, com produtos e serviços para atender as necessidades das pessoas destas localidades, o fenômeno da descentralização do comércio. O marco histórico deste processo, foram as décadas de 60 , 70 e 80, que colaboraram fortemente para o processo de crescimento, de forma radial, da população do município, e, o aparecimento de outras formas de comércio, como os Shoppings Centers e Hipermercados. Dessa forma cada vez mais bairros distantes da área central foram criados na estrutura urbana da cidade. Observou-se que o processo de descentralização incidiu modificações na forma, funções e definições da centralidade no contexto intraurbano, sendo que ocorreu uma respectiva redução da acessibilidade da área central. Por outro lado, tendo em vista as relações de produção, capital e comercial, outras localidades passaram a ter um acréscimo de acessibilidade, o que alterou a

estrutura urbana de Campo Grande, apresentando características de uma cidade policêntrica. No entanto, é importante salientar que a região do Centro, que comporta o centro tradicional e/ou histórico da cidade, além de outros bairros, ainda possui como principal característica o uso comercial, ou seja, a criação de novas centralidades de comércio, fora do centro tradicional da cidade, não colocou em risco esta área, como centro comercial, tendo em vista que continua desempenhando suas funções, assim como também as novas centralidades no espaço urbano. Averiguou-se que o processo de descentralização espacial e comercial, aumentou o fluxo de pessoas, produtos e serviços em novas centralidades e cooperou para uma nova configuração da paisagem urbana nestas localidades e o desenvolvimento local destas regiões e de Campo Grande, tendo em vista as transformações sociais, econômicas e espaciais da cidade ocorridas no município desde sua origem a atualidade.

Palavras-Chave: 1. Centralização. 2. Descentralização. 3. Comércio. 4. Campo Grande.

REZENDE, Elaine Cristina Paganotti. **A descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS**. Tese (Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade). 2019. 121 fls. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – MS.

ABSTRACT

The present thesis has as its theme the 'Decentralization of commerce' in view of its strong relationship with cities, several researchers over the years have proposed to analyze this concept, considering its complexity in the face of the plurality of approaches and related studies. Decentralization is understood in this work as one of the spatial forms of the city. In this sense, it is defined as a guiding question: "How has the intra-urban decentralization of tertiary trade manifested itself in Campo Grande/MS?". In this context, the general objective proposed was: To analyze the decentralization of tertiary trade in the city of Campo Grande/MS. Regarding the methodology, the present study had as its paths, the qualitative and quantitative approach, the deductive and analytical methods. As for the type of research, it was exploratory and descriptive, regarding its objective. It was also characterized as bibliographic and documentary research. Data collection took place in primary data, through semi-structured interviews and secondary data, mainly in the Socioeconomic Profile and Master Plan for Urban Environmental Development of Campo Grande (PDDUA). The analysis was bibliometric and qualitative, textual, from the data processed by Iramuteq, and the results were presented through graphs, tables, figures and even in the form of words relating them to the theoretical contribution. The results showed that the theses selected in the Capes Periodical Platform are concentrated in three perspectives of studies in Brazilian universities: Intra and Interurban, Inter-urban and Intra-urban. Studies related to local, regional and territorial development were observed. Two themes were in evidence: urban and economic networks. Finally, some terms were highlighted, such as the nature of centrality, production of urban space, among others, and also the interdisciplinarity present in the theses object of study. It was identified that the Descending Hierarchical Classification (CHD) caused 2 divisions, with 6 classes of words, and classes, 1, 2, 3 and 4, have more proximity, the segments of analyzed texts allowed studies on center, centralities, decentralization, urban space and spatial processes in the city. Classes 5 and 6 were the ones that most showed distance from the other classes and few similarities in vocabulary. The Correspondence Factor Analysis (CFA) corroborated with the CHD reaffirming the proximities, differences and similarities of the classes. Since the analysis of Similitude and Cloud of Words, presented two central axes relevant to this study, city and urban, combined analyses. Although different concepts City and urban appeared strongly related in the analyzed texts. Finally, this study verified that Campo Grande, was constituted spontaneously, was premised on the model of a monocentric city, with a single center, which concentrated products, services and residential houses, the so-called traditional and/or historic center, being that the geographic position of the city, installation of the railroad, industrialization, arrival of immigrants to the city, population and urban growth, among other factors, contributed to a new urban configuration of the city, the creation of new centers, with products and services to meet the needs of needs of the people of these localities, the phenomenon of the decentralization of commerce. The historical landmark of this process, were the decades of 60, 70 and 80, that collaborated strongly for the process of growth, in a radial form, of the population of the city, and, the appearance of other forms of commerce, as the Shopping Centers and Hypermarkets. . In this way, more and more neighborhoods away from the central area were created in the urban structure of the city. It was observed that the decentralization process involved changes in the form, functions and definitions of centrality in the intra-urban context, with a

respective reduction in the accessibility of the central area. On the other hand, in view of the production, capital and commercial relations, other locations started to have an increase in accessibility, which changed the urban structure of Campo Grande, presenting characteristics of a polycentric city. However, it is important to point out that the Centro region, which includes the traditional and/or historic center of the city, in addition to other neighborhoods, still has commercial use as its main characteristic, that is, the creation of new commercial centers, outside from the traditional center of the city, did not put this area at risk, as a commercial center, considering that it continues to perform its functions, as well as the new centralities in the urban space. It was found that the process of spatial and commercial decentralization, increased the flow of people, products and services in new centralities and cooperated for a new configuration of the urban landscape in these locations and the development

Key words: 1. Centralization. 2. Decentralization. 3. Trade. 4. Campo Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Metodologia da pesquisa capítulo 1 19
Figura 2- Metodologia da pesquisa catpítulo 2 20
Figura 3- Metodologia da pesquisa catpítulo 3 21
Figura 4- Filtros utilizados no banco de teses e dissertações Periódicos Capes 31
Figura 5- Processos espaciais 39
Figura 6- Representação gráfica dos processos espaciais 41
Figura 7- Estrutura comercial das cidades 42
Figura 8- Categorias de comércio e negócios 43
Figura 9- Forças centrífugas 44
Figura 10- Forças centrípetas 45
Figura 11- Etapas da pesquisa 50
Figura 12- Composição do Corpus Textual 51
Figura 13- Tipologia de Análises 52
Figura 14- Etapas da pesquisa 53
Figura 15- Dendograma classes gramaticais 54
Figura 16- Dendograma classes gramaticais (nuvem de palavras) 55
Figura 17- Dendograma Repartição e Classes 56
Figura 18- Análise fatorial de correspondência 58
Figura 19- Analise de similitude 59
Figura 20- Nuvem de Palavras 63
Figura 21- Plano de alinhamento das ruas de Campo Grande 1909 71
Figura 22- Localização do munícipio de Campo Grande 77
Figura 23- Marco Zero 78
Figura 24- Regiões Urbanas e Bairros 79
Figura 25- Evolução dos loteamentos aprovados e do perímetro urbano 83
Figura 26- Atividades Econômicas 2002 89
Figura 27- Atividades Econômicas 2007 89
Figura 28 - Atividades Econômicas 2012 90
Figura 29- Atividaddes Econômicas 2017 90
Figura 30- Atividade Econômicas 2022 91
Figura 31- Percentual do varejo, serviços e outros 93
Figura 32- Zonas de Centralidades e Eixos de Adensamento 94
Figura 33- Julio de Castilho 2002 95
Figura 34- Julio de Castilho 2022 95

Figura 35- Tamandaré 2002 96
Figura 36- Tamandaré 2022 96
Figura 37- Coronel Antonino 2002 97
Figura 38- Coronel Antonino 2022 97
Figura 39- Cidade Jardim 2002 98
Figura 40- Cidade Jardim 2022 98
Figura 41- Guaicurus 2002 99
Figura 42- Guaicurus 2022 99
Figura 43- Morenão 2002 100
Figura 44- Morenão 2022 100
Figura 45- Aero Ranho 2002 101
Figura 46- Aero Ranho 2022 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Centralidade Intra e Inter urbanas 32
Quadro 2- Centralidade Inter-urbano 33
Quadro 3- Centralidade Intra-urbana 34
Quadro 4- Relação palavras x número de vezes no corpus textual 62
Quadro 5- Área territorial oficial - Mato Grosso do Sul e Campo Grande 77
Quadro 6- Perfil demográfico segundo as Regiões Urbanas, Distritos e o município de Campo Grande 104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da participação relativa da população de Campo Grande em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul 82
Gráfico 2- Estimativa de Crescimento da População de Campo Grande 82
Gráfico 3- Atividade econômicas setor terciário 92
Gráfico 4- Participação percentual no Município/arrecadação de ICMS (100%) 93
Gráfico 5- Número de atividades economicas do setor terciário por centralidades 102
Gráfico 6- Imóveis por Região Urbana 106
Gráfico 7- Renda Per Capita por Região Urbana 106

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16
2. CENTRALIDADES URBANAS: Uma análise bibliométrica 22
2.1 Aporte téorico 22
2.1.1 Cidades, centros, subcentros, centros de bairros **22**
2.1.2 Centralidade Intra-Urbana **28**
2.1.3 Centralidade Inter-Urbana **29**
2.2 Metodologia 30
2.3 Discussões e resultados 32
3 DESCENTRALIZAÇÃO URBANA, COMÉRCIO, SUBCENTROS E NOVAS CENTRALIDADES: UMA ABORDAGEM EM ANÁLISE TEXTUAL 38
3.1 Aporte Teórico 38
3.2 Metodologia 49
3.3 Discussões e resultados 52
4 A DESCENTRALIAÇÃO DO COMÉRCIO EM CAMPO GRANDE/MS 64
4.1 Aporte teórico 64
4.2 Metodologia 68
4.3 Análise histórica da descentralização do comércio em campo grande/ms 70
5 CONSIDERAÇÕES 109
REFERÊNCIAS 113

1. INTRODUÇÃO

O tema da tese em tela está centrado no estudo da descentralização do comércio, tendo em vista a sua forte relação com as cidades. Diversos pesquisadores ao longo dos anos se propuseram a analisar este conceito, considerando sua complexidade diante da pluralidade de abordagens e estudos correlatos.

Impera destacar que a cidade é uma produção social, tendo em vista as relações constituídas do homem com o meio ambiente, nesse sentido, a única característica que vai além das variações espaciais, temporais, comum, é a capacidade de agrupamento, característica esta, presente em todas as cidades.

Lefebvre (1986 e 1972) compreende a cidade como a materialização das casas, praças, ruas, avenidas e também o natural e o urbano, refere-se a realidade social a partir das relações construídas ou reconstruídas, espaço de transformações sociais.

Ademais, cidade e espaço urbano não podem ser compreendidos de forma separada, são conceitos que precisam estar articulados e inter-relacionados, para que os processos e dinâmicas que produzem o espaço, possibilitem entender a sociedade urbana e suas múltiplas facetas e relações complexas.

O espaço urbano é estruturado pelo centro tradicional ou centro histórico, empresas de comércios, serviços públicos e privados, indústrias, casas residencias, demandas econômicas, políticas e sociais, que articulam-se e possuem uma inter-relação entre si. As relações sociais produzem as formas e funções do espaço urbano, sendo que a cidade é resultado das ações sociais e também campo de reprodução dessas relações. É no espaço urbano em transformação que os espaços criados são marcados pelas diferenças e dinâmica das relações.

Além disso, o sentido da urbanidade extrapola o interior das cidades e se manifesta nas relações que cada cidade estabelece com as outras, especialmente com as das regiões onde se localiza. As redes de cidades, os sistemas urbanos, as regiões metropolitanas, também possuem estruturas e articulações próprias, similares às intra-urbanas, mobilidade, adensamento, recursos naturais, centralidades, entre outras.

Diante do exposto, um dos elementos que justificam o estudo proposto é a chamada descentralização do comércio, que é desencadeada por vários fatores, tais como: crescimento demográfico, extensão da cidade e aumento das distancias, que corroboram para que novos comércios fora do centro tradicional, sejam economicamente viáveis. Observa-se também uma concentração nos centros tradicionais, como trânsito e poluição, falta e alto custos com os terrenos, entre outros fatores, que contribuem para novas áreas de comércio na cidade.

Nesse contexto, o comércio do centro desloca para outros locais e começam uma aglomeração de empresas nas ruas dos bairros, que deixam de ter características residências e

passam a ser denominadas como ruas comerciais, corredores comerciais ou ainda novas centralidades. A descentralização é social e econômica, visto que o comércio é considerado aspecto fundamental para o desenvolvimento das cidades.

Os estudos das centralidades apresentam-se cada vez mais evidências no planejamento dos territórios e mobilidade urbana, principalmente no que refere-se ao planjemento urbano, por meio dos planos diretores das cidades, tendo em vista que este, pode ser considerado um instrumento no impulcionamento da multicentralidade e adensamento urbano. Uma forma de contribuir para uma repartição das atividades no território, de forma adequada, atividades como serviços, comércios, entre outras e que o uso do automóvel diminua.

A disparidade e natureza das centralidades, podem colaborar para uma dispersão no espaço urbano da cidade, ocasionando uma menor atratividade nestes espaços, e, ainda, causando problemas no fornecimento de infraestrutura de transportes nestes locais. Dessa forma, o acesso de pessoas que moram em centros menos expressivos torna-se mais difícil, ocorrendo, conforme Cervero (1996) denomina, policentralidade negativa, que faz com que os deslocamentos individuais na cidade aumentem, pois, em casos como estes, a infraestrutura de transporte coletivo e estimulo a transportes não motorizados, não estão em hamonia com as novas centralidades.

O estudo permeia o processo histórico da cidade e as modificações na estrutura urbana do município, principalmente no que refere-se ao fenômeno da descentralização do comercio terciário na cidade no contexto intra-urbano. A cidade possui poucos estudos direcionados as questões de centralidades e no que refere-se a descentralização do setor terciário, não há estudos correlatos, configurando este ser um dos enetidismo da presente pesquisa, tendo em vista não ter sido encontrado trabalhos centrados na temática em tela, direcionados aos estudos deste fenômeno, luz da cidade de Campo Grande/MS.

A relevanância e originalidade da tese está na abordagem evolutiva do fenômeno que pretende-se compreender, ou seja, a descentralização intra-urbana, em uma cidade brasileira de porte médio. O esforço compreendido na tese em comento, busca compreender e contribuir para superar, ainda que dê forma parcial, esta lacuna, nos estudos científicos da descentralização intra-urbana, luz do objeto de estudo, Campo Grande e suas especificidades no contexto que se manifesta e ainda fornecer perspectivas para estudos de outras cidades de porte médio.

Ao analisar de forma histórica a descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS, pode-se deparar com dados e resultados que, embora, tenham-se que considerar a interpretação, o recorde temporal, os tipos de análises realizadas e, também, as especificidades da cidade, torna-se possivel vislumbrar evidencias empíricas que permitam uma reflexão mais acurada sobre a configuração da estrutura intra-urbana da cidade, sob a perspectiva da descentralização e corroborar para novos estudos no âmbito da centralização/descentralização e urbanização da cidade, pode contribuir ainda, com o poder público, na elaboração do plano diretor

da cidade e na concepção de politicas públicas.

Cabe destacar ainda a contribuição da presente tese para o Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco, no campo dos estudos interdisciplinares, sob a pespectiva da cidade e o desenvolvimento local, conceitos fortemente relacionados. A partir desta pesquisa, novos pesquisadores podem ser inspirados a novos trabalhos e ainda acender publicações cientificas e produtos a comunidade local.

Neste sentido, define-se como questão norteadora do presente estudo: 'Como tem se manifestado a descentralização intra-urbana do comercio terciário em Campo Grande/MS?'. Diante do pressuposto de que as cidades de porte médio e/ou metrópoles perpassam pelo processo de descentralização, emergindo novas centralidades no espaço urbano, propõe como objetivo geral: Analisar a descentralização do comércio terciário na cidade de Campo Grande/MS, sendo que os objetivos específicos são: 1- Apresentar uma análise bibliométrica do conceito de centralidades urbanas nas universidades brasileiras; 2- Aplicar a análise textual no contexto de estudos sobre a descentralização do comércio e 3- Analisar historicamente a descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS.

A cidade passou por diversas modificações no decorrer de sua história, principalmente no processo de estruturação urbana do município, tendo em vista o acelerado crescimento demográfico a partir da década de 60 e as transformações econômicas e sociais ocorridas, emergindo os processos: centralização e descentralização espaciail e comercial de Campo Grande/MS.

Os núcleos urbanos são oriundos das necessidades de residências, consumo de comécio e serviços e acesso as localidades onde as relações são estabelecidades, considerando aspectos políticos, sociais e econômicos, sendo que, o último, tem forte relação com a formação das cidades, tendo em vista as relações intensas de comércios e também o papel do Estado na formação de cidades planejadas e aindas as relações sociais sedimentadas nestes espaços.

A presente tese está estruturada em 03 (três capítulos) sendo: 1- Centralidades urbanas: uma análise bibliométrica; 2- Descentralização urbana, comércio, subcentros, novas centralidades: uma abordagem baseada em análise textual e 3- Análise histórica da descentralização do comércio em Campo Grande/MS.

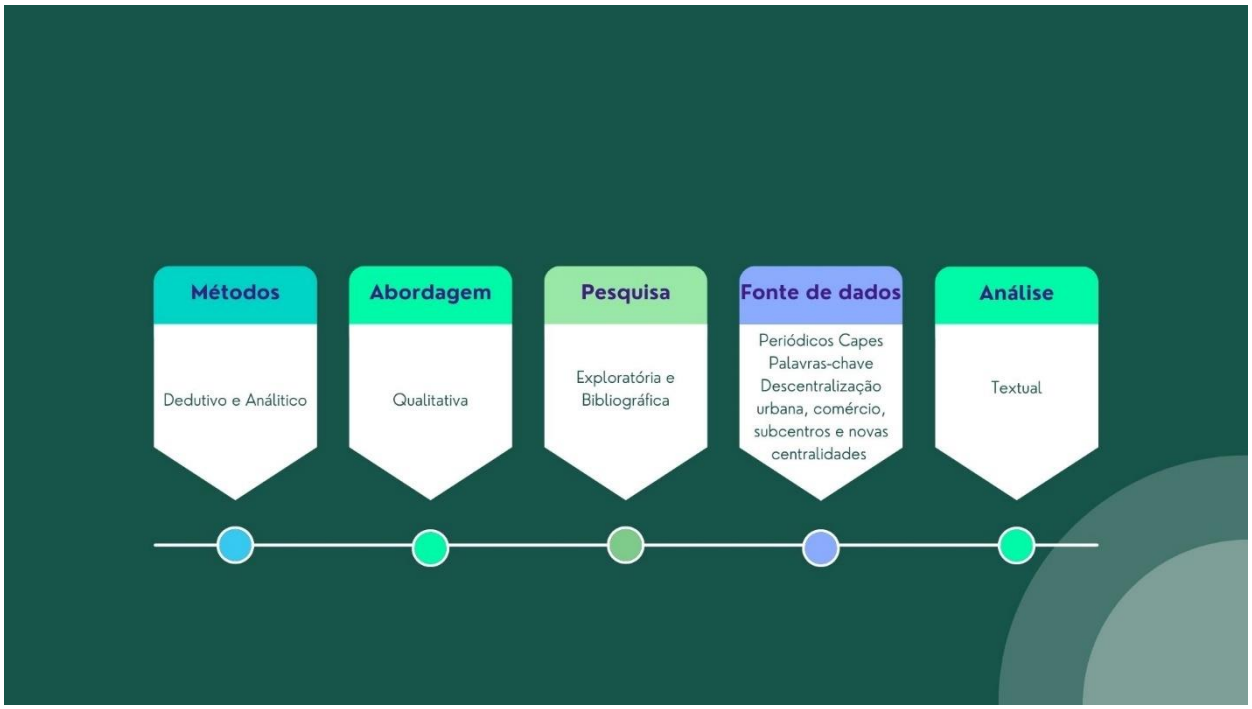
Para tanto, a metodologia adotada para o primeiro capítulo tem como premissa o método dedutivo, sendo que abordagem da pesquisa é quantitativa e quanto ao tipo de pesquisa por objetivo configura-se exploratória e ainda o presente estudo perpassa pela pesquisa bibliográfica. A coleta das informações será no Periódico Capes, especificamente no Catálogo de Teses e Dissertações, tendo como premissa a palavra-chave: Centralidades urbanas (figura1).

Figura 1- Metodologia da pesquisa capítulo 1

No que se refere a análise, será delineada a partir da bibliometria, o caráter conceitual da centralidade exige posturas interdisciplinares para que atenda-se a natureza multifacetada das linhas de pesquisa e que o *locus* privilegiado para que isso se dê é o ambiente acadêmico, mais especialmente a produção cientifica dos programas de pós graduação das universidades brasileiras, onde, em princípio, pesquisas como estas devem ser incentivadas e apoiadas.

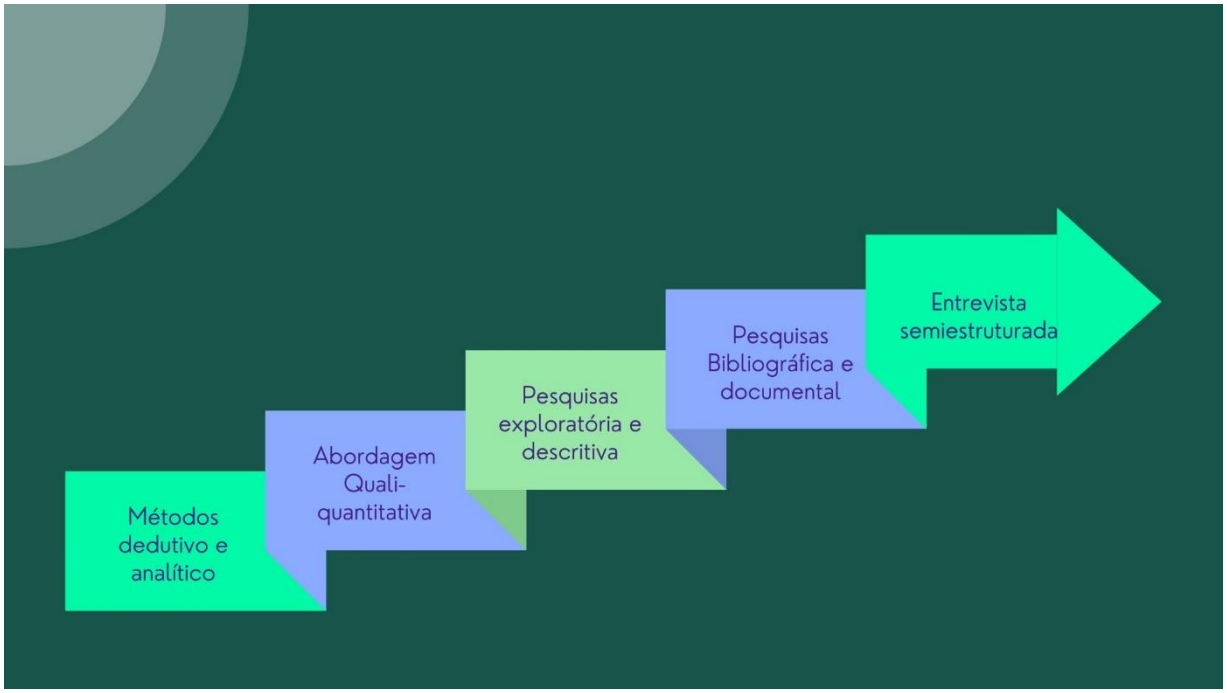
No segundo capítulo, no que se refere a metodologia de estudo, a pesquisa está atrelada aos métodos dedutivo e analítico, com uma abordagem qualitativa e quanto ao tipo de pesquisa por objetivo, configura-se exploratória, sendo que a coleta dos dados ocorrerá por meio de pesquisas bibliográficas em autores renomados na área e na plataforma de Periódico Capes, busca por assunto, artigos científicos, a partir das palavras chave: Descentralização urbana, comércio, subcentros e novas centralidades. Os dados foram processados por meio do software do Iramutec, caracterizando uma análise textual (figura 2).

Figura 2- Metodologia da pesquisa catpítulo 2



No terceiro capítulo no que se refere a metodologia do estudo (figura 3) os métodos dedutivo e analítico, fazem parte da pesquisa, com uma abordagem quali-quantitativa e quanto ao tipo de pesquisa por objetivo configura-se exploratória e descritiva, sendo que a coleta dos dados ocorrerá por meio de pesquisas bibliográficas em autores renomados na área e pesquisa documental, no Perfil Socioeconômico e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), disponíveis no Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande/MS (SISGRAN).

Figura 3- Metodologia da pesquisa catpítulo 3



A pesquisa ocorrerá ainda por meio de entrevista semiestruturada com o Diretor de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB).

Os dados serão interpretados, analisados e apresentados qualitativamente, quando usar palavras para descrever o fenômeno, ou quantitativamente, expresso por meio de números, gráficos, tabelas, quadros e figuras, relacionando-as ao aporte teórico.

2. CENTRALIDADES URBANAS: Uma análise bibliométrica

O objetivo proposto deste capítulo foi apresentar uma análise bibliométrica do conceito de centralidades urbanas nas universidades brasileiras. Está relacionado ao mapeamento de estudos científicos de uma determinada área do conhecimento. O Capítulo foi estruturando da seguinte forma: aporte teórico, que apresenta os principais autores arrolados ao tema; metodologia, que explana os aspectos metodológicos e discussões dos resultados, que relaciona o aporte teórico com os resultados alcançados no presente estudo.

2.1 Aporte téorico

Esta seção, apresenta-se um contexto teórico, com definições e conceitos arrolados a temática em estudo e objetivo proposto, corroborando para discussões e resultados do trabalho em comento.

2.1.1 Cidades, centros, subcentros, centros de bairros

Há uma linha imaginária, traçada em mapas ou descrita em alguma lei municipal. Denominado perímetro urbano essa linha demarca, institucionalmente, o território urbano, a cidade. Aquele que habita o interior do polígono é um cidadão urbano, com todos os direitos e deveres que a lei lhe atribui. Um passo para fora da mesma linha e o contexto é outro: se os direitos fundamentais a legislação também garante, o território rural atribui a seu morador outros direitos e deveres. Habitar uma cidade, sendo assim, assegura ao cidadão o acesso a serviços públicos, a infraestrutura básica que propicia saúde, educação, cultura, consumo, lazer, entretenimento, segurança, entre outros. A cidade, cada vez mais, é o cenário de vida de grande parte das comunidades, mundo afora.

Pode-se, por outro lado, definir a cidade como um grande artefato cultural (YONAMINE, 2004), isto é, um objeto feito com a intenção de alguma coisa, que o homem constrói incessantemente com variadas intenções e muitas finalidades. Por esse ponto de vista, a cidade despreza aquela linha imaginária e tem significados que vão além do conjunto de materialidades que a torna visível: ruas, edificações, estruturas, sistemas, etc. Tais significados podem ser resultados de identificações culturais (CALVINO, 1990), de eventos históricos relevantes, de construções sociais (ESTATUTO DA CIDADE, 2001), de elaborações filosóficas, de apropriações comunitárias (ROLNIK, 2015), de projetos políticos (COSTA, 1995), de conceitos urbanísticos (MEDEIROS, 2013 e LEITE, 2012), de afirmação ideológica (SANTOS, 2005), entre outras infindáveis razões, na maioria das vezes, misturadas.

As finalidades e funções que a cidade assume ao longo da história, são mais facilmente identificadas e compreendidas, por exemplo: comércio e segurança, são buscadas em sua esmagadora maioria, mas, podem todas ser sintetizadas como o grande arranjo criado para o desenvolvimento humano, sintetizado por Mumford (1991, p.38):

> Em verdade, a partir das suas origens, a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir q quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e ás formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada.

A cidade, que não pode ser considerada apenas como uma evolução da aldeia primitiva, impôs um padrão estrutural mais complexo e instável (MUMFORD, 1991), possui padrões de funcionamento que regem seu cotidiano, como um sistema de códigos que resultam em uma espécie de ordem invisível que garante uma 'normalidade' tranquilidade para seus moradores. Esses códigos se traduzem em normas, redes, sistemas e estruturas e outros elementos que sustentam e organizam a cidade e dá significado às estruturas físicas que as materializam. A cidade, enquanto artefato social e cultural, estrutura física e sistema territorial é composta por diversos elementos, que foram sendo incorporados ao longo do tempo (MEDEIROS, 2013), resultando em um arranjo que poderia ser classificado como a cidade contemporânea.

Assim, nessa cidade contemporânea, uma rua qualquer é elemento urbanístico básico e, ao mesmo tempo em que cumpre sua função de acesso às edificações e lugares, também é parte de um sistema viário que garante circulação de veículos e pessoas e ao mesmo tempo são modos de realização de fluxos de variados tipos e dimensões, econômicos, sociais, culturais e de simbolização dos acontecimentos históricos (locais) que atribuem significados a cada esquina e cada passeio. Ferramentas de acessibilidade à cidade, o conjunto de ruas e avenidas têm grande diversidade de tipos e funções: ruas de pedestres, avenidas de trânsito rápido, ruas de acesso local, vias expressas, ruas residenciais, sistemas binários, *boulevards*, ciclovias, que acabam por desenhar a cidade.

Outro elemento formador da cidade é o conjunto dos espaços públicos, complementarmente com as vias urbanas, que têm funções diretamente atribuídas, os espaços públicos (públicos, propriamente ditos ou privados, de uso público) são a expressão maior de apropriação da cidade, de uso coletivo das comunidades e de significação e identificação de cada cidade. Parques, praças, mercados, feiras, cafés, bibliotecas, templos religiosos são exemplos de espaços urbanísticos e arquitetônicos que caracterizam cada cidade.

Um terceiro elemento, que deve ser destacado nesta reflexão, o bairro, existe, com as peculiaridades locais, em cidades ao redor do mundo, com denominações próprias que comprovam

a importância e significado que têm para cada comunidade (*neighborhood*, em inglês; *nachbarschaft*, em alemão; *barrio*, espanhol; *quartiere*, italiano; *voisinage*, *quartier*, em francês; *Kinjo*, japonês; *Fùjìn*, na China.). Tradicionalmente são consideradas as unidades básicas do planejamento urbano e constituem o modo de interação e apropriação mais direto dos moradores com sua cidade.

Nesse contexto, um outro elemento é determinante na formação da identidade urbana e de estruturação da cidade, o centro da cidade, que exerce esse papel em muitos países (*downtown*, em inglês; *centre ville*, em francês; *centro de laciudad*, em espanhol, por exemplo). Na maioria das cidades, o centro 'principal' é o resultado do seu crescimento ao redor da área original que acaba por concentrar o comércio e os principais serviços públicos e privados, terminando por serem conhecidos por denominações do tipo 'centro velho', 'centro histórico' e assemelhados. Na evolução urbana que se instala em cada cidade, acabam assumindo outros papéis, funções e significados.

> Toda aglomeração urbana socio espacial humana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um, e apenas um, centro principal. Não existe realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações de decisão etc. (LEFEBVRE, 1972, p. 206)

Predominantemente, mas não necessariamente, o centro da cidade se confunde com sua área de nascimento. Nesse modelo, o assentamento urbano original, o rocio, se expande, e durante esse processo, a dinâmica de desenvolvimento continua se dando em torno do centro originário da cidade e, mesmo com o crescimento urbano que possa existir, esta área central continua desempenhando o papel estruturador central. Pode ser, no entanto, este criado em outras áreas ou situações, dependendo da evolução de cada lugar.

Uma concentração de lojas, uma área de interesse turístico, a instalação de um grande equipamento, conflitos bélicos, crises econômicas, entre outros eventos, impactam a constante dinâmica urbana, criando outros lugares centrais, em substituição ao pioneiro. E, mesmo sem um evento de inflexão, a própria dinâmica de desenvolvimento urbano local pode induzir o surgimento de novos centros (subcentro, centros de bairros) urbanos, pela consolidação de fluxos e corredores e facilidades de acesso a bens e serviços.

> Surgem, então, os deslocamentos espaciais regulares e socialmente determinados e disputas ocorrem por localizações em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos espaciais. Surge um ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo – um centro. O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as "localizações" da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos. (VILLAÇA, 2001, p. 239)

O deslocamento das áreas centrais, acima descrito, pode, com o crescimento do sítio urbano, pode, no entanto, ser substituído pelo surgimento de outras localidades centrais, complementado o centro original, cumprindo o mesmo papel daquele, com a diferença que esses são menores (áreas, quantidades de estabelecimentos) e realiza esses papéis apenas para parte da cidade (VILLAÇA, 2001). Os deslocamentos preferenciais, constituem, portanto, fator preponderante para os processos de consolidação de centros urbanos ou surgimentos de outros locais centrais. Para isso foi decisiva a evolução das tecnologias de transporte público de massas, acontecidas nas cidades pós-industriais, primeiro por trilhos (bondes, trens urbanos e metrôs) e posteriormente os automotivos (ônibus, carros, motocicletas), que tornaram possível o assentamento de populações a cada vez maiores distâncias, com o surgimento de novas áreas comerciais e de serviços (SPOSITO, 2013).

Os centros de bairros, os subcentros, os polos urbanos regionais, muitas vezes apontados em planos diretores, são, dessa forma, um reconhecimento desse processo, aparentemente inevitável, que transforma a cidade em um sistema reticular, com os diversos centros (sendo um deles o principal) exercendo suas funções, comércio, institucionalidades, serviços, produção, lazer, etc. Deve-se ressaltar que em uma imensa maioria, o surgimento de subcentro ou centros de bairros se deram, no Brasil, de forma espontânea, por iniciativa de empreendedores privados, de investidores em busca de alternativas a centros urbanos saturados e, somente em estágios mais maduros, os governos locais decidem atuar, geralmente no oferecimento de infraestrutura urbana básica, em programas de capacitação de recursos humanos ou na divulgação de estabelecimentos ou eventos. Muito raramente há ações diretas de fomento e os financiamentos são realizados por estabelecimentos bancários ou agências de escala nacional.

Essas localidades, que cumprem a função de centralizar (concentrar) determinadas atividades, não são centrais no sentido direto do termo, mas adquirem uma posição de centro, da cidade ou de parte dela, criando uma outra condição, a condição de centralidade urbana.

Dada a complexidade de estudar o conceito de centralidades urbanas, torna-se imperativo, rememorar os autores percursores que ao logo da história das cidades, propuseram-se a pesquisar este conceito, tendo em vista a importante contribuição da Escola de Chigago nos Estados Unidos.

Destacando-se inicialmente os estudos de Burgess (1948 [1925]) voltados as cidades que apresentaram um rápido cresciemento demográfico, relacionando-os as classes sociais e/ou funções urbanas. Dessa forma, este autor criou o modelo de zonas concêntricas, destacou-se uma tendência nas cidades de um crescimento radial, em zonas contínuas, que ampliam-se e possuem suas especificidades. A medida que as cidades crescem, as zonas expandem-se e invadem de forma sucessiva as zonas seguintes, de tal forma que as características socias ou funcionais expandem seus limites, contudo, conseguem manter a logica da estruura urbana, tornando-a uma estrura mais complexa e com áreas mais especializadas.

Burgess (1948 [1925]) parte do préssupoto, dos processos territoriais, caracterizados por meio dos processos sociais, destacando dois fenômenos, presentes nas cidades, denominados de: centralização e descentralização, ou seja, a tendencia de agrupamentos de comércios e serviços em centro de competitividade alta, que faz com o preço da terra seja elevado. Um contra ponto a expansão urbana de caráter residencial, de forma centrifuga ao seu ponto central, sendo que o que determina o processo de realocação das pessoas na cidade é a competição do ponto central, mantendo a dominação do centro sobre as novas áreas, reafirmando um crescimento radial por zonas concêntricas, especializadas, a partir do centro.

A expansão radial é um dos fatores mais relevantes no crescimento da cidade, embora não seja o único aspecto que deva ser observado, a localização é fundamental para as empresas, contribuindo para estrutura urbana da cidade. Dado o destaque da localização do centro e atração das empresas para este espaço. Burgess (1948 [1925]) idealiza o núcleo Central Business District (CBD), para referir-se ao centro comercial e de negócios da cidade, destacando a mobilidade, como fator determinante no centro urbano, ou seja, o valor mais elevado da terra, está também relacionado com maior mobiliadade. Discorre a cidade a partir de um único centro dominante e seus subcentros, com características secundárias na cidade, para atender as necessidades de consumo das pessoas nos bairros.

Paralelamente, nesse contexto, havia os estudos de Hoyt (1939) direcionados para teoria dos setores radiais, na distribuição dos espaços residenciais, considerando a classe social e a renda da população. Sendo este, a linha de pesquisa princial deste autor, tendo em vista que as adjacências com particularidades semelhantes, estão prédispostas a ocuparem espaços que radiam a partir do centro. Assim, desenvolvem triângulos, cujos os vértices condizem com o centro, há uma tendência de deslocarem-se na mesma direção, em uma linha de crescimento, do ponto de origem, em direção a perifereia da cidade.

Este autor enfatiza que as classes com maior renda direcionam-se incialmente para perto do centro comercial de varejo ou serviços, considerando a proximidade desta região com os locais de trabalhos, acessibilidade e também por ser uma região distante das indútrias. Considera-se que a expansão da cidade acontece de forma natural para preferia, tendo em vista que estas regiões possuem espaços vazios e a edificação de novas e luxuosos casas ocorrem nestes espaços, pois, esta classe, não ocuparia residências antigas, deixadas por outros grupos superiores, em outras áreas, e os setores lateralmente adjacentes são ocupados por classe com renda intermediária. Há algumas exceções, podendo ocorrer construção de apartamentos de luxo próximos ao centro comercial, em áreas residenciais antigas. A cidade é compreendida como circulo e os setores radiam para várias áreas a partir do centro em direção as periferias.

Esta teoria destacou os setores residenciais, que alargavam juntamente com o crescimento territorial da cidade, as diferenças de uso do solo no centro estão vinvulados a expansão da cidade

e os principais meios de transportes “o crescimento, ao longo de um determinado eixo de transporte, caracteriza-se geralmente por tipos similares de uso da terra” (HARRIS; ULLMAN, 2005, p. 158).

Nesse sentido, o uso da terra nas áreas urbanas migram para área externa, no mesmo quadrante e direção, ou seja, a exemplo, um determinado setor residencial no quadrante leste ou sul, novas moradias poderiam ser produzidas periferizando-se cada vez mais, ainda assim, não mudando de quadrante, permanecendo nos quadrantes que estavam anteriormente, este modelo poderia ser aplicado a moradias de luxo ou populares.

Em outra perspectiva, cabe destacar ainda os estudos de Harris e Ullman (1945) que foram idealizadores da teoria dos núcleos múltiplos compreendendo a cidade multinucleada, em uma acombinação de diversas perspectivas de suas áreas, ou seja, a existência de múltiplos núcleos, que representam a estrutura interna da cidade e suas diferenças. Estes autores possuem uma perspectiva mais contemporânea das cidades, concentrando seus estudos nos vários núcleos intraurbanos, com funções e especificidades diferentes, afirmando que as cidades ao crescerem, fazem com que os seus núcleos sejam mais numerosos e especializados, criando uma diversidade de centros urbanos e seus processos, na formação de uma cidade multicêntrica, destacando o seguintes aspectos:

> (i) certas atividades necessitam de facilidades específicas, como conexões de transporte de carga e grandes terrenos para o distrito industrial ou acessibilidade para o varejo; (ii) atividades semelhantes tendem a se agrupar (economia de escala); (iii) atividades diferentes podem ser prejudiciais umas às outras, como fábricas e residências de alta classe ou distrito atacadista nos centros congestionados; (iv) terrenos desejáveis (como em pontos altos com vistas panorâmicas) são economicamente inacessíveis a certas atividades, por exemplo para atividades de atacado ou residências de classe baixa (HARRIS E ULLMAN (1945, p.17)

Diante do exposto, pode-ser afirmar a há diferentes formas de uso e ocupação do solo na cidade, formando esta principal característica de múltiplos centros “ em muitas cidades, o padrão de uso da terra não é estabelecido em torno de um centro único, e sim em torno de diversos núcleos separados” (HARRIS;ULLMAN, 2005, p.158).

Os autores supracitados afirmam que diversos setores se desenvolvem a partir dos núcleos específicos e consideram 6(seis tipologias), sendo: o CBD, que está localizado na parte da cidade com agrupamento de pessoas, transporte de massa e comércio de varejo; a área de atacadistas e industrias leves; a área de indústria pesada, a área residencial e os núcleos menores.

Fica evidente a constituição de um núcleo que surge na origem da cidade e a medida que a cidade cresce, em termos espaciais e comerciais, há o surgimento de núcleos especializados, são padrões de usos da terra diversificados e em grande parte das cidades são padrões combinados. o CBD, neste contexto, migra para outras regiões da cidade.

2.1.2 Centralidade Intra-Urbana

A centralidade urbana é uma condição, um estado, uma expressão. Seja qual for o conceito urbanístico em estudo, essa se manifesta. Tem sido objeto constante de estudo, quando dirigido ao fenômeno da cidade, principalmente pela Geografia, que tem o território como um de seus focos de pesquisa e reflexão. Sendo uma condição, a centralidade não é um lugar, não é um setor da cidade, embora possa se manifestar em algum ponto físico dessa. Não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, compondo nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana (SPOSITO, 2013) É um conceito diretamente derivado dos estudos de territorialidade desenvolvidos pela Geografia moderna, notadamente a Geografia Humana e a Geografia Econômica, podendo ser citados por elaborarem trabalhos nesse sentido. (RAFESTTIN, 1993). Para este autor, um dos principais expoentes dessa linha teórica, assim como o perímetro urbano delimita institucionalmente o território urbano, a cidade vivida pelos seus moradores contém territórios resultantes de processos de construção social no cotidiano vivido:

> Mas, uma vez construídos concretamente, esses sistemas territoriais com quem os serem humanos interagem, num processo sistêmico passam a exercer influência sobre quem neles vivem, de forma que um constrói o outro. A coletividade constrói o território ao mesmo tempo em que vai sendo produzida por ele. Segundo Di Meo (1999), trata-se de um processo repetitivo e paciente de construção territorial e, ao mesmo tempo, da vida. Nesse processo, grupos e coletividades tecem verdadeiros laços de reciprocidade social e com o lugar vivido. É assim que muitas cidades e áreas rurais vêm sendo construídas espontaneamente e se auto organizam, segundo padrões culturais comuns (DI MEO, 1999, *apud* por LE BOURLEGAT, 2018, s/p).

Sobre esta complexa condição urbana, alguns aspectos tem sido objeto de pesquisa. A centralidade se manifesta em várias modalidades e formas. Teoricamente, em cada cidade, um tipo de centralidade, ou uma modalidade, já que não existe uma cidade igual à outra, em sua textura, morfologia, estrutura. No mínimo, sua história é peculiar a ela mesma, nunca irá se repetir da mesma forma, em outra. Mesmo seu nome e apenas seu nome já denuncia sua identificação territorial (CALVINO, 1999).

E, sendo assim, a centralidade pode ser classificada em pelo menos três: monocentralidade, multicentralidade e policentralidade. Sendo óbvia a primeira, deduz-se que as outras duas se diferenciam pela existência de mais de uma condição de centralidade em determinada cidade. A multicentralidade se caracteriza pelo aparecimento de subcentros e de eixos comerciais e de

serviços especializados fora do centro tradicional; a implantação de galerias comerciais, reafirmando o centro ou fora dele; ou mesmo o crescimento dessas atividades em áreas pericentrais, antes estritamente residenciais, são formas de multiplicação dos setores que nas cidades concentram atividades, pessoas e fluxos, possibilitando se reconhecer ”áreas centrais” (no plural em função o número delas), ainda que o centro principal continue a exercer a centralidade que expressa o conjunto da cidade. Já a policentralidade são atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo, tais como hipermercados modernos de grandes grupos do setor, shopping centers, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas, etc.) (SPOSITO, 2013).

Elemento de destaque nos estudos urbanos, embora não constituam e talvez nunca constituam, territórios de centralidade urbana, visto que apenas complementam o centro ‘principal’ e seu alcance e impacto urbano é sempre local, os subcentros urbanos ou centros de bairros, também denominados como centros de comércio de vizinhança, merecem ser estudados por constituírem a linha de frente da expansão comercial e até de consolidação dos centros urbanos (SANTOS, 1982). São viabilizados pelos moradores de seu entorno e viabilizam, ao mesmo tempo a ocupação de áreas de expansão de ocupação urbana. Emergem a partir de aglomeração de comércios e serviços de atendimento de necessidades cotidianas, bares, pequenas oficinas, lojas de conveniência, em locais de maior intensidade de fluxos de pessoas e veículos ou em torno de um serviço de alcance sub-regional, posto de abastecimento de combustíveis, supermercado, terminal de transportes urbano, etc., mas continua sendo sustentado, pela demanda local a quem atende de forma específica e peculiar (FARR, 2013).

2.1.3 Centralidade Inter-Urbana

Apesar de todas (ou pelo menos a maioria) terem sido criadas, ou fundadas, sem nenhuma preocupação quanto às suas articulações com as outras existentes em suas proximidades, ou em rotas e caminhos existentes, deve-se reconhecer que, todas acabam por se integrar a um sistema ou a uma rede de cidades, cumprindo papéis diversos. Os sistemas e redes de cidades tem sido objeto de estudos somente em épocas bem mais recentes, visto que existem há cerca de 50 séculos: Weber (1909) foi pioneiro com clássica teoria da localização de menor custo, tratando de cidades como centros de atividades industriais, destacando o transporte como variável de importância; Isard (1953) aprofunda estudos para esse modelo, criando o conceito de insumo de transporte. O geógrafo Walter Cristaller apresentou sua teoria dos lugares centrais em 1933 e George K. Zipf, também geógrafo, e sua regra do tamanho-hierarquia datam de 1940. Em 1954, Lösch apresenta seu modelo de localização de maior lucro. Na década de 1970, outro tema foi adicionado nos estudos das redes urbanas: as cidades como centros gerenciais, para localização de administração

e gerência das grandes corporações privadas, com muitos cientistas dedicados a esses estudos, a exemplo de Goddard (CLEMENTE, 1994).

E que modos de centralidade se manifestam nas redes urbanas? Vários autores se dedicaram a essa investigação: Santos (1982) classifica em seu nível mais fundamental, abaixo do qual não podem ser consideradas cidades e as denominam de cidades locais. No outro extremo há de uma espécie de hierarquia são as cidades globais, que Sassen (2008) define como as responsáveis pela articulação da economia global, pela ligação das redes informacionais e pela manifestação das centralidades do poder mundial. Como plataformas centrais de articulação para produzir capacidades globais de comercializar, financiar, prestar serviços e investir, em nível global. Entre essas classificações há o conceito de cidades polos de ligação, utilizadas no Zoneamento Ecológico Econômico de Mato Grosso do Sul, elaborado pelo governo do MS (2009) como as que têm potencial diferenciado gerador de sinergias capazes de articular políticas sub-regionais, atrair serviços especializados e investimentos produtivos, em uma espécie de centralidade média, entre o global e o local.

Observa-se no ‘interior’ das cidades, a centralidade que se apresenta nas redes e sistemas de cidades em tipologias variadas, podendo até ser considerada, com toda a cautela que uma expressão e nesse caso deve ter, como uma espécie de “urbanidade expandida”, conceito, muitas vezes adotado como: a casa como uma pequena cidade, a cidade como uma grande casa, a região como uma grande cidade. Nesse sentido, a centralidade inter-urbana pode ser pesquisada em tantos tipos quanto o número de redes e sistemas urbanos em desenvolvimento pelo mundo. Cada uma é peculiar. Assim, monocentrismo, multicentrismo e policentrismo também fazem sentido nessa escala, com os mesmos componentes, descentralização e dinamização econômica, mobilidade humana, prestação de serviços, com diferentes interpretações como cidades-regiões, cidades globais, regiões urbanas policêntricas, ou região urbana policêntrica (PESSOA, 2011).

Sob esses enfoques, é objetivo desse artigo o levantamento de pesquisas sobre o tema Centralidade Urbana, nas duas dimensões acima apresentadas, em universidades brasileiras, em teses de doutorado na área de conhecimento da geografia, que explorem os conceitos apresentados e/ou outros que possam ser acrescentados.

2.2 Metodologia

A abordagem da investigação foi quantitativa, tendo em vista que tratou-se de um mapeamento numérico referente aos estudos realizados sobre a temática em estudo no banco de teses e dissertações da Capes, configurando-se uma pesquisa bibliométrica. De acordo com Silva (2015) a biblimetria pode colaborar com o processo de identificação da evolução do conhecimento cientifico em uma determinada área de estudo, que foi produzido e publicado pela academia, o que

pode contribuir também para conhecer lacunas especificas, em determinadas áreas de conhecimento, corroborando para novas perspectivas de pesquisa e ineditismo de uma pesquisa.

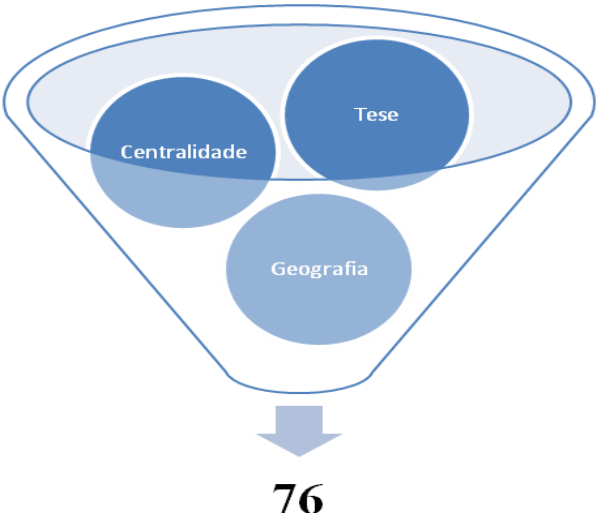
Quanto ao tipo de pesquisa com base no objetivo, foi exploratória, já que foi possível obter mais informações sobre a temática em estudo. Na visão de Malhotra (2011), as pesquisas exploratórias têm por objetivo examinar um problema ou situação para obter conhecimento e está relacionada com a descoberta de ideias e percepções.

Quanto ao procedimento metodológico na coleta das informações optou-se por pesquisa bibliográfica: em livros, artigos científicos e principalmente no catálogo de teses e dissertações da Capes, a partir das teses disponíveis para estudo, definida como base de dados.

A análise foi definida como bibliométrica, cujo propósito foi mapear os estudos que já foram realizados no contexto do Brasil e do mundo. Um panorama do conhecimento sobre as perspectivas da produção científica sobre o conceito de Centralidades Urbanas no Brasil, realizadas pelas universidades brasileiras.

A pesquisa foi delineada a partir da palavra-chave ‘centralidades urbanas’, a escolha da palavra foi baseada no Google Scholar. Nesse contexto, foram encontrados 4247(quatro mil duzentos e quarenta e sete) trabalhos, sendo 1321(um mil trezentos e vinte uma) teses, o filtro aplicado foi área do conhecimento (geografia), tendo em vista, esta, sendo sua área de estudo, gerando 76(setenta e seis) teses para o processo de leitura e mapeamento, conforme (figura 4).

Figura 4- Filtros utilizados no banco de teses e dissertações Periódicos Capes



A última etapa baseou-se na leitura dos resumos, sendo que das 76(setenta e seis) teses encontradas, foram descartadas 48(quarenta e oito), pois, 3 (três) não tinham resumo e 45(quarenta e cinco) em função do conceito de centralidade não estar relacionado ao contexto estudado, tendo em vista que o termo centralidade pode estar arrolado a outras perspectivas de trabalhos. A

pesquisa proposta, parte da premissa do conceito de centralidades urbanas. Dessa forma, o presente estudo foi esquematizado a partir das 28 (vinte e oito) teses selecionadas após leitura dos resumos.

2.3 Discussões e resultados

O levantamento realizado teve o enfoque dirigido ao campo de conhecimento da Geografia e resultou em pesquisas existentes em 13 universidades de todas as regiões brasileiras, com enfoques interdisciplinares, que puderam ser sistematizados em três grupos: o primeiro, referente as teses que estudam a centralidade no âmbito do espaço urbano (centralidade intra-urbana), o segundo que a estuda sua aparição nos sistemas e redes urbanos (centralidade inter-urbana) e o último, bastante específico, que estuda a relação entre as duas dimensões. (quadro 1).

Quadro 1- Centralidade Intra e Inter urbanas

Autor	Ano	Universidade	Título	Objetivo
Andreia de Souza Ribeiro Rodrigues	2013	Universidade Federal de Minas Gerais	A produção do espaço urbano de juiz de fora/mg: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades	O presente trabalho busca compreender o processo de produção do espaço urbano de Juiz de Fora/ MG, notadamente no eixo sudoeste da cidade.
Alexandre Carvalho de Andrade	2014	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Rio Claro)	Pouso Alegre (MG): Expansão Urbana e as Dinâmicas Socioespaciais em uma Cidade Média	Nesta pesquisa, a cidade de Pouso Alegre (MG) é analisada por meio da interação entre escalas temporais e espaciais, que permite evidenciar seu processo histórico de urbanização, o seu papel na rede urbana regional e as dinâmicas de seu espaço intraurbano.
Julio Cesar Zandonadi	2013	Universidade Estadual de Campinas	Cidades Médias e Cidades de Porte Médio: Distinção a partir de situações geográfica interurbanas e dinâmicas da centralidade intra-urbana - Uma análise comparativa de Taboão da Serra (SP), São Carlos (SP) e Marília (SP)	Através da análise crítica, apontar a complexidade que a classificação hierárquica de cidades, principalmente no tocante às cidades médias, metropolitanas ou não, exige que parâmetros intra-urbanos sejam considerados nos estudos das redes.

Fonte: CAPES (2018**).** Elaborados pelas autoras

No levantamento realizado, três teses devem ser examinadas de modo específico por extrapolarem as classificações (intra ou inter urbanidades) anteriores abarcando em suas pesquisas as duas realidades. A primeira, sobre Uberlândia, relaciona conceitos sobre o contexto urbano-regional e os modos como esse influencia a morfologia urbana e a criação de novas centralidades.

A segunda tese, estudando Pouso Alegre, analisa conceitos de mobilidade regional, principalmente rodoviária, e seus impactos em cidades de porte médio, suas dinâmicas socioespaciais e a criação de novas centralidades urbanas. A última dessas, a partir de pesquisas em Taboão da Serra, São Carlos e Marília, apresenta questões sobre cidades médias, metropolização e não metropolização e a necessidade da inclusão de aspectos intra-urbanos nos estudos referentes a redes e hierarquia urbanas.

As três teses fundem os conceitos urbanísticos, pensando as cidades, em seu desenvolvimento local, no sentido estreito do termo, integrando com estudos de desenvolvimento regional e territorial, no sentido largo do termo.

Quadro 2- Centralidade Inter-urbano

Autor	Ano	Universidade	Titulo	Objetivo
Kristian Oliveira de Queiroz	2015	Universidade de São Paulo	Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas	Analisar a integração territorial da região do Médio Solimões no Amazonas por meio do papel da centralidade de Tefé no contexto de uma globalização relativizada
Jailson de Macedo Sousa	2015	Universidade Federal de Uberlândia	Enredos da dinâmica urbano - regional sulmaranhense: reflexões a partir de centralidade econômica de açailândia, balsas e imperatriz	Este estudo aborda e analisa aspectos essenciais da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense, delineada a partir da década de 1950.
Andreia de Cassia da Silva Ajonas	2015	Universidade de São Paulo	Metropolização do espaço: Itu, Salto e Sorocaba - SP	A análise dos fluxos interurbanos dessas cidades fornece elementos que reafirmam a ideia de que as mudanças espaciais geradas a partir da reestruturação produtiva não implicaram em uma perda de importância da capital do Estado, São Paulo.
Evaldo Ferreira	2014	Universidade Federal Fluminense	Cáceres: Capital Regional no Contexto de Mato Grosso	Analisar a função, a dinâmica e os fluxos que caracterizam a cidade de Cáceres como polo regional ou como uma das capitais regionais do Estado de Mato Grosso, por meio de suas relações, conexões, polaridade e centralidade exercida sobre as demais cidades da região.
Andrecksa Viana Oliveira	2013	Fundação Universidade Federal de Sergipe	Mobilidade do trabalho, transferência de renda e produção do espaço regional de Vitória da conquista - Bahia	A tese discute o tema mobilidade do trabalho relacionando com transferência de renda e produção do espaço regional e tem como objetivo analisar os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço regional.
Marcia Maria santos Santiago	2017	Fundação Universidade Federal de Sergipe	Interações espaciais da cidade de Itabaiana no subsistema urbano de Aracaju	Analisar as interações espaciais interurbanas da cidade de Itabaiana – SE, centro intermediário do subsistema urbano de Aracaju, a fim de desvendar os seus desdobramentos e sua abrangência dentro da rede urbana.

Michel Rezende da Silveira	2016	Universidade de Brasília	A dinâmica do agronegócio no estado de goiás e a centralidade do município de rio verde	Nessa pesquisa se debateu o tema agronegócio no Brasil, compreendido através do par dialético modernização e desigualdade, no intuito de discutir a centralidade do município de Rio Verde, desde 1990 até a atualidade.
Edseisy Silva Barbalho Tavares	2017	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - 30	Usos do território e Rede Urbana Potiguar	O objetivo da tese é compreender a rede urbana do Rio Grande do Norte no período técnico científico informacional, entendendo que o avanço desse novo meio no território promove a sua reestruturação em função da superposição de redes que quebra qualquer lógica pautada numa hierarquia rígida
Carlos CassemiroCasaril	2014	Universidade Federal de santa Catarina - 34	A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão - paraná	O objetivo desta tese foi analisar a dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão, visando desvelar o entendimento do processo de transformação da rede, através do setor terciário e produtivo e eventual fragilidade econômica e limitações produtivas da região do Sudoeste paranaense, apontadas pelo IPARDES.

Fonte - CAPES (2018**).** Elaborados pelas autoras

Assim como na outra categoria, as teses que tem como objeto o estudo da centralidade inter-urbana, apresentam uma abrangência territorial bastante relevante, se debruçando a estudos de sistemas urbanos e regionais em nove localidades: Amazônia, Sul do Maranhão, região de Itu/Salto/Sorocaba, Cáceres, Vitória da Conquista, Itabaiana, Rio Verde, Rio Grande do Norte e Francisco Beltrão, por meio de teses desenvolvidas em sete universidades: UF Uberlândia, USP, UFF, UF Sergipe, UNB, UFRN e UFSC.

A análise dos resumos mostra um quadro diferente, porém. Ao mesmo tempo que temáticas de natureza urbanísticas – mobilidade, territorialidade, polarização -, há uma destacada predominância em duas temáticas, nas teses selecionadas: o estudo das redes urbanas, que aparece diretamente em quatro teses e o desenvolvimento econômico, objeto de estudo em seis pesquisas, denotando uma tendência de estudo nesse sentido.

Quadro 3- Centralidade Intra-urbana

Autor	Ano	Universidade	Título	Objetivo
Joselia Carvalho de Araujo	2017	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	A natureza da centralidade urbana em natal	Explicitar a natureza da centralidade urbana em Natal, considerando os conteúdos, processos e formas que a constituem, bem como os fatores concorrentes para a sua diversificação.
Marilia AraujoRoggero	2015	Universidade de São Paulo	Qualidade de vida nas bordas da metrópole – centralidades e periferias	Identificar modelos para interpretação/identificação de morfologia urbana.
Andrea	2014	Universidade	A situação espacial de	No contexto da reestruturação urbana, a

Leandra porto Sales		estadual paulista Júlio de mesquita filho (presidente prudente)	franquias na américa do sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da argentina, brasil e chile.	justes espaciais cada vez mais refinados, orientados pela prevalência do consumo sobre a produção, tornaram as cidades médias sul-americanas em centros urbanos lucrativos para empresas do varejo que possui em a marca como principal ativo: as franquias.
Daniel de Mello Sanfelici	2013	Universidade de São Paulo	A produção do espaço como mercadoria: novos eixos da valorização imobiliária em porto alegre/rs.	Elucidar os nexos que definem a produção do espaço da metrópole de porto alegre no período atual, sobretudo nos últimos 15 anos.
Michele de Sousa	2016	Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente)	A produção da diferenciação socioespacial em mossoró-RN	Procurou-se compreender a produção desigual do espaço urbano de mossoró e a própria construção dessa desigualdade, para então investigar quais áreas na cidade estão se valorizando (sob vários aspectos) e quais são os agentes que estão "orquestrando" esse processo
Oseias Teixeira da Silva	2016	Universidade de São Paulo	O ponto de ruptura: reestruturação espacial na região metropolitana do rio de janeiro.	Nesse trabalho partimos da hipótese de que associado à recuperação econômica da região metropolitana do rio de janeiro em meados da década de 1990 estaria ocorrendo um processo de reestruturação espacial, marcado pela ocorrência da dispersão metropolitana e da reconfiguração da centralidade metropolitana.
Francisco Clebio rodrigues Lopes	2013	Universidade de São Paulo	Fortaleza (CE) vai continuar andando para o leste: suburbanização, ideologia e cotidiano.	Desvendar os mecanismos de suburbanização do capital na metrópole de fortaleza a partir da incorporação de porções territoriais situadas ao longo da avenida washington soares/CE 040, cerca de vinte quilômetros do centro, denominada de região da água fria.
Muriel Pinto	2015	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A identidade socio territorial missioneiran na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções jesuítivo-guaranis.	Procurando melhor compreender como vem se dando a construção da identidade missioneira, problematizou-se como as representações sociais e os marcadores territoriais missioneiros acabam por reproduzir narrativas identitárias e enraizamentos sociais missioneiros.
Sergio Magno Carvalho de Souza	2016	Universidade de Brasília	Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na ride-DF	Compreender as modificações recentes na organização espacial da RIDE-DF, sob o pano de fundo da reestruturação produtiva.
MainaPiraja Silva	2017	Universidade Federal da Bahia	O papel dirigente nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza: Dinâmica e Limitações	Analisar e comparar o papel dirigente nas maiores regiões metropolitanas do nordeste do país: salvador, recife e fortaleza, em uma análise intermetropolitana e intrametropolitana, ponderando o perfil da gestão em seus territórios, identificando suas dinâmicas e limitações.
Vinicius Lino rodrigues de	2014	Universidade Federal de	Do centro à zona sul: análise dos espaços de	Compreender os impactos decorrentes da expansão urbana que ocorrendo na

jesus		Uberlândia - 43	consumo e lazer em Uberlândia	cidade de Uberlândia (mg), fruto do processo de sua inserção na economia nacional e mundial, que acarretou grande transformação na sua zona central.
Jionaldo pereira de oliveira	2013	Universidade Federal do Ceará	O desafio da moradia: a reprodução da habitação popular no espaço urbano de mossoró (rn) na vigência do estatuto da cidade (2001-2011) e suas questões socioespaciais	Esta pesquisa definiu como objeto de estudo a habitação popular presente no espaço urbano de mossoró-rn enquanto representante dos processos socioespaciais no período de vigência da lei 10.257/2001, conhecida como estatuto da cidade,entre 2001 e 2011.
Magno de Lara Madeira Filho	2015	Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho (Rio Claro)	Shopping center: consumo do espaço, cotidianidade e fetichismo	A presente tese visa problematizar o lugar do shopping center no processo de produção do espaço, identificando, através de uma análise histórica, as metamorfoses e os novos sentidos adquiridos por essa forma espacial, no sítio urbano e como investimento imobiliário.
Joao Bosco moura Tonucci Filho	2017	Universidade Federal de Minas Gerais	Comum urbano: a cidade além do público e do privado	Esta pesquisa teve como objetivo superar a dissociação teórica entre o comum e o urbano. De modo geral, o comum refere-se aos bens, espaços e recursos que são compartilhados, usados e geridos coletivamente por meio de práticas gestadas pela própria comunidade, fora do âmbito do estado e do mercado.
Fernando da Costa Ferreira	2017	Universidade do estado do rio de janeiro	O estádio de futebol como arena para a produção de diferentes territorialidades torcedoras: inclusões, exclusões, tensões e contradições presentes no novo maracanã	Compreender de que maneiras o maracanã, após a sua reforma/reconstrução e a entrega da administração a um consórcio privado, vem sendo apropriado pelo público frequentador e as diferentes territorialidades a ele associadas
Lina PatriciaGiraldo Lozano	2013	Universidade de São Paulo	A cultura popular face à crise da cidade e do urbano	O processo de modernização acelerado da sociedade que, para se realizar, precisa da produção de um espaço urbano fortemente homogêneo, hierarquizado e fragmentado tende a exacerbar as contradições centro-periferia. No caso de Bogotá, a modernização via planejamento estatal acentua o fenômeno de periferização e com ele a segregação espacial.

Fonte: CAPES (2018**).** Elaborados pelas autoras

É o campo de estudo que despertou maior interesse, por parte dos pesquisadores dos programas de doutorado resultando em dezesseis teses das vinte e oito teses previamente selecionadas, segundo a metodologia adotada na pesquisa. É importante destacar que a temática centralidade, referente ao contexto intra-urbano foi objeto de pesquisa em nove universidades de sete estados diferentes – UFRN, USP, JÚLIO DE MESQUITA (Presidente Prudente e Rio Claro), UFRGS, UFRJ, UNB, UFBA, UV UBERLÂNDIA, UFMG.

Quanto aos objetos das teses, como apresentado nos respectivos conteúdos dos resumos publicados no Banco de Teses e Dissertação da Capes, foram escolhidas como localidades de

estudo, dez cidades brasileiras – Natal, Porto Alegre, Mossoró, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Borja, Distrito Federal, Salvador, Recife, Uberlândia, uma colombiana, Bogotá e uma francesa, Estraburgo. Uma tese examina cidades médias da Argentina, Brasil e Chile.

Finalmente, quanto aos conteúdos, a despeito das temáticas escolhidas, alguns conceitos são recorrentes, podendo ser citados como elementos de pesquisa nas teses encontradas: natureza da centralidade, produção do espaço urbano, economia urbana, cultura, espaços públicos, sub-urbanização, comum urbano. Fica evidenciado o caráter interdisciplinar da pesquisa escolhida e a consistente contribuição que pode ser registrada nessas teses, para o conhecimento da realidade das cidades brasileiras.

3 DESCENTRALIZAÇÃO URBANA, COMÉRCIO, SUBCENTROS E NOVAS CENTRALIDADES: UMA ABORDAGEM EM ANÁLISE TEXTUAL

Nos estudos sobre cidade observa-se a associação das suas formas e funções, que constituem o espaço urbano vivido. Ademias, há nesse contexto os processos espaciais, sendo que o presente estudo, tem como premissa, um destes processos, comum as cidades capitalistas, a chamada descentralização do comércio, que se manifesta de forma econômica, social e espacial, na construção histórica das cidades e seu espaço urbano.

Nesse sentido, o objetivo do capítulo em comento foi aplicar a análise textual no contexto de estudos sobre a descentralização do comércio O capítulo foi estruturado conforme a seguir: aporte teórico, que apresenta os autores que fundamentam o trabalho; a metodologia, que explana os aspectos metodológicos e a análise textual dos dados processados.

3.1 Aporte Teórico

As cidades capitalistas são permeadas por diversas modificações ao longo dos tempos e as relações de troca e comércio compõem espaço urbano. Nesse sentido, a descentralização de algumas áreas aparece na produção do espaço urbano na cidade, o que está associado ao processo de reprodução do capital e que incide sua reprodução espacial.

As sociedades capitalistas possuem um movimento de agrupamento econômico de empresas e uma dispersão da produção, por meio da utilização de formas de produção flexíveis, que modificam a estrutura interna das cidades.

Nesse contexto, a descentralização é compreendida por Corrêa (1999) como um processo que incide modificações na organização do espaço intraurbano, ou seja, na estrutura interna da cidade. Muitas vezes manifestado de forma espontânea ou planejada, com a finalidade de atenuar a centralização urbana, arrolada ao crescimento demográfico e espacial.

O espaço geográfico [...] é um produto social em processo de modificação constante, o espaço confere sua própria realidade. Dessa forma, a sociedade não pode atuar fora do espaço, sendo que é imperativo compreender a sua relação com a sociedade, tendo em vista que esta é que determina os efeitos dos processos (tempo e mudança) e aponta as ideias de forma, função e estrutura, aspectos essenciais para o entender da produção do espaço urbano (SANTOS, 1985).

De acordo com o autor supracitado [...] forma, função, estrutura e processo são termologias disjuntivas, todavia, associadas. Devem ser aplicadas com base a um contexto, dia a dia do mundo, pois quando adotados de forma individual, caracterizam apenas realidades parciais e limitadas do todo. Contudo, quando consideradas de forma conjunta e relacionadas entre si, formam uma base teórica e metodológica, que permite discutir fenômenos espaciais em sua totalidade.

Corrêa (1995) complementa afirmando que a cidade capitalista é um ambiente em que

ocorre vários processos sociais, dentre quais, há o acúmulo de capital, sendo que a reprodução social é fundamental, neste contexto. Tais processos emergem funções e suas respectivas formas espaciais (Figura 5), constituem em atividades e suas concretizações. A distribuição espacial compõe a própria organização espacial urbana, sendo necessário reconstruir o conceito de processos espaciais, tendo em vista sua prática na relação ação humana-tempo-espaço-mudança.

Figura 5- Processos espaciais

Fonte: (CORRÊA 1995, p. 5). Elaborado pelas autoras

Segundo este autor, a centralização e área central, refere-se ao centro principal das cidades, que na maioria das vezes abrange a origem histórica e comercial da localidade. As principais atividades econômicas, sejam do Estado ou empresas privadas, originalmente são constituídas na área central da cidade, assim como também os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos. Sua principal característica é a verticalização.

Um dos fatores que contribuíram para formação do centro comercial, foi a revolução industrial, tendo em vista que o aumento do consumo de produtos industrializados, culminou com a origem de uma malha de transporte para atender a demanda crescente destes produtos. Propiciou nestes espaços, uma oportunidade para a construção das ferrovias e um processo de aglutinação de pessoas, que circulavam no local, considerados público alvo para os empreendedores locais. Nesse sentido, pode-se afirmar que estes aglutinamentos de investimentos e também de empreendimentos, localizados próximos as ferrovias, contribuíram para delimitação da área central e atraiu empresas para estes espaços, elevando o preço da terra, lei da oferta e demanda, da economia clássica. A partir disto, somente os empreendimentos, os quais, os lucros eram em função da localização, passaram a optar por estabelecerem-se nesta área da cidade.

A descentralização e núcleo secundário, está relacionado, também ao crescimento da cidade, fazendo com que o centro e as novas áreas da cidade tenham suas distâncias aumentadas. Contudo, o surgimento de núcleos secundários de atividades de comércio e serviços vão gerar uma economia de transporte e tempo, levando um consumo maior nos bairros, tendo em vista a criação de um mercado consumidor nestas localidades (CORRÊA, 2000).

A Coesão e áreas especializadas, refere-se a uma tendência em algumas áreas da cidade ocorrer a centralização de certas atividades de especialização, convida de forma mais cerrada os consumidores para estas áreas e ainda colabora para que haja uma complementaridade entre algumas atividades, como exemplo: os serviços de bancos e seguros, ou ainda mesmo não haja uma relação entre si, como é o caso de ruas especializadas em móveis e autopeças, ou ainda com lojas de natureza distintas, como é o caso Shoppings Centers. Refere a aglomeração de algumas empresas seja pela coesão ou magnetismo destas (CORRÊA, 1995 e 2000).

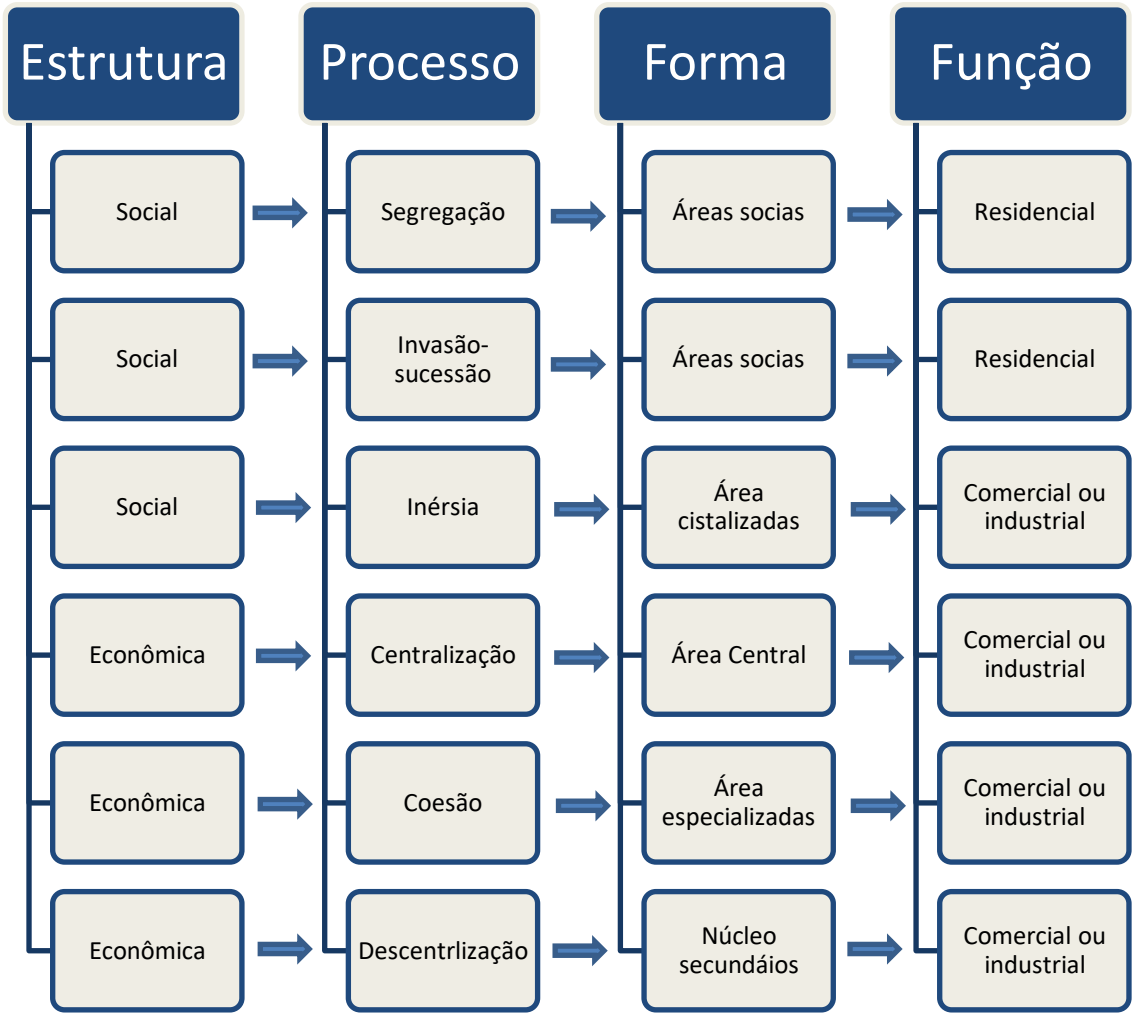
De acordo com autor supracitado a Segregação e as áreas sociais, nesse aspecto, estão relacionadas ao desenvolvimento urbano de forma irregular, característicos das cidades, é uma condição da própria dinâmica da produção do espaço urbano, ou seja, de um lado, as pessoas com maior renda moram nas áreas com os melhores comércios, serviços e infraestrutura, do outro, concentram as pessoas com baixa renda, em áreas necessitadas destes serviços. A segregação residencial é, em realidade, um processo que se origina a tendência a uma organização espacial em áreas de "forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas" (p.10).

Corrêa (1995, p. 12) afirma que a Dinâmica social da segregação no contexto dos processos espaciais e suas formas envolve o espaço e tempo. Pode ser acontecer da seguinte forma:

> Este processo de fazer e refazer pode ser rápido ou lento: como uma fotografia, um padrão espacial pode permanecer por um longo período de tempo; ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação é própria do capitalismo não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte imobilismo sócio espacial. A segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é adequada durante um período de tempo por um grupo social e, a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos superior, através do processo de renovação urbana. Mobilidade e segregação. A dinâmica espacial da segregação gerou de um lado, aquilo que a literatura registra como sendo a "zona em transição", área de absolescência em torno de um núcleo central, também denominada de "zona periférica do centro" (CORRÊA, p. 12).

Por fim, este autor evidencia que a Inercia e as áreas cristalizadas referem-se a organização espacial intraurbana, por meios de certos usos e locais, mesmo que embora não haja mais causas para que as pessoas se localizem nestes espaços. "O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas na forma como mudança de conteúdo, pois isto seria, na realidade, o processo de substituição ou invasão-secessão" (CORRÊA, p. 13).

Figura 6- Representação gráfica dos processos espaciais



Fonte Corrêa (1989 e 2000). Elaborado pelas autoras

Tona-se imperativo mencionar que estes processos e suas respectivas formas podem ocorrer concomitantemente na mesma cidade ou bairro e que são complementares entre si, sendo que o objeto de estudo deste trabalho é a descentralização e os núcleos secundários (figura 6).

Nessa perspectiva, menciona que a descentralização surge como uma alternativa para empresas, tendo em vista que estas querem extinguir as deseconomias que são geradas pelo excesso de empreendimentos na área central, caracterizado pela excessiva centralização. Por outro lado, emerge uma menor rigidez locacional na cidade, em consequência de fatores de deslocamento em áreas fora do centro (CORRÊA, 1989).

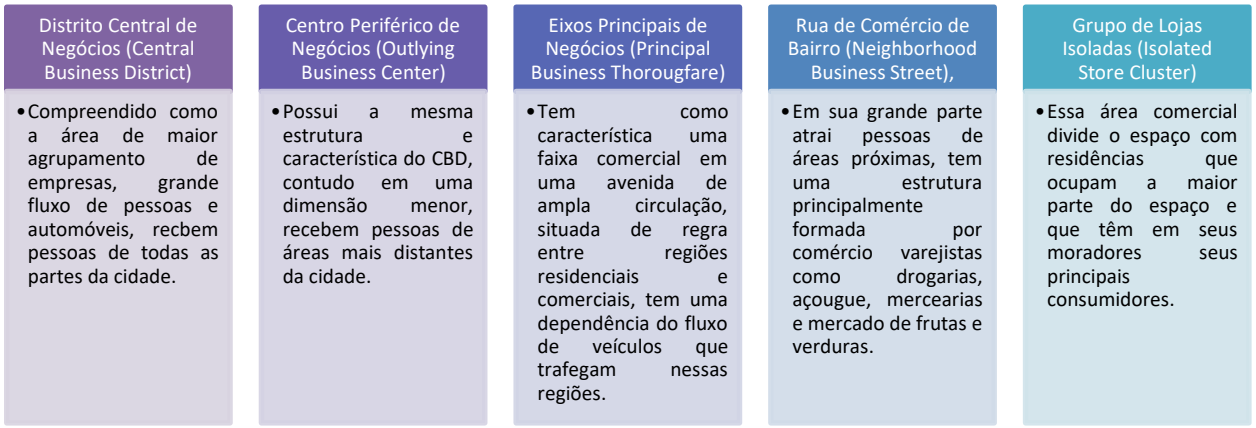
Segundo Murphy (1971) as regiões predominantemente nas cidades, são ocupadas pelos mais diversos objetivos, sendo algumas com dominância dos estabelecimentos comerciais ou industriais, e outras residenciais, há ainda as regiões em desenvolvimento. Estes padrões de uso é que na maioria das vezes determinam o surgimento das regiões e que auferem nomes que moldam e diferenciam as cidades.

Nesse sentido, em todas as cidades uma das regiões mais frequentemente encontradas é o

Centro Distrital de Negócios (CBD), conhecido popularmente no Brasil, como centro comercial ou centro, tendo em vista que estes espaços têm como característica dominante a presença dos estabelecimentos do setor terciário, o que corrobora para que o CBD seja facilmente reconhecido nas cidades contemporâneas. Constitui o espaço urbano com principal confluência das linhas de transportes e a região com maior passagem de veículos e pessoas, possuindo poucos espaços vazios, muitos prédios e preços elevados da terra.

A estrutura comercial das cidades com base em suas especificidades mais comuns pode ser classificada da seguinte forma (Figura 7):

Figura 7- Estrutura comercial das cidades



Fonte: (PROUDFOOT,1937). Elaborado pelas autoras

Berry (1971) complementa afirmando que a estrutura comercial está dividida em três categorias de negócios: a primeira refere-se aos centros comerciais hierarquizados; são comuns em todas as cidades e alargam por todo o espaço urbano. Os níveis que compõe a hierarquia são: loja de conveniência local, lojas comerciais de bairros, centro comercial comunitário, centro de compras regionais e CBD metropolitano.

O 1º nível é inferior, refere-se a drogarias, mercearias, tem a finalidade de atender as pessoas da localidade. O 2º nível compreende supermercados, lavanderias, lojas de belezas e pequenos restaurantes, já nos centros comunitários (nível 3) estão as lojas de roupas, confeitarias, joalherias, floricultura, correios e em algumas vezes, os bancos. No 4º nível localizam as discotecas, lojas de brinquedos, fotografias e sapataria, entre outros comércios citados. O 5º nível é ao contrário do primeiro, superior, possui a estrutura de comércio mais completa de urbe, refere-se ao CBD.

A segunda categoria eixos comerciais, possui postos de combustíveis, fast-food, hotéis, entre outros, estão localizadas geralmente em faixas nas avenidas de grande fluxo de automóveis. É um local de oportunidades para estas empresas, contudo, estas não inferem influências no fluxo

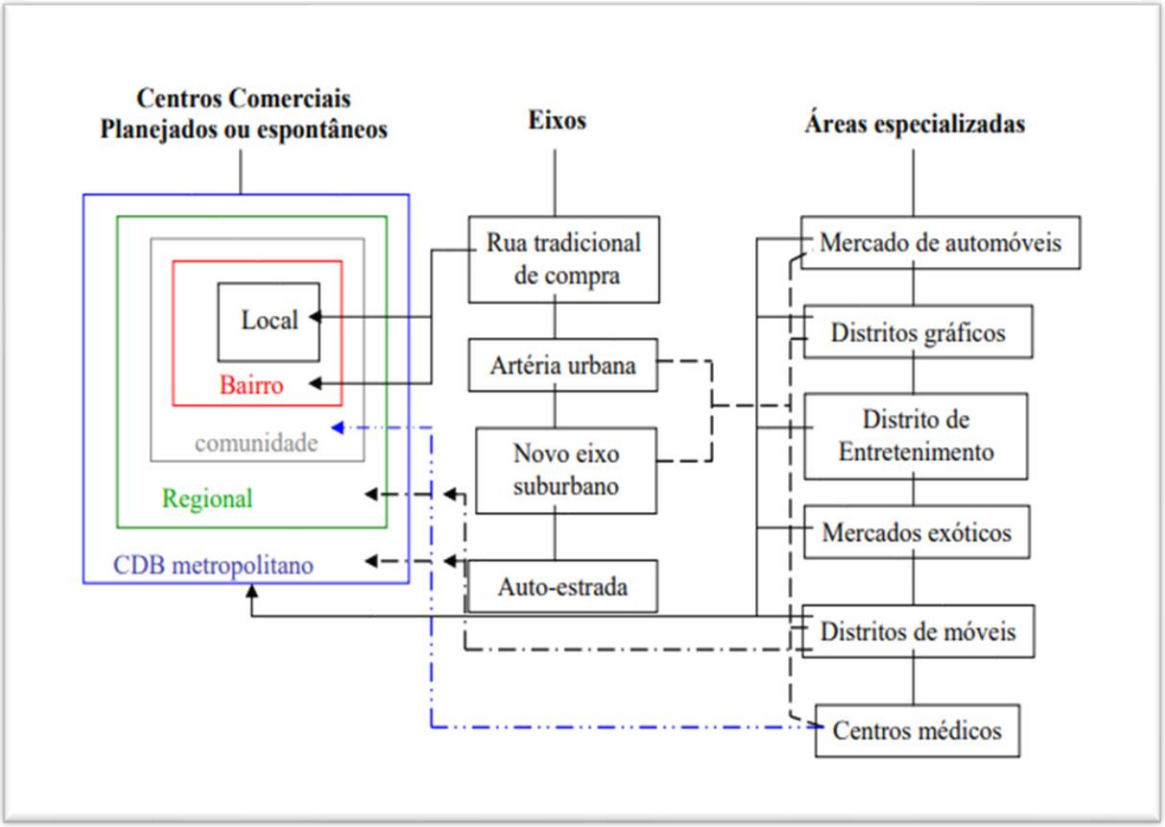
de passagem. Estas lojas precisam de um espaço maior para suas instalações e preferem espaços fora da área central.

Nesse contexto há também os empreendimentos que se instalam melhor fora da área central, tendo em vista a necessidade de espaço, são supermercados, equipamentos de escritórios, acessórios, serviços para carros, entre outros. Nestes casos é importante que estejam localizados em locais de fácil acesso, considerando que comercializam materiais de consumo. Há ainda os centros especializados, possuem uma ótima estrutura comercial urbana, são concessionárias, empresas de vendas de carros usados, áreas hospitalares e centros médicos.

A terceira categoria áreas especializadas "são aglomerados comerciais que oferecem produtos ou serviços similares entre si. As linhas tracejadas e contínuas servem para demonstrar onde geralmente são encontrados os serviços ou produtos ofertados, podendo ser nos centros, nos eixos e alguns em ambos" (CARVALHO, 2007).

Berry (1971) elaborou um desenho que demostra a estrutura de comércio e negócios e suas três categorias, centros comerciais (planejados ou não), eixos comerciais e áreas especializadas (Figura 8).

Figura 8- Categorias de comércio e negócios



Fonte: Berry (1971, p. 362). Tradução de (CARVALHO, 2007, p. 87)

Verifica-se na (figura 8), que as caixas apresentadas na categoria centros comerciais referem-se a hierarquia dos centros comerciais urbanos, colocando como mais importante o CBD

metropolitano. Na categoria eixos, são demonstradas quatro faixas comerciais onde frequentemente estão os empreendimentos varejistas: rua tradicional de compra, artéria urbana, novo eixo suburbano, onde existem concentrações de lanchonetes, drogarias e serviços do tipo drive-in (estabelecimentos onde o consumidor adquire o produto ou serviço permanecendo dentro dos carros) e autoestrada, e, pôr fim, a categoria áreas especializadas que são aglomerados comerciais que oferecem produtos ou serviços similares entre si. As linhas tracejadas e contínuas servem para demonstrar onde geralmente são encontrados os serviços ou produtos ofertados, podendo ser nos centros, nos eixos e em ambos.

Colby (1933) enfatiza que há forças que direcionam as transformações no espaço urbano, tornando a descentralização do comércio possível. Os autores enfatizam as forças centrífugas, que repelem e centrípetas, que atraem (Figuras 9 e 10).

Figura 9- Forças centrífugas

Fonte: Corrêa (1989) e Colby (1933)**.** Elaborado pelas autoras.

Figura 10- Forças centrípetas

Fonte: Corrêa (1989) e Colby (1933)**.** Elaborado pelas autoras.

Conforme representado nas (Figuras 9 e 10) há forças que fazem com que as empresas procurem novas centralidades, podendo destacar três delas, alto custo da terra, falta de espaços vazios e os engarrafamentos presentes na área central, sendo que simultaneamente há forças que atraem estas empresas para novas centralidades, neste aspecto específico, destacam-se as forças: custos mais baixos da terra, em função dos espaços vazios e o fato de muitas vezes os consumidores não precisarem de transporte, considerando as distâncias reduzidas e proximidade com o mercado.

Corrêa (1989) compartilha com a ideia do autor supracitado e evidencia os fatores que corroboram para que a área central da cidade tenha uma menor demanda de negócios em sua localidade. Por outro lado, destaca os fatores que atraem estes empreendimentos comerciais, o que o autor denomina de fatores de repulsão do centro tradicional e atração para novos centros. A descentralização faz com que o espaço urbano seja mais complexo, pois há diversos núcleos secundários, que facilitam a vida das pessoas nestes espaços urbanos.

O capital industrial corrobora para novas localizações e lucros com a troca de terrenos com grandes diferenças de preços, fenômeno este, que contribui para o desaparecimento ou pelo menos dificulta a sobrevivência das pequenas empresas, que não possui estrutura para vivenciar o processo de descentralização. De outro lado, há as grandes empresas que possuem pontos de comercialização em diferentes locais, operam como agentes acumuladores de capital. A descentralização se destaca como oportunidade para os agentes imobiliários, com abertura de

novos mercados (CORRÊA, 1989). A descentralização possui uma seletividade conforme diferentes tipos:

> Em termo de atividades: algumas se descentralizam mais, como as indústrias, enquanto outras são poucos tendentes à descentralização, como a de direção dos negócios;
> Em termos temporais: em relação à indústria, descentralizam-se primeiramente aquelas que são consumidoras de espaço, ou poluentes;
> Em termos de divisão territorial do trabalho: atividades que comportam várias funções complementares, mas com demandas diferentes de espaço e capacidade distintas de pagar pela terra que ocupam, realizam uma descentralização seletiva: abandonam o centro, a fábrica e o depósito, ali permanecendo a sede das empresas industriais e comerciais;
> Em termos de trabalho da cidade: a descentralização começa a se verificar partir de uma dimensão urbana que, no entanto, pode variar em razão de peculiaridade do sítio urbano, no sistema de transporte, das funções urbanas e do nível de renda da população;
> Em termos de territórios: certos setores da cidade são mais procurados do que outros pelas atividades da área central (CORRÊA, 1989, p. 8).

A descentralização das empresas leva em consideração suas atividades, tempo, divisão do trabalho, dimensão urbana e os territórios da urbe, ocorre de forma seletiva, tem como norte as tipologias mencionadas acima, na visão do autor supracitado.

Na grande parte das cidades, o distrito central de negócios (CBD) é considerado foco principal dos sistemas de transportes intraurbano e interurbano e possui uma maior centralização de empregos, sendo que maioria das funções centrais estão na localidade do núcleo central de negócios.

Nessa perspectiva é imperativo mencionar que um grupo destas funções, o varejo, têm sido constantemente descentralizados nos últimos anos, tendo em vista a decadência do transporte público e a facilidade do automóvel. Contudo, o avanço dos subcentros não reduziu de forma significativa a importância do CBD, para além do varejo, pois, os mais antigos centros ainda conservam sua dominância (KOHN, C.; MAYER, R, 1958).

A descentralização urbana e dispersão das indústrias, população e serviços tem ocorrido de forma intensa, [...] sendo que os centros comerciais cresceram dentro da área metropolitana e novas centralidades foram criadas, de forma paralela, resultando em uma estrutura de metrópole policêntrica, transformando a função da área central. Essa tendência pode ser observada em cidades desenvolvidas (FRIEDRICHS; GOODMAN et al, 1987).

Nesse contexto, cabe evidenciar as novas formas de estrutura interna da cidade, sendo que quando há um ou mais centros, refere-se a multicentralidade e quando há diferentes níveis de especialização e de relevância destes centros, configura-se a policentralidade. “Os Novos Centros comerciais multiplicam a centralidade, mas não reproduzem a polaridade do centro principal” (SPOSITO, 2010, p. 213).

Esta autora menciona que na contemporaneidade emerge centros diversos, que estão em

lugares opostos ao centro tradicional e/ou histórico e suas funções comerciais. Os centros diversos se formam no espaço urbano a partir de conteúdos, processos e formas diferentes. Tornando-se possível a não mais polarização de centro-periferia nas cidades, tendo em vista a tendência à crescente especialização espacial, que reconfigura as atividades terciárias, por meio da mul(poli)centralidade. Cabe destacar os transportes, o tempo que as pessoas usam para consumo e a significância do lazer para estas pessoas nas cidades contemporâneas. As pessoas estão cada vez mais preocupadas com a qualidade de vida, querem mais tempo com a família, mais tempo para o lazer e preferem consumir perto de casa, pensando no tempo de deslocamento e também custos. A mobilidade torna-se um elemento fundamental na desenvolvimentos das centralidades urbanas e na estrutura urbana.

A criação das ferrovias, substituindo aos poucos, outras formas de transporte, como carroças e charretes e posteriormente a difusão do uso do automóvel e a relevância do lazer e do tempo que as pessoas destinam ao consumo, podem ser considerados como elementos importantes na redefinição e análise intraurbana, à medida que estes redefinem o cotidiano das pessoas e a coerência da localização e uso dos objetos comerciais e de serviços, modificando as estruturas urbanas das cidades.

Os deslocamentos preferenciais, constituem, portanto, fator preponderante para os processos de consolidação de centros urbanos ou surgimentos de outros locais centrais. Para isso foi decisiva a evolução das tecnologias de transporte público de massas, acontecidas nas cidades pós-industriais, primeiro por trilhos (bondes, trens urbanos e metrôs) e posteriormente os automotivos (ônibus, carros, motocicletas), que tornaram possível o assentamento de populações a cada vez maiores distâncias, com o surgimento de novas áreas comerciais e de serviços (SPOSITO, 2013).

Nesse contexto, impera mencionar ainda a dispersão, que pode ser estudada sob duas perspectivas, sendo que a primeira refere as áreas metropolitanas e ao tecido urbano, já a segunda, ocorre a partir das modificações no tecido urbano, participando ativamente deste o processo, os grandes empreendimentos, como é o caso dos shopping centers.

Na visão de Pintaudi (1992) o shopping center é um empreendimento do setor imobiliário, que concentra-se em um ou mais edifícios, compreende diversos negócios do varejo e serviços. Refere-se a uma empresa privada que planeja o seu tenant mix, a partir de diversas lojas do mesmo segmento e diferentes, assim como lojas âncoras e comércio especializado e de serviços, que necessariamente não precisam pertencer a rede.

De acordo com autora supracitada o primeiro shopping center no Brasil, surgiu em São Paulo, na década de 60, sendo que na década de 70 surgiram mais 6(seis) empreendimentos desta tipologia. Contudo, o marco histórico da expansão dos shopping centers foi na década de 80, pois houve um aumento bastante significativo, com diversas inaugurações, indicando que este processo

era irreversível. À época, a maioria das capitais brasileiras já tinham um shopping Center. Nesse sentido, a autora faz relação da expansão dos shopping centers no Brasil, em diferentes cidades, não somente com o aumento da população destas localidades, mas também como o poder aquisitivo do mercado consumidor destas.

Nesse sentido Sposito (1991, p. 12) afirma que:

> Na medida em que comercializam diversos tipos de mercadorias e oferecem uma variedade de serviços, estes estabelecimentos criam novas centralidades, talvez com uma multiplicidade funcional, menor que a do centro tradicional. Além disto, a partir de sua instalação são atraídas outras atividades comerciais e de serviços para suas adjacências, podendo ser criados novos subcentros.

Percebe-se que a criação dos shopping centers está respectivamente relacionado a criação de novas centralidades e subcentros em seu entorno, está fortemente associado a descentralização das atividades de comércio e serviços nas cidades contemporâneas.

Cabe destacar que historicamente a expansão urbana, por meio das novas centralidades, estava relacionada a novas áreas ocupadas, ou seja, à medida que o crescimento demográfico acontecia, novas áreas da cidade eram ocupadas pela população e respectivamente surgiram novas áreas de comércio e serviços, para atender as necessidades destas pessoas. Contudo, na atualidade, os shopping centers e hipermercados, outra forma de expressar a centralidade, são capazes de criar-se e muitas vezes antecipar a própria expansão da cidade. Nesse sentido, impera destacar que os hipermercados no Brasil têm sua história a partir da década de 70, quando foi inaugurado o primeiro hipermercado na cidade de São Paulo.

Corrêa (2005, p. 02) complementa afirmando que "os shopping centers, distritos administrativos e os novos centros empresariais, difundem-se alterando a organização espacial de grande parte da cidade em particular em sua Área Central ".

Percebe-se que estas formas de centralidades, possuem fortemente a capacidade de modificar e reestruturar o espaço e urbano e seus processos espaciais, principalmente no que refere-se aos impactos destas no centro tradicional ou histórico, da maioria das cidades.

Nas cidades contemporâneas há outra questão importante para se pensar nesse contexto, a segregação espacial dos bairros residenciais, de diferentes classes sociais, sendo esta, uma característica da metrópole brasileira, ou seja, a criação de bairros, sítios sociais, áreas particulares que torna evidente as diferenças de classes (VILLAÇA, 2001).

Nesse sentido, Santos (1994) assegura que estes novos espaços, não é só um terreno a venda, mas um lugar para se aproveitar a vida, uma nova forma de viver, em contato com a natureza, com mais segurança, longe da desordem urbana. Estão fisicamente distantes do centro principal, são planejados com infraestrutura para atender as necessidades dos que habitam estes locais, sejam necessidade de lazer, segurança, qualidade de vida e ainda corrobora para novas

centralidades de comércio e serviços no local e em sua proximidade.

> Os shoppings e os hipermercados – como os novos condomínios fechados – são manifestações da alta concentração de capital no setor imobiliário. Outrora, o centro comercial tradicional era produzido lentamente por dezenas de comerciantes, quase sempre sem uma produção imobiliária proporcional, já que muitos estabelecimentos se instalavam em edifícios preexistentes que eram adaptados. Hoje, o shopping e o hipermercado constituem um único e enorme empreendimento que, em dois anos, cria, num local restrito, um grande foco de empregos e de geração de viagens. Por maior que tenha sido o desenvolvimento dos shoppings centers e hipermercados, eles não tiveram ainda um impacto significativo sobre nossas estruturas metropolitanas, em face da hegemonia dos subcentros tradicionais. Os shoppings vêm apresentando, entretanto, uma participação significativa no prosseguimento do esvaziamento dos centros principais de nossas metrópoles, embora o declínio desses centros tenha se iniciado antes da vulgarização dos shoppings (VILLAÇA, 2009, p.307).

O autor supracitado, evidencia que os shoppings, juntamente com os hipermercados e fazem parte dos empreendimentos do setor imobiliário com alto poder aquisito. Empreendimentos privados, normalmente distantes da área central da cidade, com uma estrutura de estacionamento, segurança, lazer, alimentação, gerando emprego e fluxo de passagem de pessoas. Diferente do centro tradicional, tendo em vista que na maioria das vezes existem em espaços já existentes e são adaptados. Apesar disso, estas novas centralidades na visão do autor não possuem impactos muito significativos na estrutura urbana da cidade, considerando a predominância dos subcentros tradicionais, todavia, cabe destacar sua participação no esvaziamento dos centros principais da cidade.

3.2 Metodologia

O presente artigo tem como centro o uso do software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes ET de Questionnaires), uma ferramenta de processamento de dados, no campo de estudos qualitativos, criado em 2009. por Pierre Ratinaud. Trata-se de um software gratuito, recomendado para tratamento de entrevistas, questionários abertos, textos, tratamento estatístico e análise textual.

Refere-se uma perspectiva para contribuir no campo das pesquisas qualitativas, com objetivo de organizar e processar dados (textuais, discursos, narrativas) para facilitar a interpretação e análise dos dados pesquisados, pelas áreas humanas e sociais.

Impera mencionar que as informações, do presente estudo, foram coletadas na plataforma de Periódicos Capes, acesso CAFe, a partir da busca por assunto, por meio das palavras-chave: descentralização urbana, comércio, novas centralidades e subcentros, resultando em 58 artigos científicos, nos idiomas: português, inglês e espanhol, sendo que 38 foram descartados, tendo em vista a não relação com o objeto de pesquisa, a descentralização comercial nas cidades. Dessa

forma, o corpus foi formando com 20 (vinte) textos conforme (figura 11).

Figura 11- Etapas da pesquisa

Camargo e Justo (2013) definem corpus como um conjunto de textos, preparados pelo pesquisador, que constituem o objeto de estudo e análise. Os autores supracitados mencionam que a definição do texto é realizada pelos pesquisadores e depende da natureza da pesquisa, no caso especifico da presente pesquisa, é um conjunto de artigos (resumos) científicos, arrolados a temática da descentralização comercial nas cidades.

A preparação das linhas do corpus foi monotemática, tendo em vista que cada linha foi seguida por texto sem separações, sendo que cada resumo do artigo, foi considerado um exemplar deste documento, formando o corpus textual.

Posteriormente ao corpus de texto elaborado, optou-se pela análise de segmentos de texto, tendo em vista que cada um dos textos, foi considerado pelo software como textos longos. Camargo e Justo (2013) menciona que os segmentos de textos são considerados o ambiente das palavras, sendo que o tamanho, pode ser longo ou curto, dependendo do objeto de pesquisa.

O software Iramuteq no processamento dos dados, decompõe os textos do corpus em segmentos de texto. O corpus textual foi dividido em 95 segmentos de textos, totalizando 3268 palavras, sendo que a média de ocorrência por texto foi de 163.40 palavras (Figura 12).

Figura 12- Composição do Corpus Textual

No que se refere a análise textual o estudo foi centrado em quatro tipos: 'Análise fatorial de correspondência' (AFC), que realizou uma análise da produção textual considerando as variáveis de caracterização ou modalidades, considerando as frequências e os valores de correlação Qui2 de cada palavra, que compôs o corpus, sendo que foi representando em um plano cartesiano as palavras diferentes e variáveis próximas a cada uma das classes semânticas.

A classificação hierárquico descendente (CHD), considerou uma análise de agrupamentos (cluster), de tal modo que os segmentos do texto de um corpus são continuamente fracionados, tendo em vista as concorrências de formas lexicais. A finalidade foi de classificar uma amostra, tornando-a em uma classe menor mutuamente excludentes. Estas classes foram elaboradas após o tratamento dos dados que levaram em consideração as similaridades encontradas, empregadas para encontrar classes de segmentos de textos, com linguagens semelhantes entre si (HAIR et al. 2009).

A análise de Similitude, utilizou a concorrência das formas lexicais, em textos ou segmentos de textos e elaborou representações gráficas sobre a estrutura do corpus textual, sendo que os resultados foram apresentados em forma de gráficos, as palavras formaram os vértices e as arestas apresentaram a relação entre elas (MARCHAND E RATINAUD, 2012).

E, por fim, a nuvem de palavras, cuja finalidade foi agrupar e organizar graficamente as palavras em função de sua frequência no corpus textual, de tal forma que as palavras maiores apareceram no corpus com mais frequência e as menores com menos frequência (figura 13)

Figura 13- Tipologia de Análises

A partir das 4 (quatros) formas supracitadas, destacam-se na próxima seção, os dados processados pelo software em cada tipologia e suas análises lexicais, relacionando-as com o aporte teórico.

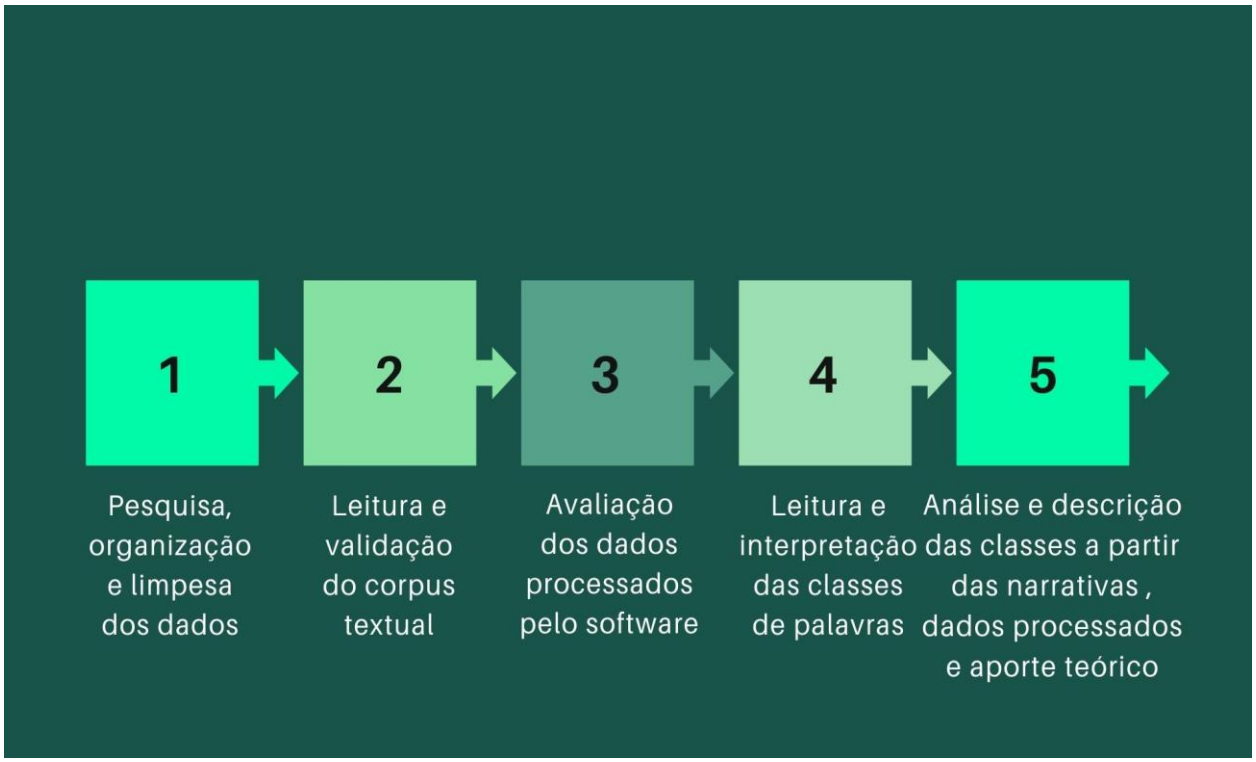
3.3 Discussões e resultados

A descentralização passou a ser estuda a partir da década de 70, por vários pesquisadores, em diversos países e cidades, sendo que a maioria das cidades nasceram monocêntricas, ou seja, com um centro uno, muito em função das relações de troca e comércio no centro tradicional ou histórico e ao estabelecimento das ferrovias em seu entorno. A partir da evolução da população e seus processos espaciais, a expansão para novas áreas torna-se imperativa a cidade, tornando necessário também novos estabelecimentos de comércio, para atender as necessidades das pessoas nos territórios, originando novas centralidades e subcentros. Dessa forma, a cidade passa pelo processo de modificação de sua estrutura espacial, deixando de ser monocêntrica e passando a ser mul(poli)cêntrica e outras formas espaciais, que ao mesmo tempo se complementam e não são excludentes.

Para análise de dados, considerando os dados processados pelo Software Iramutec e a abordagem qualitativa da pesquisa, definiu-se as seguintes etapas: I- fez-se a pesquisa, organização e limpeza dos dados e preparação do corpus; II- fez-se a leitura de todos os textos que compôs o corpus textual, validou o conteúdo transcrito; III- fez-se análise detalhada a partir do processo de codificação, arquitetado pelo Software Iramuteq e formou-se as classes de palavras;

IV- Fez-se a leitura e análise das classes e seus respectivos vocabulários, para compreensão do contexto e validou as classes apresentadas; V- Fez-se analise e descrição das classes, assim como suas palavras na construção dos textos e suas narrativas, a partir de significados, interpretação e apresentou-se os resultados arrolados a fundamentação teórica do presente estudo (Figura 14).

Figura 14- Etapas da pesquisa



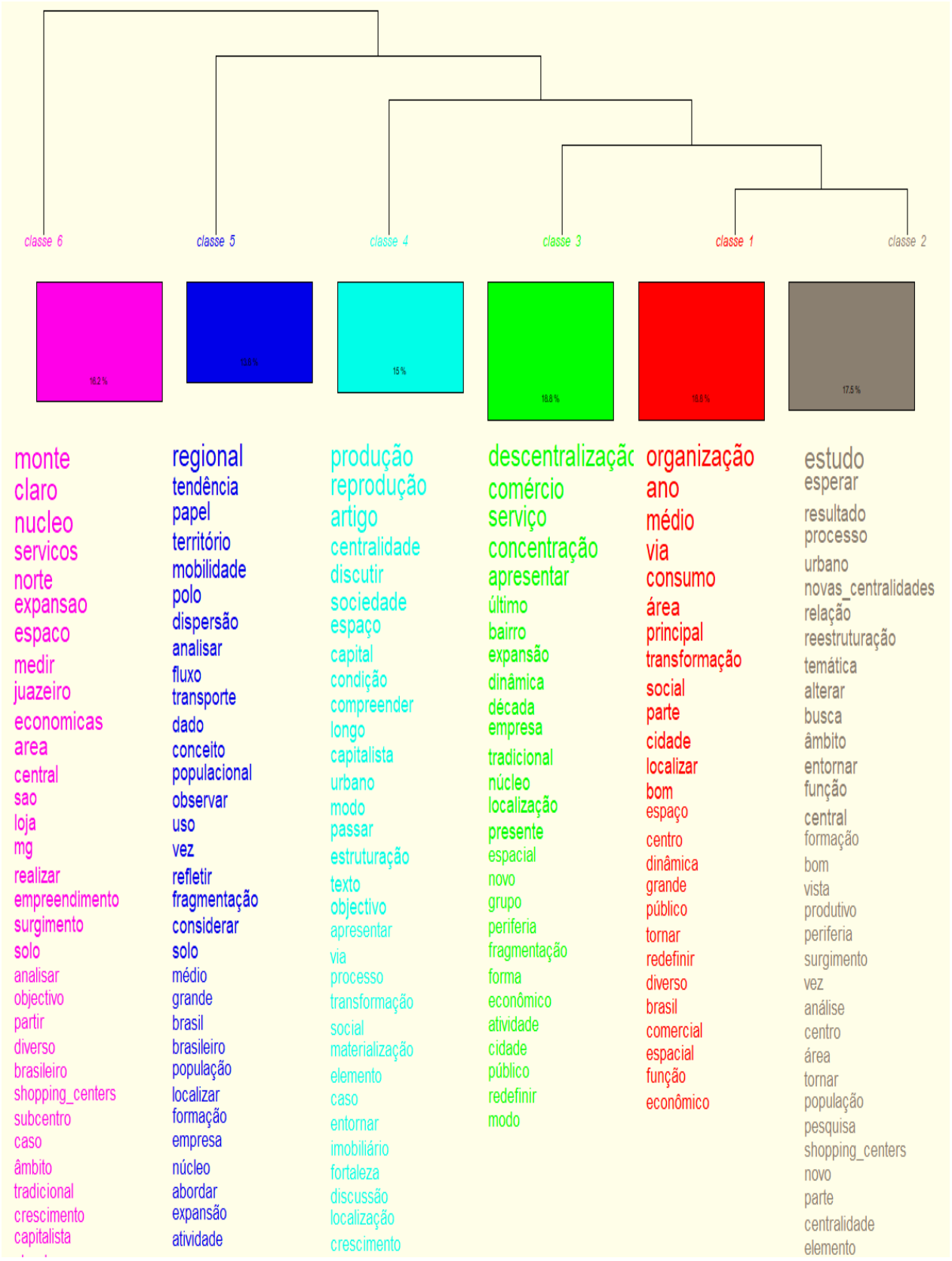
A primeira organização dos dados apresentada refere-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método de Reinert, que elucidou uma análise lexical, demostrando a associação entre as classes de segmentos de texto (st), sendo que para cada classe de segmentos, foram agrupados os vocabulários que são semelhantes entre si e simultaneamente diferentes dos demais segmentos de textos das outras classes.

A partir da (Figura 15) verifica-se que há duas repartições, sendo que a primeira gerou 5(cinco) classes e segunda gerou 01(uma) classe, totalizando 6(seis) classes gramaticais, que são organizadas quanto a frequência média entre si e ao mesmo tempo diferente entre as classes geradas, formando um dicionário de palavras.

O dendrograma (Figuras 15 e 16) demostrou o resultado do processamento de 20 textos que compôs o corpus textual, sendo que cada uma das classes 1 e 3 possuem 15 segmentos de texto, cada uma das classes representam (18,75%); a classe 2 comporta 14 segmentos de texto, que correspondem a (17,5%); a classe 4 tem 15 segmentos de texto, que referem-se a 15%; a classe 5 possui 11 segmentos de texto, que significam (13,75%) e, por fim, a classe 6 com 13 segmentos de texto, que representam (16, 25%). Impera mencionar que análise CDH teve um aproveitamento

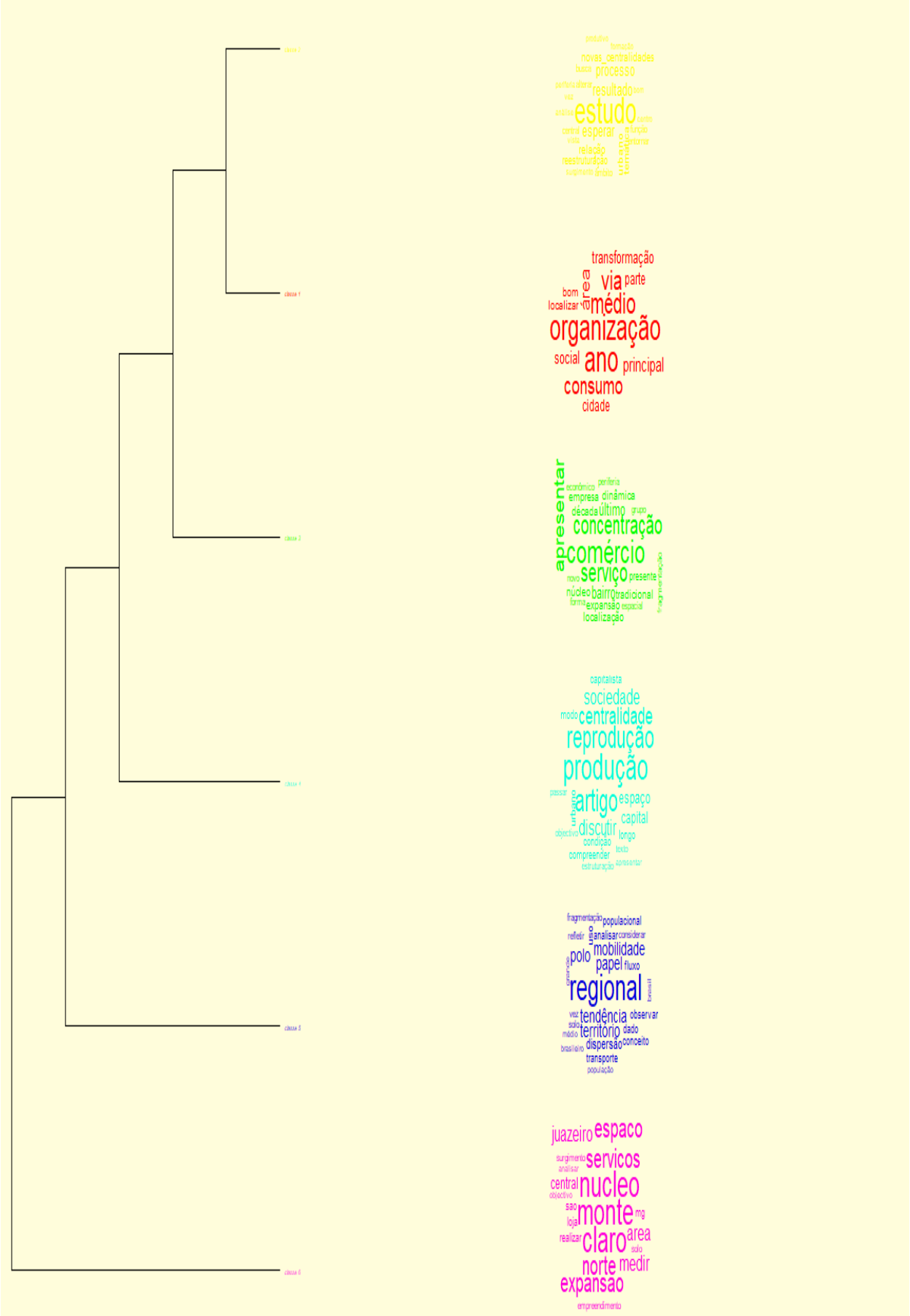
de 84, 21% dos segmentos de textos.

Figura 15- Dendograma classes gramaticais



Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

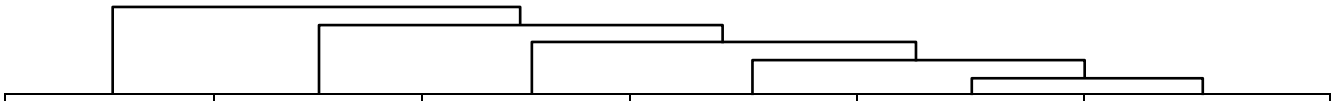
Figura 16- Dendograma classes gramaticais (nuvem de palavras)



Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

Nesse contexto duas variáveis contribuíram para análise das palavras, ponderando as que tiveram maior valor: sendo qui-quadrado (x^2) de 3,84 e significância $p< 0,0001$. Dessa forma, tornou-se possível elaborar uma análise das palavras com mais significado, corroborando para a criação da (Figura 17), que organiza as classes em uma nova configuração, considerando as variáveis supracitadas.

Figura 17- Dendograma Repartição e Classes



CLASSE 6	**16,2%**		**CLASSE 5**	**13,8%**		**CLASSE 4**	**15%**		**CLASSE 3**	**18,8%**		**CLASSE 1**	**18,8%**		**CLASSE 2**	**17,5%**	
Palavra	%	X²	Palavra	%	X²	Palavra	%	X²	Palavra	%	X²	Palavra	%	X²	Palavra	%	X²
Loja	66,67	5,82	Regional	100	48,12	Produção	87,5	36,64	Descentralização	69,23	25,96	Área	41,18	7,13	Processo	44,44	11,68
Econômicas	100	16,06	Papel	80	19,74	Reprodução	100	30,22	Comércio	85,71	22,58	Transformação	66,67	4,7	Urbano	30,0	8,66
Área	100	16,06	Território	100	19,55	Centralidade	58,33	20,79	Serviço	75,0	18,46	Social	66,67	4,7	Novas centralidades	41,18	8,38
Serviços	100	21,7	Mobilidade	100	19,55	Sociedade	100	17,66	Concentração	75,0	18,46	Principal	50,0	5,7	Relação	57,14	8,35
Expansão	100	21,7	Polo	100	19,55	Espaço	43,75	12,97	Bairro	75,0	8,74	Consumo	75,0	8,74	Reestruturação	60,0	6,67
Espaço	100	21,7	Dispersão	75,0	13,32	Capital	57,14	10,69	Expansão	50,0	5,7				Função	50,0	4,75
Núcleo	100	21,7	Fluxo	66,67	7,36	Capitalista	66,67	6,53	Dinâmica	41,67	4,87				Central	35,29	4,73
			Populacional	66,67	7,36	Urbano	25,0	6,27	Empresa	66,67	4,7						
			Transporte	66,67	7,36				Tradicional	66,67	4,7						
			Fragmentação	50,0	4,67				Núcleo	66,67	4,7						
			Solo	50,0	4,67												

Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

A partir da (Figura 17) percebe-se que as Classes 1, 2, 3 e 4 possuem mais proximidade no contexto dos textos analisados. Referem-se as temáticas cidade, urbano, centro, centralidades e descentralização/processos espaciais. A reconfiguração destes espaços urbanos, associados as transformações econômicas, processos produtivos, capital e a função comercial da cidade, sendo que as classes com maior aproveitamento de segmentos de textos são as classes 1, 3 e 2, nesta ordem, arroladas principalmente ao contexto da descentralização/novas centralidades, fenômeno presente nas cidades contemporâneas, tendo em vista a produção do espaço urbana e expansão espacial e comercial das cidades.

Nesse contexto, cabe destacar que centro e centralidade são conceitos diferentes, de acordo com Sposito (2010, p. 204), "a centralidade é entendida enquanto processo e o centro como expressão territorial". Ou seja, para a autora a centralidade corresponde aos processos que constituem a cidade, não necessariamente está presente em toda área central da cidade, contudo, surge frequentemente em áreas com fluxos de pessoas, produtos e serviços, já o centro, configura-se como a expressão territorial da área propriamente dita.

Por outro lado, a descentralização é compreendida como a concentração de produtos e serviços em outras centralidades, considerada como produção do espaço e sua reprodução espacial,

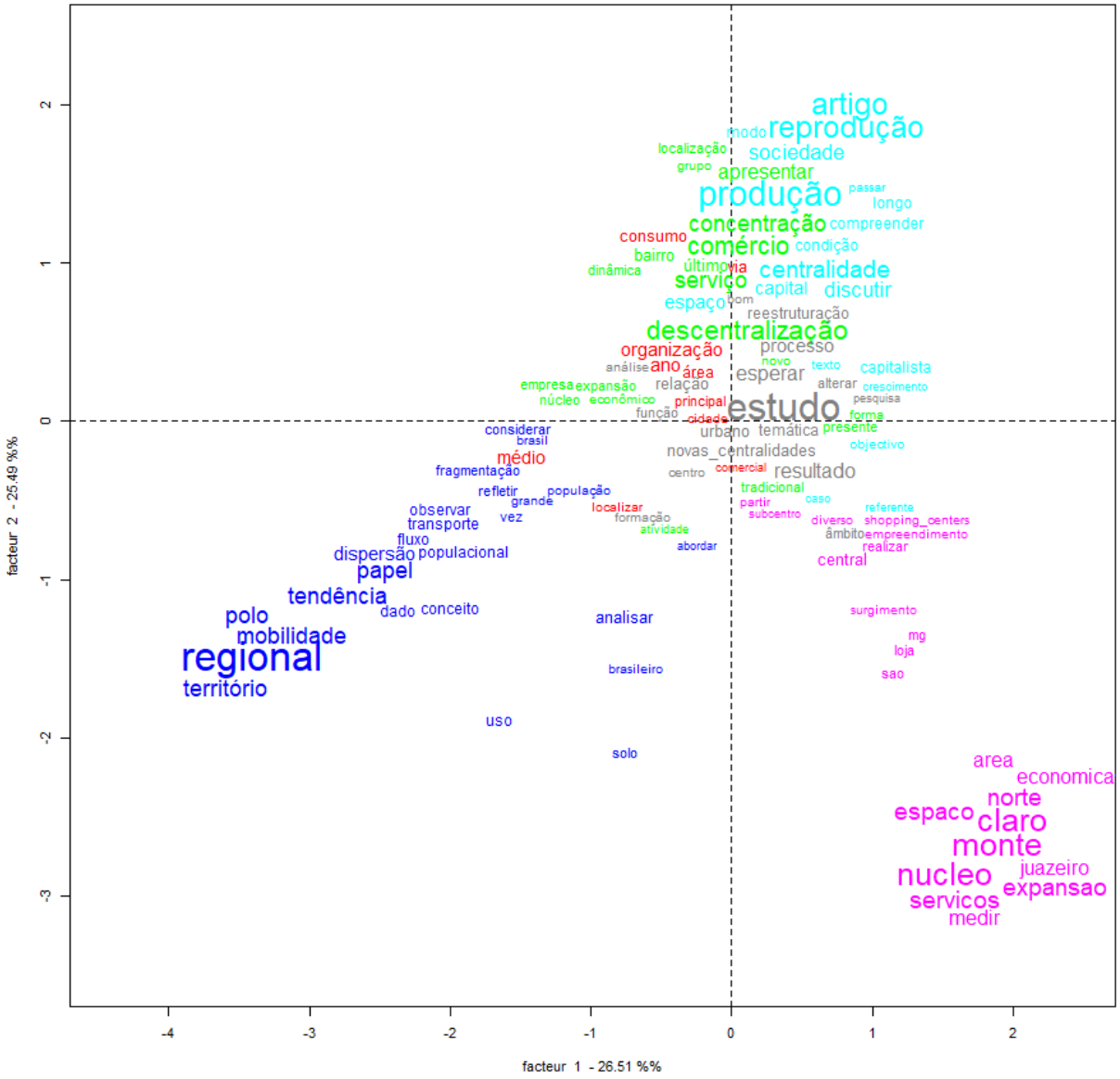
com a criação de subcentros, é um processo que reconfigura o espaço intraurbano, criando novas formas de centralidades. A significância da classe 4, está fortemente relacionada a cidade e o espaço urbano, criado a partir da produção e reprodução do capital e sua reestruturação.

Na classe 5, os discursos estão centrados em sua maioria no aspecto da mobilidade urbana, dispersão e fragmentação, um olhar sob a configuração espacial da cidade, a partir da distribuição da população. A classe 6, sendo a mais distante das demais, com menor aproveitamento de textos, tem como ideia central, a expansão do espaço urbano. Fica evidente que o dicionário de palavras possui forte relação com temática em estudo, no que se refere descentralização espacial e comercial, sendo necessário compreender suas semelhanças e diferenças nos estudos sobre cidade e seus processos espaciais.

Ademais, há outra possibilidade de análise 'Análise fatorial de correspondência' (AFC), que demostra as palavras ativas mais frequentes em cada uma das classes lexicais. Uma perspectiva de duas dimensões, que por meio desta análise, a partir dos quadrantes pode-se verificar aproximações ou distanciamentos entre as classes, tendo em vista a disposição das palavras nos quadrantes.

Verifica-se aproximação entre as classes 1 (vermelha); 2 (cinza); 3 (verde) e 4 (azul claro), sendo que no plano cartesiano é possível identificar as palavras que compõe cada uma das classes e o grau de relevância destas. Torna-se importante destacar as palavras produção e reprodução na classe 4; comercio e descentralização na classe 3; estudo na classe 2 e consumo e organização na classe 1. Sendo que as palavras que possuem maior frequência são: reprodução, produção e estudo. Nestes quadrantes é possível observar maior proximidade entre as palavras. Contudo, as classes 5(azul), com destaque para palavra regional e classe 6 (rosa) evidenciando a palavra núcleo, possuem menor proximidade com os demais quadrantes, conforme (Figura 18).

Figura 18- Análise fatorial de correspondência



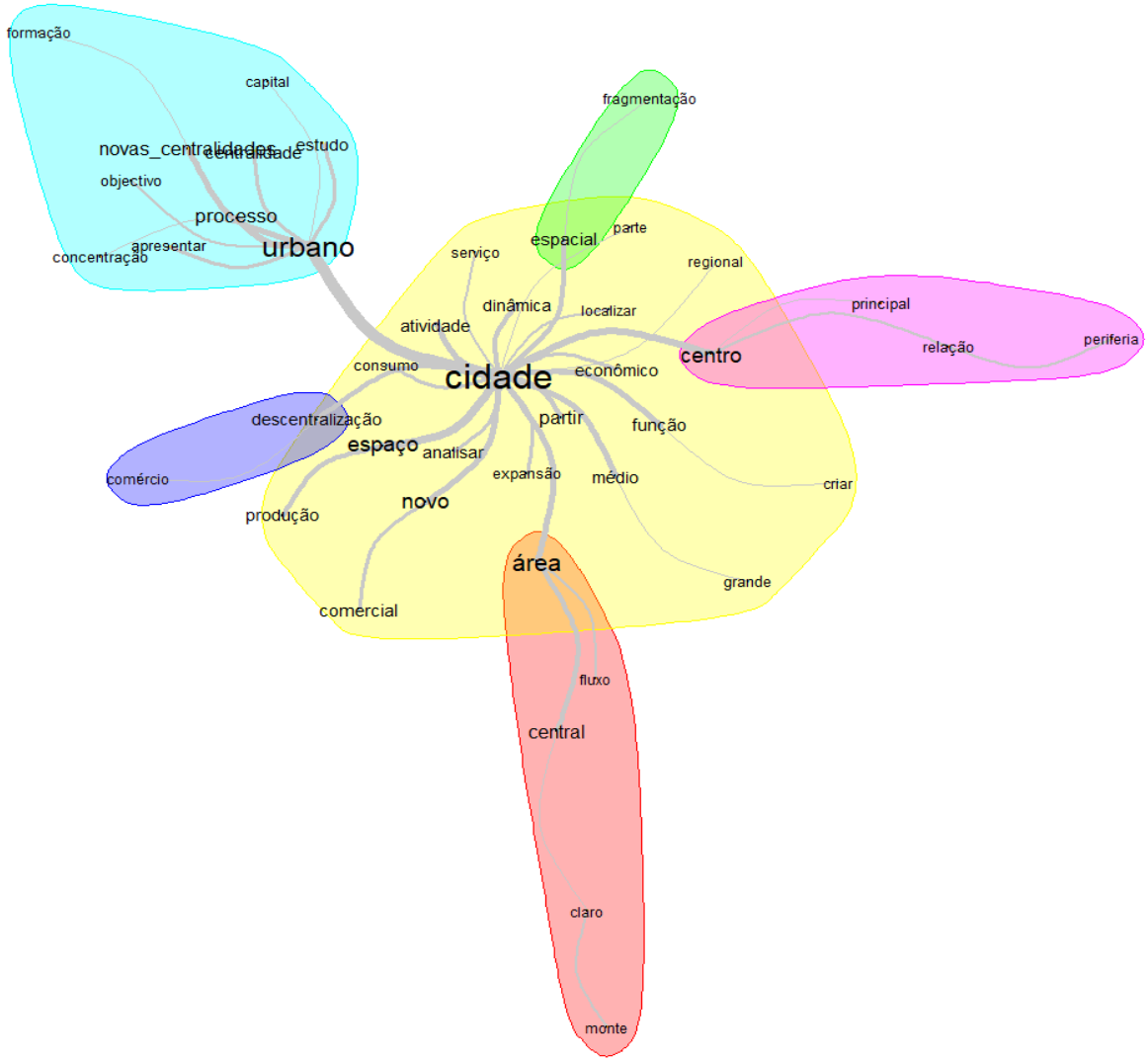
Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

Há ainda outra possibilidade de análise, análise de similitude, cuja finalidade é identificar possíveis estruturas e núcleos centrais existentes, permite reconhecimento de modelos e repetições nos dados processados pelo Software, contribuindo para identificar de forma subjetiva classes de análises, permitindo reorganizar as informações de tal forma que seja possível uma análise interpretativa a partir de suas ramificações (CRESWELL e CLARK, 2013).

Por meio da análise de similitude, torna-se possível averiguar a interconexão entre as palavras, assim como a relação entre elas, tendo em vista que o índice de coocorrências entre os vocabulários, podem ser mais ou menos fortes, o denominado teste do Qui-dradado.

Dessa forma, conforme (Figura 19) a partir do corpus textual, a análise de similitude considerou como eixos centrais principais ‘Cidade’ e ‘Urbano’ e suas ramificações.

Figura 19- Analise de similitude



Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

Na análise do eixo cidade cabe enfatizar sua relação com as palavras espaço, expansão, função, dinâmica, atividade, consumo, econômico e urbano, sendo a última, sua principal conexão, destacando ainda associação com o centro e descentralização. Nesse sentido, cabe destacar as cidades como uma organização capaz de elevar ao máximo a interação social, como um território especifico ou de diversas combinações e ainda com a produção histórica das sociedades que as compõe, construindo suas formas materiais, práticas e representações (CLAVA 1981); RONCAYOLO, 1990) e (BURGEL, 1993).

No viés de Moreira (1993) o espaço só se caracteriza como uma formação econômica-social tendo em vista o modo de produção/reprodução de produtos e serviços. Dessa forma, a experiencia permanente acontece por meio da repetição, de tal forma que sem a reprodução da produção, a produção espacial significaria transitória. Nesse contexto, cabe destacar também a possível extrapolação entre os limites da lógica do espaço. A reprodução do processo de produção,

torna-se necessariamente, uma reprodução das relações de produção. Observa-se a abordagem do conceito de espaço luz do autor supracitado com a palavra econômico, tendo em vista a definição do espaço e sua formação economia e social, a partir do processo de produção e reprodução.

Santos (2008, p. 27) menciona que “o espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1996, p. 63).

Villaça (1998) define o centro como um local historicamente do espaço urbano dominado por classes com maior renda, dessa forma, compreende como o centro se constitui e sua formação histórica. Sob a perspectiva comercial compreende o centro como um agregador de atividades do varejo. A partir desses aspectos é possível compreender porque o mesmo responde pela centralidade que se forma. O centro é compreendido como único, tendo em vista que todo agrupamento socioespacial humano, desde do início da criação do mundo até a cidade contemporânea, passando pelas “cidades medievais e as pré-colombianas” emergem um único centro principal (VILLAÇA 1998, p. 237).

Percebe-se a forma como um aspecto concreto de um objeto, seja de forma isolada ou ainda como uma casa, bairro, rede urbana, de forma mais ampla. Sendo que a função é percebida como uma tarefa, atividade ou papel do objeto, que dá origem a forma. Assim, forma e função estão associadas.

Nesse contexto, cabe enfatizar que a estrutura refere-se a natureza social e econômica de um povo, em uma ocasião específica, considera-se a matriz social, que constituem as formas e funções. Logo, os processos são considerados fenômenos que emergem das contradições internas das cidades e suas estruturas social e econômica, estão em constante movimento e transformação.

Com base nos autores supracitados e no esforço de definir e conceituar as palavras que se destacam na análise similitude, fica evidente o porquê da criação dos eixos principais cidade e urbano, pois, nas narrativas dos autores percebe-se a relação dos conceitos, embora diferentes, não podem ser desassociados e em estudos relacionados à configuração urbana das cidades, estes, são recorrentes em diversos contextos, quando se discute cidade e urbano.

O eixo urbano tem como característica as palavras: novas centralizadas, concentração, processo, capital e formação. Nesse contexto verifica-se que a partir dos processos espaciais, tendo em vista o capitalismo das cidades brasileiras, formam-se a concentração de novos espaços, criando uma nova configuração urbana na cidade. Santos (1994, p.69) compreende o urbano como” [...] abstrato, o geral e o externo]".

O eixo espacial está no mesmo contexto que fragmentação, relacionado a fragmentação espacial, produzida historicamente na cidade, [...] sendo que a divisão da cidade em partes, ou seja,

fragmentos, podem ser consideradas individuais, tendo em vista a identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, assim como os níveis de fornecimento das infraestruturas, especificamente das redes de mobilidade, sendo pessoas, bens e informação. Impera mencionar que estes níveis são responsáveis por definirem o grau de integração de umas das partes com as demais, ou inda, com outras cidades, do país ou exterior (LACERDA, 2012).

Corrêa (2000, p. 05) assegura que "as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção". Dessa forma, é que as sociedades modificam seus espaços, no contexto do materialismo histórico, por meio das relações, tendo em vista atender as necessidades do lugar, que estão produzindo suas marcas espaciais.

O eixo descentralização está associado ao comércio, nesse sentido Corrêa (1995) destaca dentre os processos espaciais e suas respectivas formas, o fenômeno da descentralização e núcleo secundários. Para o autor, é importante mencionar que os processos e formas espaciais não são excludentes entre si, podem ocorrer concomitantemente na cidade ou até mesmo nos bairros e estes processos se complementam entre si. Cabe destacar a forte relação do surgimento da centralidade arrolada as suas formas, o que justifica este eixo, os estudos sobre centralidades e suas formas espaciais, ou seja, a relação da descentralização, com a expansão espacial e comercial das cidades.

O eixo centro relacionado a palavra 'principal e periferia', cabe enfatizar nesse aspecto a cidade criada a partir de um único centro de negócios, com uma estrutura urbana monopolar ou mononuclear, que agrupam edificações de diferentes usos: residenciais, comércios e serviços. Pode-se pensar também no centro-periferia relacionados aos diferentes papeis do sistema capitalista. O centro que possui uma estrutura diversificada e integrada e a periferia que tem a existência de setores simultaneamente atrasados, impera ressaltar que não podem ser compreendidos como centro desenvolvido e periferia subdesenvolvido, tendo em vista que o centro é sempre desenvolvido e as periferias, podem ser ou não desenvolvidas.

Na cidade contemporânea a dualidade centro-periferia não consegue mais caracterizar por si só o espaço segmentado socialmente, houve uma ruptura dos padrões de organização socioespacial nas cidades contemporâneas, muito em transição do modelo fordista para uma economia global. O espaço urbano caracterizado pelas desigualdades, interação e mobilidades sociais, emerge a polarização e fragmentação da estrutura socioespacial e isolamento das classes sociais superiores e também há o crescimento da periferização dos pobres (MENDONÇA, 2002).

E, por fim, o eixo área, demostrando proximidade com as palavras central e fluxo, neste aspecto a significância está na compreensão de que o fluxo na área central da cidade foi alterado ao longo dos anos, tendo em vista as modificações nos processos espaciais e o crescimento das cidades.

A nuvem de palavras outra possibilidade do Software Iramutec refere-se à organização gráfica e agrupamentos dos vocabulários, tendo em vista a frequência (Quadro 4) que estes surgem nos textos, compreende-se uma análise lexical de complexidade baixa.

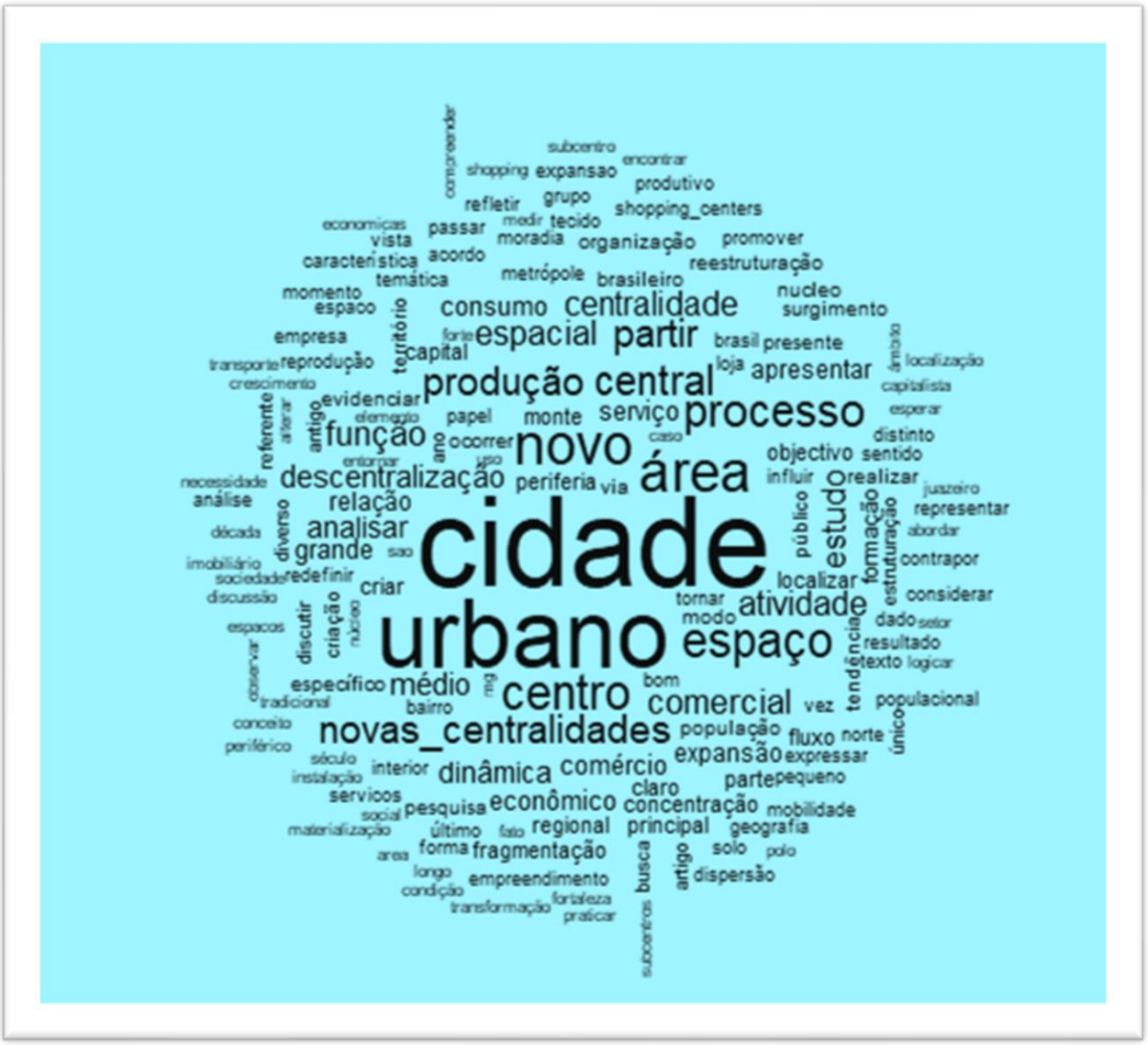
Quadro 4- Relação palavras x número de vezes no corpus textual

Palavra	Número de vezes
Cidade	82
Urbano	61
Novo e Área	33
Espaço e centro	26
Novas centralidades, Central e Produção	20
Atividade, Função, espacial e Comercial	16
Centralidade e Estudo	15
Médio e Descentralização	16

Fonte: Software Iramuteq (2022). Elaborado pelas autoras

Na apresentação gráfica da nunvem de palavras conforme (Figura 20), as palavras Cidade e Urbano foram as mais citadas na análise do corpus textual, sendo que cidade foi mencionada no discusos 82 (oitenta e duas) vezes e urbano 61(sessenta e uma) vezes, justificando o destaque destas, na configuração da nuvem. As palavras representam as caracteristicas do corpus textual, o que está em harmonia com análise de similitude, destacando-se estas mesmas palavras como eixos principais. Ratifica-se nesse sentido que nos textos analisados, estas palavras estão fortemente presentes e associadas, embora tenham definições distintas.

Figura 20- Nuvem de Palavras



Fonte: (*SOFTWARE* IRAMUTEQ, 2022)

A (Figura 20) apresenta ainda as palavras produção, processo espacial, centralidade, consumo, área, espaço, atividade, centro, comercial, dinâmica, descentralização, entre outras palavras relacionadas a temática em estudo, caracterizando o corpus textual, tendo em vista as narrativas, discursos, estudos realizados pelos pesquisadores, nas áreas temáticas: cidades e urbano, centro, centralidades, descentralização/processos espaciais. Nesse sentido, cabe destacar que a descentralização espacial e comercial é objeto de estudo por diversos estudiosos desde da década de 70, em cidades de diversos países.

4 A DESCENTRALIAÇÃO DO COMÉRCIO EM CAMPO GRANDE/MS

O objetivo proposto do capítulo em comento foi analisar historicamente a descentralização do comércio em Campo Grande/MS, sendo que a estruturação deste foi delineada da seguinte forma: aporte teórico, que evidencia autores relacionados a temática em estudo; metodologia, que explana os aspectos metodológicos e, por fim, análise histórica da Descentralização do comércio em Campo Grande/MS.

4.1 Aporte teórico

Mumford (1991) menciona que a cidade pode ser compreendida a partir de uma estrutura necessária para guardar e transmitir os bens de um povo, pois de forma suscinta consegue acolher uma quantidade máxima de facilidades em um menor espaço, sendo possível fazer uma expansão de sua estrutura para acolher as mais variadas necessidades e a complexidade de uma sociedade que evolui e possui um legado social acumulado.

De acordo com Harvey (1980) a cidade é compreendida como um sistema complexo, sendo assim, a sua forma e processo social, estão em constante interação. Contudo, Bastié e Dezert (1980) parte do pressuposto do conceito de cidade ser trocado por ‘espaço urbano’ definido pelos autores como espaço: geométrico, físico, tempo, econômico, social e percebido/vivido.

Percebe-se a cidade como um arcabouço capaz de salvaguardar e compartilhar os bens de uma coletividade, a partir de um espaço, que seja ao mesmo tempo condensado, que gere facilidades, que seja alargado e que atenda às necessidades dos indivíduos pertencentes a uma sociedade complexa e em processo de transformação.

Impera destacar uma diferença entre urbano e cidade. Dessa forma, o urbano é a simultaneidade, uma reunião, uma forma social. Sendo que a cidade é considerada um objeto espacial, tendo em vista que este ocupa um lugar e uma situação (LEFEBVRE, 1986). Nessa perspectiva, a cidade aparece como uma construção humana, produto social, trabalho, que se concretiza por meio das casas, praças, ruas, avenidas e o natural, sendo que o urbano considera-se a realidade socialmente construída ou reconstruída a partir das relações, é um espaço de transformações sociais.

Cavalcanti (2008) complementa afirmando que cidade e espaço urbano não podem ser compreendidos de forma separada, são conceitos que precisam estar articulados e inter-relacionados, para que os processos e dinâmicas que produzem o espaço, possibilitem entender a sociedade urbana e suas múltiplas facetas e relações complexas.

O espaço urbano é estruturado pelo centro tradicional ou também chamado de centro histórico, assim como também, comércio e serviços, casas, bairros, que formam as centralidades/processos espaciais, que a partir de questões sociais e econômicas, se articulam e

possuem uma inter-relação entre si.

As relações sociais produzem as formas e funções do espaço urbano e a cidade é resultado das ações sociais e campo de reprodução dessas relações, sendo que é no espaço urbano em transformação, que os espaços criados são marcados pelas diferenças e dinâmica das relações.

Além disso, o sentido da urbanidade extrapola o interior das cidades e se manifesta nas relações que cada cidade estabelece com as outras, especialmente com as das regiões onde se localiza. As redes de cidades, os sistemas urbanos, as regiões metropolitanas, também possuem estruturas e articulações próprias, similares às intraurbanas, mobilidade, adensamento, recursos naturais, centralidades, entre outras.

Segundo Corrêa (1989) e (1995) o espaço urbano é um conjunto de diversos usos da terra, sobrepostos entre si, sendo que estes usos definem as áreas como: o centro da cidade, que é o espaço de concentração de atividades comerciais, serviços e gestão; áreas industriais e residenciais, que são diferentes em termos de sua formação e conteúdo social; áreas lazer; dentre outras, e, aquelas que serão para uma futura expansão. Refere-se a organização espacial da cidade, compreende o espaço urbano de forma dividida e arquitetada, a partir da reprodução social, no campo de lutas e símbolos.

É importante mencionar neste sentido, a produção do espaço urbano constituído por um modelo de cidade monocêntrico, a partir de um único centro tradicional e/ou histórico, que concentra produtos, serviços e residências, que deu origem a maioria das cidades e ainda predomina na estrutura urbana destas. Contudo, é importante mencionar, que não há uma cidade totalmente monocêntrica, o que pode haver é uma dominância deste modelo (BERTAUD, 2004).

Luz do processo histórico das cidades, cabe evidenciar ainda que na época colonial (1550-1820) predominou-se o modelo de cidade compacta, cuja organização baseava-se no centro, destacavam-se um gradiente de círculos concêntricos, sendo que as classes mais abastadas ocupavam o centro principal.

Contudo, na primeira fase da urbanização (1820-1920) enfatizou-se um modelo de cidade setorial, tendo em vista o crescimento das classes altas, que se afastavam do centro. Cabe destacar também, o desenvolvimento de um setor industrial, perto das primeiras ferrovias, considerando a atração de moradias operárias para suas proximidades (BORSDORF, 2003) e (JANOSCHKA, 2002).

Nesse contexto, destaca-se que no período da revolução industrial os meios de transportes eram localizados no centro, considerando que eram transportes sobre trilhos/trens e bondes, sendo que o acesso ao mercado ficava restrito, em volta dos terminais de transportes, ou seja, na área central (CORREA, 2004).

Em uma perspectiva histórica, observa-se que o capitalismo da era industrial, emergiram simultaneamente com o centro e periferia, sendo a estrutura espacial das cidades a época

(BENÉVOLO, 1997) e (LAMAS, 1993).

Impera mencionar que o centro não precisa estar essencialmente no centro geográfico e nem sempre está no sítio histórico que deu origem a cidade, é sobretudo, ponto de convergência e divergência, lugar de algumas atividades e de interação entre atividades realizadas no interior da cidade e fora dela. Assim, o centro é considerado de forma simultânea integrador e dispersor (SPOSITO, 1991).

Continuando a perspectiva histórica dos modelos de cidades, evidencia-se que na segunda fase da urbanização (1920-1970) houve um intenso crescimento por migração e prevaleceu-se o modelo de cidade polarizada, com ampliação da demarcação urbana e com a constituição de periferias (BORSDORF, 2003) e (JANOSCHKA, 2002).

Destaca-se ainda o aparecimento do crescimento celular, por vários tipos de núcleos, tais como: áreas favelizadas, áreas com habitação social, geradas pelo Estado. Nessa época, a configuração dos bairros residenciais mais longe do centro, tornou-se economicamente viável a descentralização do comércio tradicional, formando núcleos e corredores diversificados hierarquicamente (BORSDORF, 2003) e (JANOSCHKA, 2002).

Há também o surgimento dos primeiros Shoppings Center, um marco histórico na estrutura urbana das cidades. A cidade fragmentada se difunde desde 1970 até os dias de hoje. Antes da configuração das cidades como hoje se conhece, as trocas surgiram como atividades sociais e depois econômicas, há esboços da rua comercial desde da cidade antiga, pelo menos 2000 anos de A.C. A prática do comércio ganha lugar constante na cidade formando as praças de mercado.

Nesse sentido, a revolução industrial emergiu grandes transformações ao longo dos tempos no ambiente do comércio e contribuiu para o surgimento de novas tipologias de varejistas, novas formas de agrupamento e localização das áreas comerciais, sendo que o centro tradicional passou a concorrer com estas novas formas de comércio.

As praças de mercados, ruas e lojas e suas interações conduziram ao desenvolvimento de relações sociais, essenciais para esfera púbica, que caracteriza a cidade democrática, criada com o apoio das atividades comerciais. Esses elementos de forma integrada, colocaram a rua comercial em posição de destaque na vida socioeconômica, por um longo período, até o surgimento e descentralização dos formatos contemporâneos de varejo (HABERMAS, 1984).

Percebe-se que o bairro existe com as peculiaridades locais em cidades ao redor do mundo, com denominações próprias que comprovam a importância e significado que têm para cada comunidade. Tradicionalmente, são considerados as unidades básicas do planejamento urbano e constituem o modo de interação e apropriação mais direto dos moradores com sua cidade.

Nesse contexto, surgem o centro e a centralidade, a partir das interrelações entre fluxos, produtos, serviços, entre outros elementos, que constituem a dinâmica do e no espaço urbano. Segundo Lefebvre (2008) a centralidade por meio dos diferentes modos e relações de produção,

recentemente visita o ‘centro decisional’ e a ‘policentralidade’. A ruptura do centro, seja para a composição de centros diferentes ou equivalentes, ou ainda, complementares.

De acordo com Sposito (2013) a centralidade tratada na configuração espacial urbana tem como uma de suas perspectivas de escala territorial, a intraurbana, que pode ter diferentes expressões de centralidade, adotando como alusão o território da cidade ou do agrupamento urbano, centro ou centros.

Calvino (1990) complementa afirmando que a centralidade se manifesta em várias modalidades e formas. Teoricamente em cada cidade, há um tipo de centralidade ou uma modalidade, já que não existe uma cidade igual à outra, em sua textura, morfologia e estrutura. No mínimo, sua história é peculiar a ela mesma e nunca irá se repetir da mesma forma, em outra.

Cabe destacar que a prefeitura de Campo Grande, por meio da Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) compreende que as centralidades são [...] “porções da área urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende incentivar o uso diversificado e produção habitacional, visando ao adensamento populacional” (CAMPO GRANDE, 2019, p.19)

Nesse contexto, é importante o pensamento de Sposito (2013) para este estudo, no que tange a classificação da centralidade em pelo menos três formas: monocentralidade, multicentralidade e policentralidade. Sendo óbvia a primeira, como mencionado anteriormente, deduz-se que as outras duas se diferenciam pela existência de mais de uma condição de centralidade nas cidades.

A multicentralidade se caracteriza pelo aparecimento de subcentros e de eixos comerciais e de serviços especializados fora do centro tradicional, a implantação de galerias comerciais, reafirmando o centro ou fora dele, ou mesmo o crescimento dessas atividades em áreas pericentrais, antes estritamente residenciais. São formas de multiplicação dos setores que nas cidades concentram atividades, pessoas e fluxos, possibilitando reconhecer ‘áreas centrais’ mesmo ainda que o centro principal permaneça a desempenhar a centralidade que expressa o conjunto da cidade.

E, por fim, a policentralidade é considerada como reflexo do aparecimento de grandes empreendimentos comerciais, de produtos e serviços, que modificam profundamente a estrutura espacial na cidade, estabelecidas no decorrer do tempo, tais como: hipermercados, shopping centers, núcleos especializados de negócios, serviços médico-hospitalares, feiras, entre outros (SPOSITO, 2013)

Corrêa (1995, p.05) destaca que os “processos espaciais e as respectivas formas são os seguintes: Centralização e área central; Descentralização e os núcleos secundários; Coesão e as áreas especializadas; Segregação e as áreas sociais; dinâmica social da segregação; Inércia e as

áreas cristalizadas" definidas luz do autor no capítulo anterior, destacando-se neste estudo a descentralização e núcleo secundários, compreendida como áreas comerciais que são formadas fora da área central da cidade, que pode ser acompanhada ou não da saída do comércio do centro tradicional e/ou histórico da cidade. Emerge tendo em vista as transformações econômicas e no espaço urbano, como aumento da mobilidade e do consumo, crescimento da cidade, entre outros fatores.

Conforme a população da cidade cresce consequentemente aumenta o consumo, o que contribui para novos arranjos espaciais, novas áreas de comércios, em novas centralidades, para atender as necessidades das pessoas, reconfigurando a estrutura urbana da cidade, colocando como destaque nestes processos a mobilidade urbana.

4.2 Metodologia

Quanto ao tipo de pesquisa com base no objetivo, definiu-se exploratória, já que obteve mais informações sobre a temática em estudo. Malhotra (2011), menciona que as pesquisas exploratórias têm por proposito estudar um problema ou situação para obter conhecimento, ideias e percepções. Caracterizou-se também descritiva, esse tipo de pesquisa tem o objetivo de descrever algo, geralmente particularidades ou funções do mercado. Segundo Rudio (1986) os estudos descritivos tem por finalidade conhecer a natureza e composição dos processos que os constituem.

No que se refere a abordagem, a escolha foi delineada a partir da pesquisa quali-quantitativa, com maior ênfase nos aspectos qualitativos e na subjetividade. Collis e Hussey (2005) assinalaram essa abordagem como procedimento subjetivo, envolvendo interpretações e percepções das atividades humanas e sociais, contudo, fundamentada no aporte teórico. Roesch (2005) a considera como a mais apropriada para o período exploratório de uma pesquisa.

O método é uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, para estudá-lo ou explicá-lo, significa o caminho que deve ser percorrido para alcançar objetivos (CASTILHO, 2012). Quanto às bases lógicas, o método que permeou o estudo proposto foi o dedutivo, porque a pesquisa partiu do geral para o particular, cujo propósito foi explicar os conteúdos das premissas, por meio de uma lógica em ordem descendente.

Ainda nesse contexto, cabe evidenciar o método analítico, pois analisou-se uma determinada situação, objeto de estudo, mediante a procedimentos de decomposição do todo estudado, com o propósito de conhecer seus elementos constituintes, e, sobretudo, como eles se articulam entre si.

Quanto à coleta de dados ocorreu por meio de dados secundários, inicialmente pela pesquisa bibliográfica considerada todos os estudos que já se tornaram público referente ao tema em comento, inclui livros, jornais, revistas, teses de doutorados, dissertações de mestrado, entre

outros, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito, filmado sobre a temática em estudo (LAKATOS E MARCONI, 1986). São considerados dados secundários, pois já estão disponíveis ao pesquisador. A pesquisa passa ainda pela apreciação documental, também dados secundários, por meio do Perfil Socioeconômico de Campo Grande e Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA). Documentos estes, disponíveis no Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande/MS (SISGRAN), cujo propósito foi analisar historicamente a descentralização do comércio na cidade.

Cabe destacar ainda a pesquisa por meio dos dados primários, neste caso especifico, entrevista com profundidade e roteiro semiestruturado. Segundo Patton (2002) as entrevistas são importantes para entender a perspectiva do outro, tendo em vista a sua significância para o objeto de estudo. Lynch (2013) e Mosley (2013) acrescenta que as entrevistas colaboram para compreender melhor as causas e servem como fonte de dados primários, que podem ser analisadas de forma qualitativa e posteriormente de forma quantitativa. Gaskell (2003) complementa, afirmando que entrevistas com profundidade, tem a finalidade de descrever um contexto social de forma detalhada, de tal forma que possa compreendê-lo no estudo proposto.

Nesse sentido, inicialmente foi definido o propósito da entrevista, considerando objeto de estudo, posteriormente identificou-se o entrevistado, o diretor de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, diretamente envolvido na elaboração do O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande/MS.

A etapa seguinte foi a de elaboração do roteiro semiestruturado, adaptado de Richardson (2007), o qual foi dividido em três etapas: 1-abertura, que demostra o título da pesquisa; contexto do tema, nome da pesquisadora e orientadora; nome e cargo do participante e instituição que representa; local, data e horário da entrevista, objetivo proposto e tipo de entrevista, 2- apresentação do tipo de questões e quantidade de perguntas propostas e 3- encerramento, que apresenta horário de término da entrevista, resultados e agradecimento ao entrevistado pela colaboração com a presente pesquisa.

No que se refere-se as perguntas, foram focadas, espontâneas, abertas e ordenadas, seguindo o pensamento de Aylott e Mitchell (1998). Foram considerados os seguintes aspectos: perguntas diretas e indiretas; grau de importância, em relação ao objetivo proposto pela pesquisa; se o entrevistado tinham conhecimento para respondê-las; se as perguntas poderiam provocar resistência, antagonismo ou ressentimentos; se as palavras usadas na elaboração das perguntas eram claras e precisas; se as perguntas não induziam respostas e, por fim, se as perguntas foram ordenadas de tal forma que o entrevistado pudessem respondê-las facilmente (GIL, 2010); (RICHARDSON, 2007) e (VIEIRA e ZOUAIN, 2006).

Cabe destacar que foi realizado um teste piloto, para aferir perguntas que poderiam ser incluídas e retificadas ou ainda retiradas da entrevista, conforme sugere (ROESCH, 2005).

Após a realização da entrevista foi realizada a transcrição literal da gravação sendo que posteriormente os dados foram organizados e categorizados. No que refere-se a análise, teve como premissa as seguintes etapas: 1- reconhecer e delimitar o objetivo do estudo nos dados que foram transcritos; 2- avaliar padrões encontrados e possíveis comparações para identificar a predominância de ideias e 3- analisar os dados encontrados, ponderando o objetivo da pesquisa, no sentido de construir relações e interpretações, sendo que foi possível fazer relações entre objetivo proposto, material descrito e aporte teórico. (GREENBAUN, 2000; PEREIRA, 2004; RICHARDSON, 2007).

Os dados foram interpretados, analisados e apresentados qualitativamente, quando usou-se palavras para descrever o fenômeno, relacionando-as ao aporte teórico ou quantitativamente, expresso por meio de números, gráficos, tabelas, quadros e figuras.

4.3 Análise histórica da descentralização do comércio em campo grande/ms

Nesse cenário torna-se imperativo para este estudo, descrever o processo histórico da construção da cidade de Campo Grande, que teve como marco inicial a chegada de José Antônio Pereira, em 21 de junho de 1872, em busca de terras devolutas, à confluência de dois córregos, mais tarde denominados de Prosa e Segredo, sendo que ranchos, roças, casinhas de taipa, criaram um trançado e deram origem a primeira Rua Velha, hoje denominada Rua 26 de Agosto.

A primeira Igreja foi construída 1978, recebeu o nome de São Antônio, era um povoado de poucos, com uma única rua, ranchos de sapé, considerado um lugar colonial. Os vaqueiros, tropeiros e boiadeiros, foram os primeiros a ocupar a paisagem, posteriormente, vieram os carreteiros e viajantes. Dessa forma, surgiram os primeiros comércios, sendo bares e bolichos a época (PLANURB, 2021).

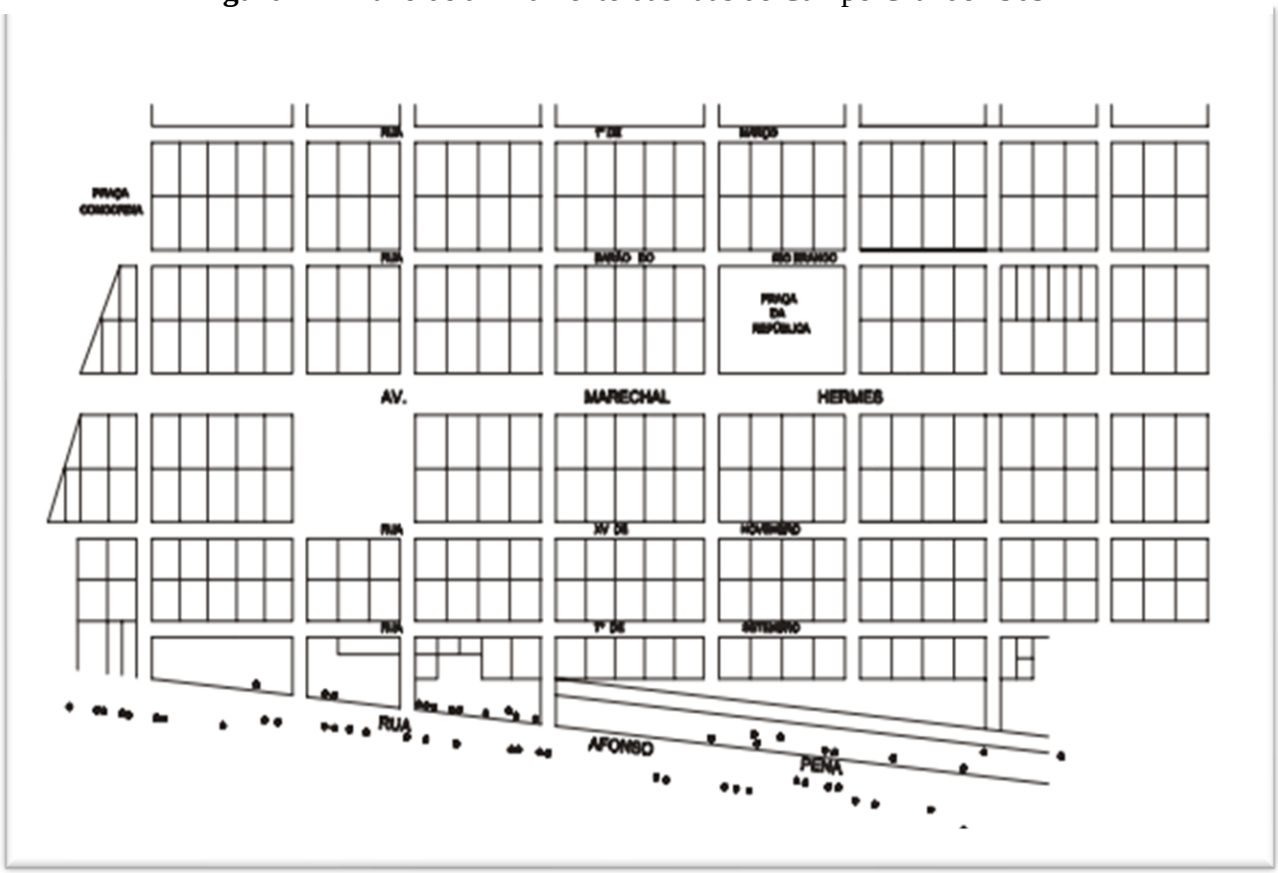
O povoado foi crescendo, sendo que em 1889, foi elevado a distrito, dez anos mais tarde em 1899, passou a ser simultaneamente vila e município. No início do século XX, mascates, mercadores paulistas, mineiros, árabes e trabalhadores de muitas nacionalidades, como japoneses, corroboraram para o crescimento do lugar. Nesse contexto, a cidade de Campo Grande em 1899 foi reconhecida como uma vila, tinha 600 habitantes, sendo que 10 anos depois, em 1909, estava com 1200 habitantes.

Cabe destacar nesse contexto, que a cidade de São Paulo, transformou-se no principal polo comercial, tendo em vista o apoio do porto de Santos e os empreendimentos cafeeiros da época. Dessa forma, houve um trabalho nacional, voltado para integrar os fluxos comerciais de fronteira para a cidade de São Paulo, que deu origem, a implantação da ferrovia em direção à área de

fronteira. Constituiu-se um esforço com a finalidade de desviar as rotas de comércio existentes pela Bacia do Prata, para o novo polo de comercialização e o porto de Santos. Campo Grande à época, ainda era uma vila e acolhia a maioria das cabeças de gados em suas terras, o que demostra que a cidade foi preparada para exercer o papel principal de entreposto de gado, juntamente com a ferrovia e a cidade de São Paulo (LE BOURLEGAT, 2000).

Ainda de acordo com autora supracitada, em 1909, acontece o primeiro plano de alinhamento das ruas de Campo Grande, foi realizado pelo Engenheiro Nilo Javari Barém conforme (figura 21). Propôs a divisão urbana entre os dois principais córregos, Segredo e Prosa, ocupando de forma tubulares os terrenos, um plano ortogonal, em xadrez, a partir de ruas largas, sentido Leste-Oeste, sendo as principais ruas estabelecidas de Sul a Norte, tendo como eixo central a Marechal Hermes, hoje Av. Afonso Pensa, que delineava também duas praças públicas, destacando como principal, a Praça da República, hoje Praça do Rádio Clube, acompanhado do rocio urbano em 1910, sendo que este plano fez com que o centro comercial da cidade a época fosse modificado, deslocando-se para as proximidades da ferrovia.

Figura 21- Plano de alinhamento das ruas de Campo Grande 1909



Fonte: Arruda (2001)

O aumento populacional da cidade teve como um dos fatores o fluxo imigratório e migratório, que ficou ainda mais forte, com a criação da Esplanada da Noroeste do Brasil (NOB),

sendo a maioria de Corumbá, tendo em vista o declínio do comércio, com a perda de aliados comercias, que passaram a estabelecer relações comerciais com a cidade de Campo Grande (CABRAL,1999). Os trilhos chegaram à cidade em 1914, fazendo ligação entre Bauru e Porto Esperança. O ano foi marcado pela mobilidade, modernidade, velocidade e o progresso (CAMPESTRINI e GUIMARÃES (1997) e (ROSSI, 2003).

A estrutura urbana da cidade a época, foi dividida pelos trilhos, de um lado, foi ocupado pelos comerciantes e fazendeiros, sendo que outro, foi ocupado pelos imigrantes, de diversos países: árabes, japoneses, portugueses, italianos e espanhóis. Destaca-se nesse contexto os mascates, que formaram a força do comércio local. Os imigrantes em Campo Grande cresceram demograficamente na mesma proporção que os brasileiros natos (CABRAL,1999).

O advento da NOB transformou a estrutura urbana de Campo Grande, modificou o eixo principal da cidade, instalado próximo as Ruas Velha e Calógeras, fez com que os comerciantes se alojassem nestas vias, cooperando para que a Rua João Pessoa, fosse o principal eixo, somado aos lotes que foram ocupados mais ao norte da região, por famílias mais abastadas, principalmente por comerciantes locais, que fizeram as melhores casas da época, localizadas nas Ruas 15 de Novembro e Avenida Marechal Hermes, hoje conhecida como Avenida Afonso Pensa e ainda nas proximidades, em direção da Praça da República (EBNER, 1999). Nesse sentido pode-se observar a origem da cidade a partir do centro e o transporte de massa, sendo estes espaços ocupados por comerciantes, com renda mais elevada, que fizerem suas redidências, caracterizando a produção do capital e relações sociais nestas localidades.

Nesse contexto, percebe-se que a origem de Campo Grande, teve como marco histórico, a construção da NOB, que impactou na vida dos poucos habitantes da cidade, foi sinônimo de desenvolvimento e modernidade e cooperou profundamente para a política econômica dos próximos anos (ARRUDA, 2009).

Sob a perspectiva do modelo de cidade setorial, abordada por Borsdorf (2003) e Janoschka (2002), cabe destacar o desenvolvimento de um setor industrial próximo a ferrovia, pois emergiu uma zona de habitação operária em seu entorno. Campo Grande foi transformando-se no maior centro comercial da época, tinha agências bancárias, padarias, agências de automóveis, fábricas de gelo, massas alimentícias, marcenarias, hotéis, entre outros, que formaram a força do comercio local (MÔNACO, 1999). Verifica-se nesse contexto o uso diversificado do solo, com espaços para residências e comércio e serviços locais, ainda de forma espontânea, sem uma legislação especifica com esta finalidade.

O autor supracitado menciona que a elevada posição geográfica da cidade e a agilidade dos transportes ferroviários, foram fatores determinantes na consolidação de Campo Grande, em centro de todas as ligações comerciais da região, transformando a trajetória da cidade.

De acordo com Le Bourlegat (2000) Campo Grande no período Entre-Guerras foi um

cenário bastante propicio para exportações de carne, tendo em vista a produção significativa da época, pelos produtores locais, colaborando para o dinamismo comercial e o crescimento demográfico da cidade. Dessa forma, a cidade recebeu um novo plano geral de arruamento e obras de infraestrutura, como a pavimentação de ruas, principalmente na década de 20, juntamente com os alojamentos dos quarteis militares no município.

Nesse cenário, cabe destacar que o primeiro bairro de Campo Grande, criado a partir da Resolução de 1º de dezembro de 1921, foi o Barrio Amambaí, surgiu da necessidade de criar residências oficiais e semioficiais próximo ao complexo militar. Havia também a época a ideia de criar um bairro de expansão central, para alocar os imigrantes e operários das obras militares, ex-operários da ferrovia e outros trabalhadores (ARRUDA, 2001).

Segundo Le Bourlegat (2000) nas décadas de 30 e 40 do século XX, a cidade foi considerada o centro de rotas das rodovias regionais, que haviam-se instalados na região. Em decorrência deste acontecimento, a cidade ampliou sua centralidade regional, atuou no comando militar e forneceu bens e serviços as fazendas de gados da região. Dessa forma, recebeu o plano urbanístico com destaque para alguns avanços: experiências higienistas e sanitaristas na execução de obras de saneamento e abastecimento de água, propostas de prolongamento de ruas e avenidas, e, a ligação com os quarteis e bairro Amambaí, situados ao norte.

Considerando primeiros avanços econômicos e sociais, supracitados, na configuração urbana da cidade, cabe destacar nesse sentido que o primeiro Zoneamento Urbano da cidade, foi dividido em 5(cinco) modalidades: central, industrial, residencial, zona mista de primeira categoria e zona mista de segunda categoria, fato este que fez com que o centro principal da cidade fosse deslocado mais uma vez, agora entre as Ruas Vinte e Seis de Agosto, Avenida Mato Grosso, Avenida Calógeras e Rua José Antônio, corroborando para uma reestruturação urbana, fica evidente que a medida que a cidade cresce e se desenvolve, respectivamente assumi uma nova configuração urbana.

Torna-se imperativo mencionar que a planta da cidade elaborada na década de 30, já apontava o crescimento urbano da cidade para o norte, a partir da criação do bairro Cascudo. Observa-se além do traçado, os locais das construções, o núcleo central, unindo os Bairros Cascudo e Bairro Amambaí, percebe-se que estes, estavam mais afastados da malha urbana original, contribuindo para o surgimento da primeira linha de ônibus da cidade e integração dos bairros. Fica evidente que Campo Grande foi configurada como uma cidade dispersa, sendo esta, uma de suas marcas (EBNER, 1999). Este cenário pode-se arrolar com os estudos de Harris e Ullman (2005) quando mencionam que os setores residenciais crescem simultaneamente com o crescimento da cidade, em termos de território, sendo que, a diversidade de uso do solo no centro, está relacionada a expansão da cidade e os principais meios de transportes.

Na década de 60 os bairros mencionados acima, concentravam os primeiros focos de

comércio e serviços, fora do centro tradicional da cidade, tendo em vista a Lei Nº 687 aprovada em 1960, que ampliou a área delimitada para o comércio, prevista no código de obras da década de 40, para as Ruas "Av. Calógeras, em toda sua extensão; 14 de Julho e 13 de Maio, entre 26 de Agosto até a Praça São Tomé (atualmente Praça Júlio Luga); Rua Yjuca Pirama (atual Rua Cândido Mariano) e Av. Primeira (Atual Av. Tiradentes) em toda sua extensão (EBNER, 1999, p. 44). Cabe destar nesse contexto, que o ínicio do processo de descentralização na cidade de Campo Grande teve início na década supracitada, evidenciando a ordem natural do processo de expansão da cidade, tendo em vista o aumento de sua população e a necessidade de novos espaços de comércios e serviços, nestas localidades.

Ademais, a década de 50, foi também muito importante na construção histórica de cidade, tendo em vista que Campo Grande tornou-se o entreposto comercial mais importante do Estado. Dessa forma, deu-se continuidade ao processo de expansão da cidade para periferia, já com uma forte tendencia nacional planejadora, em parte, pelo movimento municipalista das décadas de 40 e 50, e em parte, pelo urbanismo humanista do padre Lebret. A primeira iniciativa do Plano Diretor surge na década de 40, cuja finalidade foi buscar diretrizes para os novos loteamentos e assentamentos, criados na zona suburbana da cidade (LE BOURLEGAT, 2000). Nesse aspecto evidencia a contribuição de Hoyt (1939) ao mencionar a cidade compreendida como circulo, sendo que os setores radiam para várias áreas, a partir do centro, em direção as periferias.

Na década de 50, Campo Grande era delimitada pelo Polígono, atualmente denominado mine-anel rodoviário, que formavam as saídas da cidade, sendo que, somente o Bairro Taveirópolis, excedia esta delimitação. Posteriormente, até década de 60, a malha urbana foi adensando e surgiram novos bairros para região Sul, cada vez mais distantes, entre os bairros estavam: Bandeirantes, Taquarussú, Monte Castelo, ou ainda, totalmente descolados do contínuo urbano, os Bairros Tiradentes, Jardim São Paulo, Vila Guanabara e outros (EBNER, 1999). Percebe-se que o crescimento da malha urbana e os novos bairros são considerados neste aspecto como atração para novos comércios e serviços nestes espaços, uma oportunidade para os empreendedores locais, uma descentralização em termos espaciais e comerciais.

Cabe destacar na trajetória histórica do município, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), elaborado em 1969, por um dos escritórios de consultoria mais reconhecidos em nível nacional, o Hidroservice. Sendo que a época foi apontada a extensão exagerada do tecido urbano, como um dos principais problemas de ordenação da cidade, igualmente aos assentamentos espalhados e não integrados da malha principal (LE BOURLEGAT, 2000), acentuando a característica de cidade dispersa. A expansão e extensão da malha urbana, assim como o modos de produção, para além dos perímetros da cidade já cosolidade, são aspectos marcantes, presentes na definição da urbanização dispersa (MONTE-MÓR, 2007).

Alguns anos depois, em 1977, Jaime Lerner, foi contratado para elaborar o Plano de

Estrutura Urbanística de Campo Grande, sendo que em sua análise, a época, constatou-se que a estação ferroviária e rodoviária, hospitais e grandes empreendimentos comerciais, estavam concentrados na área central da cidade. Dessa forma, estes, eram os principais responsáveis pelos congestionamentos das áreas centrais, propondo a Lei de Uso do Solo Nº 1.747 aprovada em 1978, que propôs uma restruturação do sistema viário, transporte coletivo e algumas áreas públicas, corroborando para a configuração da descentralização das atividades de comércios e serviços próximos aos corredores viários, que formavam as saídas da cidade a época (EBNER, 1999). Percebe-se nesse sentido um dos fatores de repulsão do centro e um dos fatores de atração para novos centros, apontados por Corrêa (1989).

A Rua 14 de Julho, concentrava em sua maioria, empreendimentos comerciais, que posteriormente, dominou toda a extensão, as paralelas, Rua 13 de maio e Avenida Calógeras e ainda ruas transversais localizadas mais no centro. Nessa época, Campo Grande tinha poucas indústrias, mas algumas já estavam instaladas próximos ao aeroporto. No que refere-se as residências, as classes mais altas estavam em direção ao leste da cidade, juntamente com o centro tradicional, sendo que nos bairros, estavam as classes com rendas mais baixas. Pode-se realizado um pararelo com os estudos de Hoyt (1939) focado no espaços residenciais, considerando a classe social e renda da população. Este autor enfatiza que as classes com maior renda direcionam-se incialmente para perto do centro comercial de varejo ou serviços, considerando a proximidade desta região com os locais de trabalhos, acessibilidade e também por ser uma região distante das indútrias.

Cabe destacar neste contexto, que o movimento divisionista, de 11 de outubro de 1977, idealizou o Estado de Mato Grosso do Sul, colocando Campo Grande, como capital, sendo que nesse contexto a "expansão da **malha urbana cresceu quase duas vezes e meia**, com forte especulação imobiliária" (LE BOURLEGAT, 2000, p. 370).

Nesta perspectiva, evidencia de acordo com Ebner (1999), a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, Lei nº 2.567, aprovada em 8 de dezembro de 1988, idealizada com novas linhas de regulamentação do solo, que aboliu o zoneamento da época, considerado extremamente restritivo. Dessa forma, propôs uma maior combinação das atividades urbanas "[...aproximando usos compatíveis e levando serviços e empregos para perto das habitações, em grande parte do espaço urbano...]" (p. 170). De acordo com o autor supracitado o zoneamento propôs as divisões de áreas de uso: Zona residencial (4); Zona comercial (3); Zona industrial (2); Zona institucional (2); Transição (3) e Corredor de Uso Múltiplo (2).

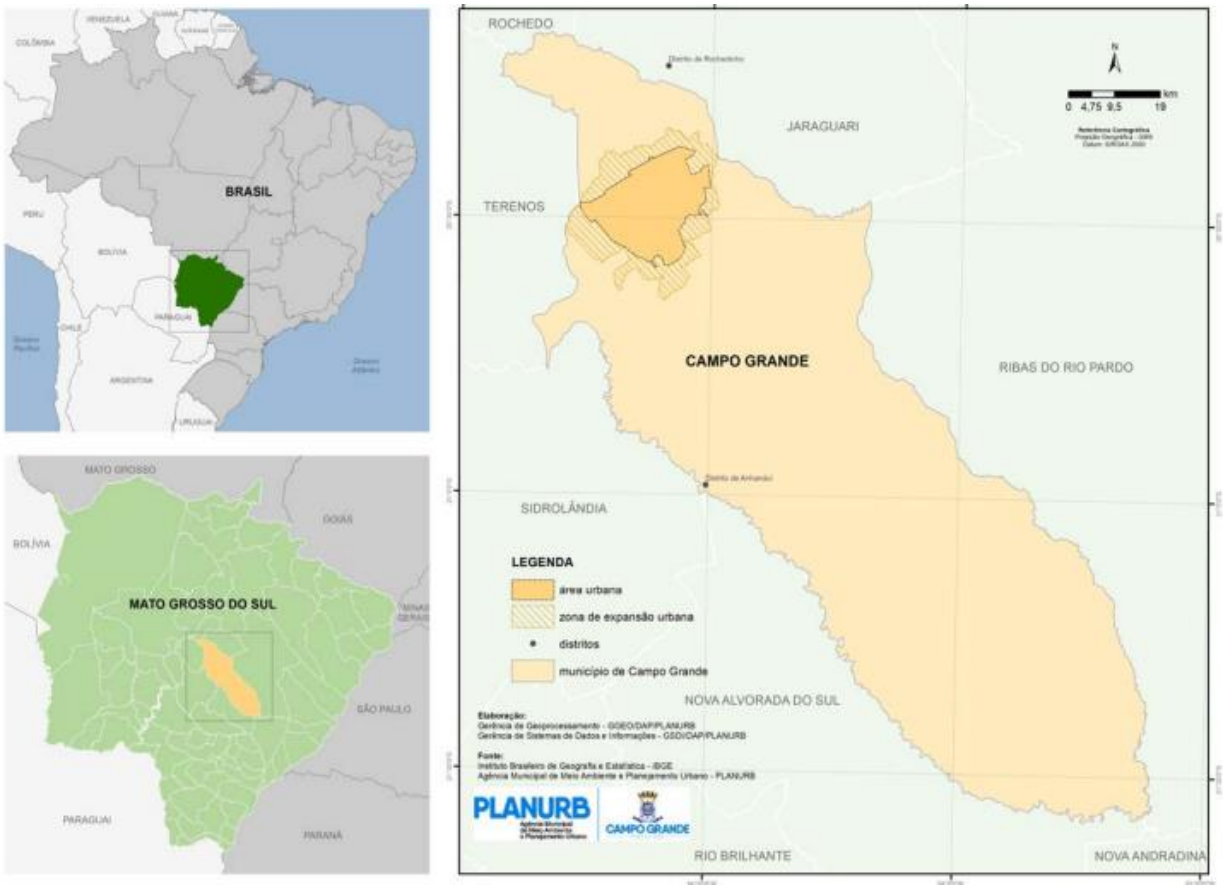
> [...] as Zonas Residenciais 1 e 2 apresentam maiores restrições para a instalação de atividades diversificadas, bem como não permitem a construção verticalizada A Zona Residencial 3 permite a edificação de edifícios e é onde estão sendo construídos os prédios residenciais voltados para classe média alta. Para a Zona Residencial 4, que abrange grande parte dos bairros populares da cidade, a

> proposta da referida Lei e de que haja, neste local uma grande mistura de atividades de serviços. comercio e até mesmo industrias; não poluentes, tentando assim aproximar as pessoas do seu local de trabalho. As Zonas Comerciais I e 2 estão estabelecidas nos locais onde se desenvolve maior numero dessas atividades, ou seja, no centro da cidade. As Zonas Industriais também consolidaram uma situação existente anteriormente, que era a do núcleo industrial separando as grandes indústrias e industrias poluentes do núcleo urbano. As grandes áreas institucionais também receberam tratamento especial, conforme vinha ocorrendo nas legislações anteriores, denominadas de Zonas Institucionais, quais sejam: as áreas militares, o aeroporto, o Parque dos Poderes e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. [...] As Zonas de Transição, área considerada pela lei como pouco povoada e onde não se deveria promover o adensamento humano, tendo em vista as grandes distâncias delas em relação ao centro da cidade e a total falta de infraestrutura. [...] Finalmente, continuando a tendencia de diversificação de atividades nos eixos estruturais da cidade, a referida lei propõe os Corredores de Múltiplo Uso, onde os Índices de ocupação bem como as atividades permitidas diferenciam-se das zonas onde estão situados (EBNER, p. 171-172)

Percebe-se que a lei supracitada já corroborava para uma diversificação e aproximação das atividades de comércio e serviços as pessoas e seus locais de trabalho, principalmente no que tange a população de baixa renda, os moradores dos bairros populares da cidade, como previsto na Zona residencial (4).

Atualmente, cabe evidenciar que o município possui 8.082,97 km2, geograficamente está localizado na área central do Mato Grosso do Sul, ocupa 2,26%, da área total do Estado (Figura 22 e Quadro 5).

Figura 22- Localização do munícipio de Campo Grande



Fonte: (PLANURB, 2021)

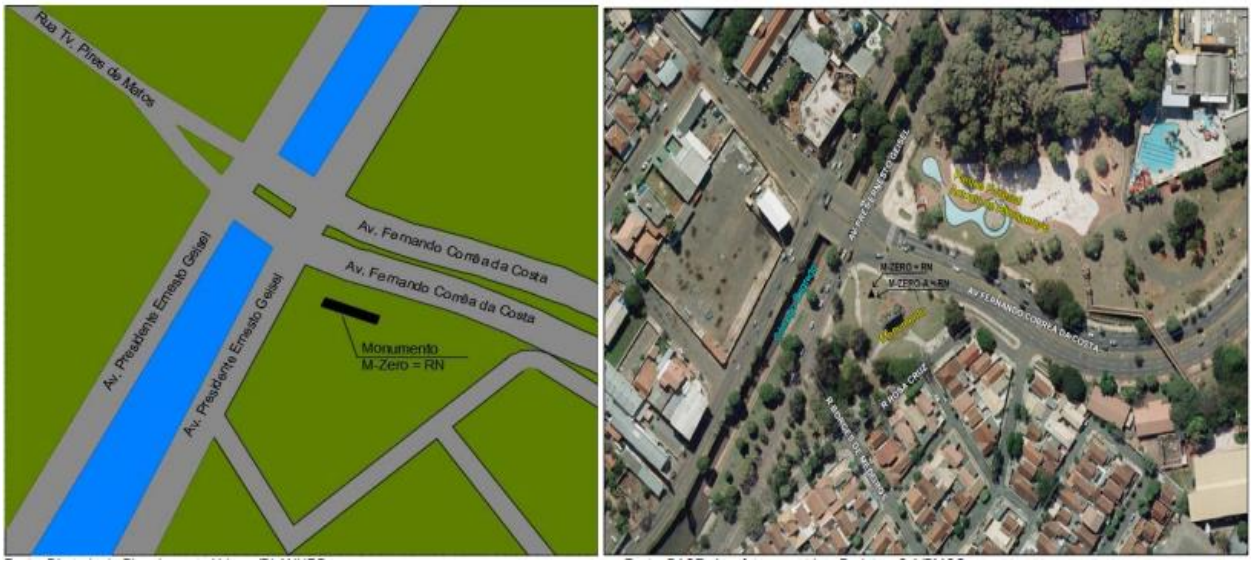
Quadro 5- Área territorial oficial - Mato Grosso do Sul e Campo Grande

Unidade da federação	Área (km²)
Mato Grosso do Sul	357.147,994
Campo Grande	8.082,978

Fonte: (IBGE, 2010)

De acordo com a Planurb (2021) a sede do município está localizada nas imediações do divisor de águas das Bacias do Paraná e Paraguai, marcada pelas coordenadas geográficas 20°28’13, 40737” Latitude Sul e 54°37’25,87099” Longitude Oeste, e sua altitude varia entre as cotas 500 e 675 metros. O marco zero do município está localizado no gramado em frente ao Monumento dos Imigrantes - Carro de Boi, no cruzamento da Av. Fernando Correa da Costa com a Av. Pres. Ernesto Geisel, próximo ao Parque Florestal Antônio de Albuquerque, atualmente conhecido como Horto Florestal (Figura 23).

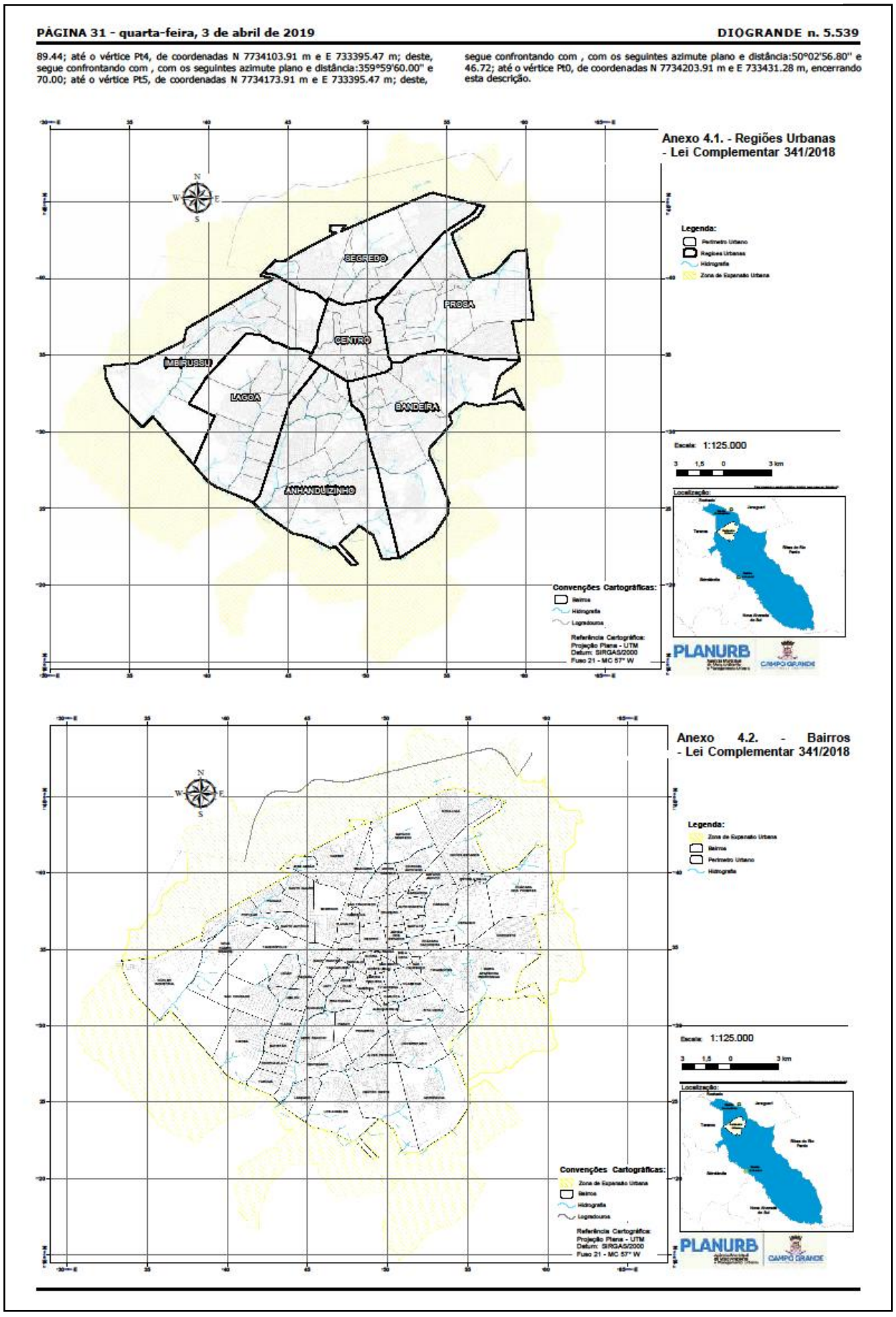
Figura 23- Marco Zero



Fonte: (PLANURB, 2021)

A área urbana de Campo Grande está dividida em: 07 (sete) regiões urbanas, que estão subdivididas em 74(setenta e quatro) bairros, representados graficamente na (Figura 24).

Figura 24- Regiões Urbanas e Bairros



Fonte: (CAMPO GRANDE, 2019)

As áreas urbanas estão denominadas e delimitadas da sequinte forma:

I – Região Urbana do Centro - a partir do cruzamento da Avenida Salgado Filho com a Avenida Tiradentes; seguindo pela Avenida Tiradentes até Rua Gal. Nepomuceno Costa; seguindo por esta Rua até Avenida Tamandaré; seguindo por esta Avenida até a Avenida Mascarenhas de Moraes; seguindo por esta Avenida até a Avenida Coronel Antonino; seguindo por esta Avenida no sentido Noroeste-Sudoeste até a Rua São Borja; seguindo por esta Rua até a Rua Ceará; seguindo por esta Rua até a Rua Joaquim Murtinho; seguindo por esta Rua até a Avenida Eduardo Elias Zahran; seguindo por esta Avenida até a Avenida Salgado Filho; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida;

II – Região Urbana do Segredo - a partir do cruzamento da Avenida Coronel Antonino com a Avenida Mascarenhas de Moraes; seguindo pela Avenida Mascarenhas de Moraes até a Avenida Tamandaré; seguindo por esta Avenida até a Avenida Dom Antônio Barbosa; seguindo por esta Avenida até a Rua Euler de Azevedo; seguindo por esta rua até a Rodovia MS-080; seguindo por esta Rodovia até a linha do Perímetro Urbano; seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-52, M-53, M-54, M-55, M-56, M-57,M-58, M-58A, M-58B, M-58C, M-58D, M-58E, M-59, M-60 e M-01 até a BR-163; seguindo por esta BR até a Avenida Cônsul Assaf Trad; seguindo por esta Avenida até a Avenida Coronel Antonino; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida;

III – Região Urbana do Prosa - a partir do cruzamento da Rua Joaquim Murtinho com a Rua Ceará; seguindo pela Rua Ceará até a Rua São Borja; seguindo por esta Rua até a Avenida Coronel Antonino; seguindo por esta Avenida até a Avenida Cônsul Assaf Trad; seguindo por esta Avenida até a BR-163; seguindo por esta BR até a Linha do Perímetro Urbano; seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-02, M-03, M-04, M-05, M06, M-07, M-08, M-09, M-10, M-11, M-12 e M-13 até a BR-262; seguindo por esta BR até a Avenida Redentor; seguindo por esta Avenida até a Avenida Ministro João Arinos; seguindo por esta Avenida até a Rua Joaquim Murtinho; seguindo por esta Rua até o ponto de partida;

IV – Região Urbana do Bandeira - a partir do cruzamento da Avenida Costa e Silva com a Avenida Eduardo Elias Zahran; seguindo pela Avenida Eduardo Elias Zahran até a Rua Joaquim Murtinho; seguindo por esta Rua até a Avenida Ministro João Arinos; seguindo por esta Avenida até a Avenida Redentor; seguindo por esta Avenida até a BR262; seguindo por esta BR até a Linha do Perímetro Urbano, seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-14, M-14A, M-14B, M-14C, M-14D, M-14D1, M-14D2, M-14D3, M14D4, M-14D5, M-14E, M-14F, M-14G, M-14H, M-14I, M-14J, M-14K, M-14L, M-15, M16, M-17, M-18, M-19, M-20, M-21, M-22 e M-23 até a BR-163; seguindo por esta BR até a Avenida Gury Marques; seguindo por esta Avenida até a Avenida Costa e Silva; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida; (NR) (Redação dada pela Lei Complementar n. 186, de 12 de dezembro de 2011).

V – Região Urbana do Anhanduizinho - a partir do cruzamento da Avenida Bandeirantes com a Avenida Salgado Filho; seguindo pela Avenida Salgado Filho até a Avenida Costa e Silva; seguindo por esta Avenida até a Avenida Gury Marques; seguindo por esta Avenida até a BR-163; seguindo por esta BR até a Linha do Perímetro Urbano; seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-24, M-25, M-26, M-27, M-28, M-29, M-29A, M-29B, M-29C, M-30, M-31, M-32 e M-33 até a BR-060; seguindo por esta BR até a Avenida Dr. Günter Hans; seguindo por esta Avenida até a Avenida Bandeirantes; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida; (NR) (Redação dada pela Lei Complementar n. 186, de 12 de dezembro de 2011).

VI – Região Urbana do Lagoa - a partir do cruzamento da Avenida Duque de Caxias com a Avenida Tiradentes; seguindo pela Avenida Tiradentes até a Avenida Salgado Filho; seguindo por esta Avenida até a Avenida Bandeirantes; seguindo por esta Avenida até a Avenida Dr. Günter Hans; seguindo por esta

> Avenida até a BR-060; seguindo por esta BR até a Linha do Perímetro Urbano; seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-34, M-35 e M-36 até o prolongamento da Rua Cap. Mário Pio Pereira; seguindo por este prolongamento até o limite da Área R1; seguindo pelo limite da Área R1 até o prolongamento da Avenida Wilson Paes de Barros; seguindo por esta Avenida até a Avenida Duque de Caxias; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida;
> **VII – Região Urbana do Imbirussu** - a partir do cruzamento da Avenida Dom Antônio Barbosa com a Avenida Tamandaré; seguindo pela Avenida Tamandaré até a Rua Gal. Nepomuceno Costa; seguindo por esta Rua até a Avenida Duque de Caxias; seguindo por esta Avenida até a Avenida Wilson Paes de Barros; seguindo por esta Avenida e prolongamento até o limite da Área R1; seguindo por este limite até o prolongamento da Rua Cap. Mário Pio Pereira; seguindo por este prolongamento até a Linha do Perímetro Urbano; seguindo por esta Linha em direção aos marcos M-37, M-38, M-39, M-40, M41, M-42, M-43, M-44, M-45, M-46, M-47, M-48, M-49, M-50 e M-51 até a Rodovia MS080; seguindo por esta Rodovia até a Rua Dr. Euler de Azevedo; seguindo por esta Rua até a Avenida Dom Antônio Barbosa; seguindo por esta Avenida até o ponto de partida (CAMPO GRANDE, 2019, p.). (Grifo nosso).

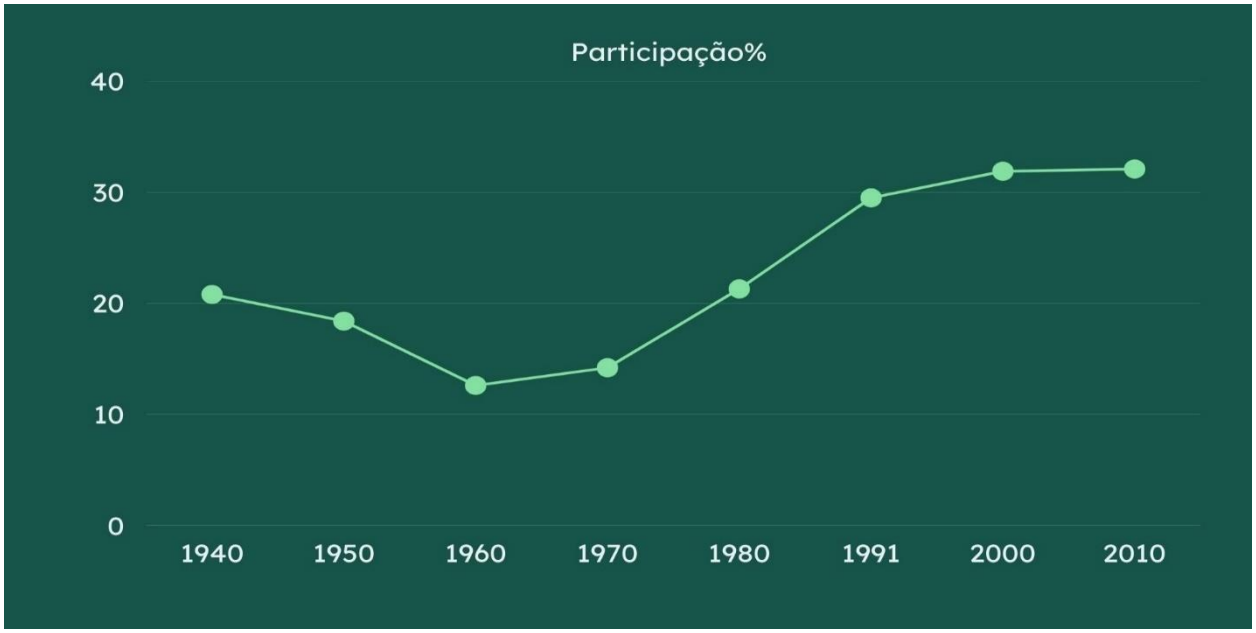
A partir dos pressupostos discutidos acima no contexto dos bairros, regiões urbanas, centralidades e descentralização, na estrutura urbana de Campo Grande, propõe-se incialmente uma análsie dos dados demográficos da cidade, tendo em vista que o município apresenta uma evolução da participação relativa da população em relação ao Estado do Mato Grosso do Sul, bastante expressiva, representando, 32,1% , conforme (Gráfico 1). Destacando-se que para cada 100 habitantes, 32 destes, moram na capital. Há na cidade 786.797 habitantes, como mencionado anteriormente, sendo que a população urbana representa 98,66% e a rural 1,34%, o que demostra alto grau de urbanização (IBGE, 2010). Cabe destacar que a urbanização é respectivamente um resultado e uma categoria do processo de propagação do capital, sendo que, a partir de uma retrospectiva, é possivel apontar a intensidade da urbanização, como um dos principais sinais do século passado (SANTOS, 2007) e (SPOSITO, 2010).

Um dos principais fatores que contribuiram para a urbanização abrasadora das cidades brasileiras, assim como na Europa e Estados Unidos, foi a Revolução Idustrial. Porém, no Brasil, em um contexto social e politico desigual, tendo em vista a diferenças de classes sociais, já acentuadas nas cidades e também pela ocupação e uso do solo de forma aleatoriamente.

Campo Grande também teve sua urbanização fortemente relacionada a era industrial, ao transporte de massa e vinda dos imigrantes para cidade, expansão e concentração do capital. A alta urbanização em curto espaço de tempo, emergiu transformaçãoes na estrutura urbana da município e intensificou problemas específicos, como marginalização da população mais pobre.

Contudo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) estabelece como um de seus objetivos: “ reduzir e mitigar os impactos da urbanização no Município” Por outro lado, o processo de urbanização emergiu também avanços significativos, em indicadores sociais, a exemplo dos indicadores demográficos (CAMPO GRANDE, 2019, p.02)

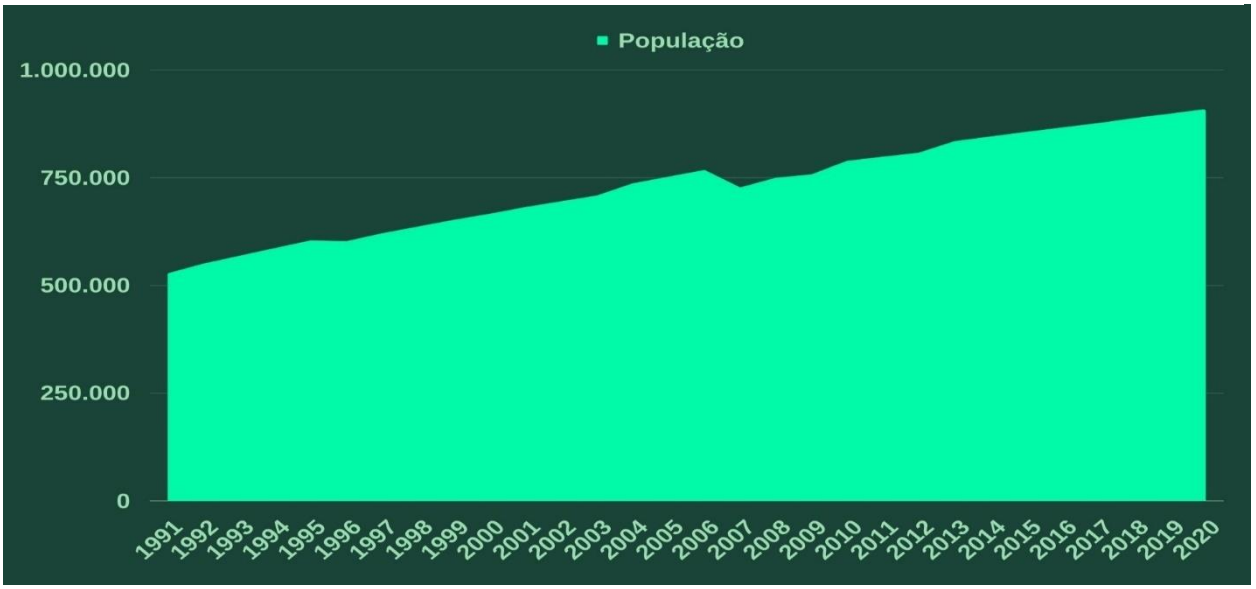
Gráfico 1- Evolução da participação relativa da população de Campo Grande em relação ao Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: (IBGE, 2010). Adaptação da própria autoria

Dados do IBE (2010) demostram uma estimativa para a população campo-grandense de 906.092 habitantes em 2021 conforme (Gráfico 2). Impera mencionar que o censo, realizado a cada dez anos, não foi concretizado, tendo em vista a Pandemia da Covid-19, vivenciada no Brasil e no mundo, nos últimos três anos. Conduto, é possível verificar uma evolução constante da população, da cidade, que impacta no planejamento urbano, principalmente, no que refere-se ao ordenamento territorial, déficit habitacional, comercio e serviços, mobilidade, transporte e acessibilidade (NOGUEIRA, 2022).

Gráfico 2- Estimativa de Crescimento da População de Campo Grande



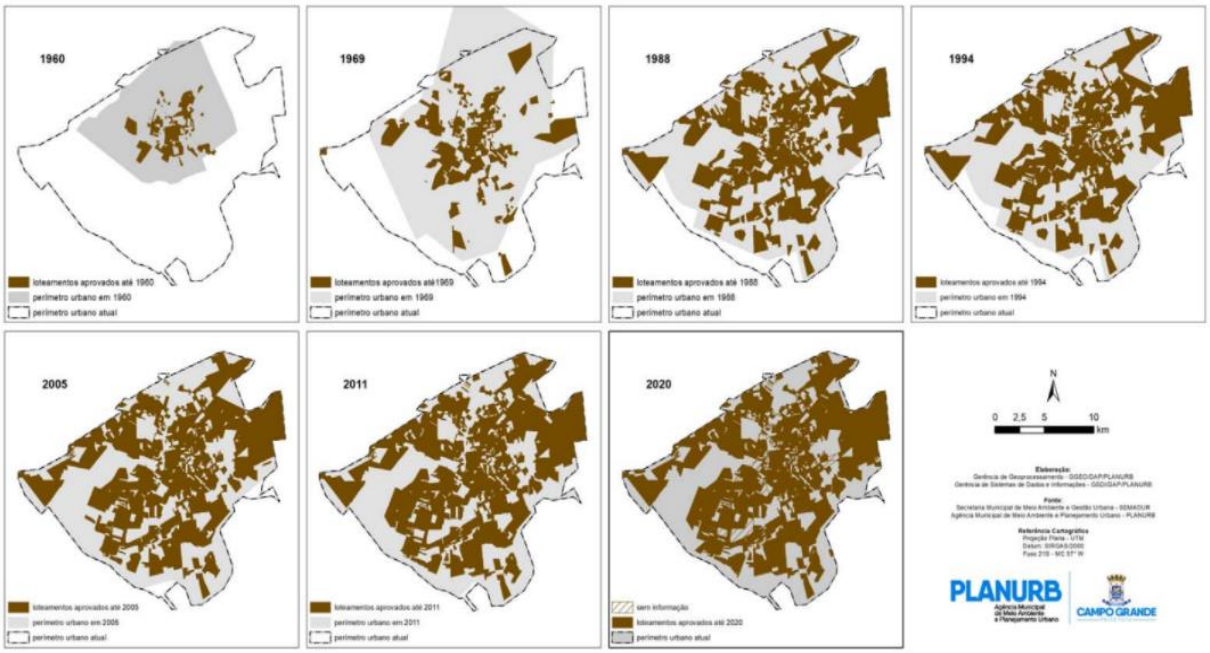
Fonte: (IBGE, 2010) Adaptação da própria autoria.

A partir da variável crescimento populacional, observa-se que na década de 50, Campo Grande apresentou uma das maiores taxas médias geométricas de crescimento populacional do Brasil, (7,43%); na década 60 (7,28%) e na década de 80 (8,0%). Taxas elevadas, se considerada a outras cidades brasileiras. Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento rápido da cidade foi também seguido de uma expansão horizontal. Le Bourlegat (2000, p. 370) completa afirmando que a "malha urbana cresceu quase duas vezes e meia, acarretando uma intensa especulação imobiliária". Um dos motivos para o modelo geográfico de crescimento espalhado, tem como relação causa e efeito a especulação imobiliária (SANTOS, 2005).

O processo histórico de origem da cidade perpassa pela evolução de sua população, entre outros fatores, menciona nesse sentido que "a cidade, ao crescer, cresce horizontalmente (ocupando extensas áreas) e verticalmente (com a construção de edifícios de vários andares)" (SPÓSITO, 2009, p.24).

Nesse contexto, historicamente, o crescimento demográfico de Campo Grande, ocorreu muito mais de forma horizontal, tendo forte relação na configuração urbana da cidade as décadas de 50, 60 e 80. A sua relevância como polo comercial para região e atração de muitos imigrantes para cidade, a colocando como capital de Mato Grosso Sul, assim como o crescimento do comércio e serviços, foram fatores determinantes, para o aumento populacional da cidade (figura 25).

Figura 25- Evolução dos loteamentos aprovados e do perímetro urbano



Fonte- (PLANURB, 2021)

Verifica-se na (Figura 25) que a origem do tecido urbano ocorreu em 1960, quando começaram a surgir loteamentos mais distantes do centro comercial, em sua maior parte para acolher a população de baixa renda, que conduzia-se em fluxos cada vez maiores para cidade. O

acesso a estes loteamentos/bairros davam-se na maioria das vezes por meio de uma rua ou avenida, geralmente pelas rodovias, denominadas como saídas, tinham como função, fazer linha de ligação entre o centro e os bairros. Dessa forma, emerge uma configuração urbana radial, tendo em vista que todos os acessos afluem para o centro, destacando-se a centralidade comercial e de serviços, que formaram a cidade na década de 60. Os fluxos urbanos foram caracterizados pelo sentido bairro-centro-bairro, com uma acessibilidade média direta, entre as regiões urbanas (PLANURB, 2021).

Nesse contexto, cabe destacar, que o povoado de Campo Grande, foi desenvolvido de forma espontânea, assim como a maioria das cidades. Nesse contexto evidencia as décadas de 60,70 e 80 do século XIX, tendo em vista a região de Vacaria, já ocupada por mineiros que criavam gados, desde do fim da Guerra do Paraguai. A cidade estava no centro da rota de comercialização de gado e a circulação comercial foi cada vez mais tornando-se constante. O cruzamento da rota, composta de dois fluxos, porto de Corumbá e porto de Concepción, foi espaço de circulação da cidade, por meio de carros de boi, carretas e burros, foi considerada ponto de passagem e encontros dos tropeiros e carreteiros, com funções de distribuição e coleta de produtos, colaborando para consolidação do povoado e as funções do lugar. O centro de relações comerciais do povoado situava-se na área de confluência entre os córregos Anhanduí e Segredo (LE BOURLEGAT, 2000).

Ainda nesta perspectiva, de acordo com autora supracitada, nas décadas de 60 e 70 do século XX, a região do Centro Oeste, sobretudo, durante os governos militares, recebeu da União importantes eixos rodoviários pavimentados, visando ampliar:

> O escoamento da produção agrícola para o centro industrial de São Paulo. Campo Grande ganhou a posição central no cruzamento destes eixos de comercialização, repercutindo no seu dinamismo comercial e crescimento populacional. Entre 1950 a 1970, graças aos avanços para o Oeste da fronteira agrícola de exportação e do papel desempenhado pela cidade, a população duplicou a cada década. Nesta nova situação de centralidade, o **centro de comércio** mais importante da cidade foi deslocado para a **rua 14 de Julho** (LE BOURLEGAT, 2000, p. 287).

Verifica-se que a posição de Campo Grande no centro de encontro dos eixos de comercialização da época, tendo em vista a sua produção agrícola, foi fundamental na dinâmica comercial local e no crescimento demográfico da cidade, recolocando o centro comercial, em uma nova centralidade. Percebe-se uma movimentação do centro de comério na estrutura urbana da cidade.

O municipio teve sua formação a partir do modelo monocêntrico, ou seja, um único centro terciário, caracterizado pelas atividades de comércio, serviços e Estado, resultado do processo de centralização espacial, relacionado a economia de mercado e o capitalismo da era industrial, sendo que, em decorrência do transporte dos trilhos, passou a ter um papel muito relevante na articulação

regional e na formação da área central.

Nesse contexto, a área central tornou-se também centro do transporte intraurbano, uma vez que este, foi intensificado nesta área e no espaço urbano. Dessa forma, atividades derivadas do comércio, tendo em vista o contexto regional e a proximidade com ferrovia, se desenvolveram. À medida que estas atividades evoluíram, surgiu um mercado de trabalho importante e os estabelecimentos de comércio varejistas e serviços foram instalados, oferecendo condições favoráveis para a concentração de atividades terciárias no espaço urbano da cidade de Campo Grande.

Impera mencionar que a partir do século XX o modelo de cidade monocêntrico passou por modificações e surgiram os núcleos secundários ou subcentros, na estrutura urbana da cidade, o fenômeno da descentralização espacial (CORRÊA, 1989). Nesta perspectiva, a descentralização é uma realidade na estrutura urbana da cidade, tendo em vista o forte movimento radial presente no munícipio, com mais comércios e serviços e algumas centralidades e nos bairros. Dessa forma, o planejamento é centrado nos bairros e ao estudar indicadores como: população, renda atividade econômica, percebe-se que descentralização ocorre em Campo Grande, sendo que a mobilidade tem forte presença nas discussões do desenvolvimento do município, primeiramente, se pensa a centralidade a partir da acessibilidade, com índices urbanísticos de uso e ocupação diferenciados, impulsionando uma centralidade regional, para que a população tenha comércio, serviços, edifícios para moradia e transporte coletivo intermodal nestes espaços (NOGUEIRA,2022).

A complexidade do processo espacial torna-se evidente neste contexto, pois há um agrupamento de atividades terciárias no centro principal e surge também vários núcleos secundários ou subcentros, de bairro ou de bairros, que germinam as discussões sob as perspectivas de centro, centralidades e a descentralização na urbanização da cidade (CORRÊA, 1989).

Além da cidade monocêntrica, mencionada anteriormente, Sposito (2010) complementa evidenciando duas novas formas de estrutura interna da cidade, sendo que quando há um ou mais centros, refere-se a multicentralidade e quando há diferentes níveis de especialização e de relevância destes centros, configura-se a policentralidade. “Os Novos Centros comerciais multiplicam a centralidade, mas não reproduzem a polaridade do centro principal” (p. 213).

Sob a perpectiva de Campo Grande e o pensamento dos autores supracitados, pode-se afirmar que a cidade apresenta em sua estrutura urbana: centro e centralidades, apromimando da definição de policentralidade. Bertaud (2004) argumente que não há cidades totalmente monocêntricas ou policêntricas, ocorre que determinadas cidades possuem a dominância de um ou outro modelo, ou ainda que há cidades hibridas.

Santos (2008) acrescenta que o processo de reestruturação do espaço urbano, demostra uma superposição entre o modelo centro-periferia, que foi um marco histórico na constituição das cidades atuais e a estrutura poli(multi)nucleada, evidenciando uma complexidade lógica, baseada

na relação tempo-espaço individualizada, estabelecendo os processos que conduzem a criação de territórios cursados em rapidezes cada mais mudáveis, sendo que não há homogeneidade disseminada entre a população. Considerado este, um dos aspectos que alterou os arranjos territoriais da estrutura urbana da cidade.

Ademais, o processo espacial de Campo Grande não foi diferente, tendo em vista que ao longo de sua criação, espaços para moradias, comércios e serviços, transportes, ruas e bairros, denram origem ao centro e as centralidades, com uso e ocupação do solo diversificados, formando a configuração urbana do município. Evidencia-se que cada vez mais foram criados bairros, alongados da área central, considerando como alguns dos fatores de impulsionamento, os deslocamentos das classes mais baixas e o aumento populacional da cidade, dando origem novas centralidades.

Ao analisar a evolução da configuração urbana de Campo Grande, percebe-se como um dos problemas já apontados no inicio de sua formação, engarrafamento no trânsito, o leva a preocupação de ter acesso a veículos não motorizados, torna-se imperativo, pensar no bairro, que tenha comércio e serviços, próximos a sua localidade, uma cidade sustentável (NOGUEIRA,2022).

Nesse contexto, impera mencionar a Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), sendo que o Art. 5º tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]” a partir de suas diretrizes gerais “fundamentadas no Estatuto da Cidade”. Tornando-se imperativo para este trabalho enfatizar: “a simplificação da legislação urbanística, especialmente as de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias e de polícia administrativa municipal, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais potencializando as centralidades”.

Torna-se evidente que poder público parte da premissa da legislação urbana no sentido de facilitar os parcelamentos, uso e ocupação do solo, aumento dos loteamentos e custos mais baixos, potencializando as centralidades locais, sendo que os parcelamentos do solo, em novas áreas urbanas, permite o desenvolvimento da população destas áreas de forma integrada a estrutura urbana que já existe, considera-se um dos aspectos de maior importância no ordenamento das cidades, sobretudo, no que tange as novas áreas urbanas na estrutura espacial de cada município.

O parcelamento do solo é considerado como um mecanismo urbanístico para promover a estrutura territorial dos municípios, para que possa haver uma distribuição de lotes, equipamentos e vias públicas, de forma adequada, simultaneamente de suas respectivas dimensões, taxa de ocupação, áreas de lazer, usos comunitários e outras necessidades, que ofereça infraestrutura mínima a população.

Nessa perspectiva é importante evidenciar que o Art. 6 da Lei Complementar n. 341, de 4

de dezembro de 2018, elucida dois conceitos de cidade que permeiam o Plano Diretor de Campo Grande:

> Compacta e policêntrica, com diversidade territorial, que respeite e que preserve o patrimônio natural e cultural do município, conciliando o desenvolvimento econômico e social, priorizando a melhoria dos seus bairros e de suas comunidades, bem como a proteção ao meio ambiente e que considere a função social da cidade e da propriedade como essencial ao seu desenvolvimento.

Fica evidente que o plano diretor de Campo Grande considerou os conceitos de cidade compacta e policêntrica, presente nas suas formas urbanas. A cidade compacta que integra e estimula o uso dos bairros, buscando a harmonia do comercio, serviços, moradia, qualidade de vida e impulsionando a economia local e o desenvolvimento da cidade.

No que tange a descentralização da cidade é importante destacar conforme o Art. 8 da Lei supracitada, um de seus objetivos: "estimular o desenvolvimento dos bairros e de novas centralidades de modo a diversificar os usos e adensar as áreas mais urbanizadas". Nesse aspecto, percebe-se que uma das finalidades do plano diretor da cidade, está voltada aos bairros e as novas centralidades.

Nesse contexto, cabe mencionar que há um compromisso entre poder público e os empreendedores destas centralidades, para que empreguem mão de obra local. As atividades econômicas impulsionadas nestas regiões, contribuem para que as pessoas possam consumir e trabalhar perto de suas moradias e desloquem-se menos na cidade, corroborando para uma cidade sustentável e maior qualidade de vida as pessoas (NOGUEIRA, 2022).

O Art. 115 da Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018 está direcionado para proposição "[...de lei específica para implementação de determinada Operação Urbana Consorciada...]" sendo que será promovida por meio de algumas conjecturas. Cabe destacar a hipótese de: "[...auxiliar na consolidação das centralidades urbanas...]". É importante nesse aspecto considerar "[...as práticas que viabilizam a articulação entre distintos centros urbanos e suas hinterlândias...]" (CORRÊA 2007, p. 27),

Cabe mencionar ainda o que determina o Art. 137 da referida Lei no contexto dos bairros:

> Os Planos de Bairro - PB são instrumentos de planejamento participativo dos bairros e têm por objetivo estudar e compreender a realidade econômica-social, cultural e urbanística na escala do bairro, onde serão dimensionados e localizados os equipamentos comunitários e urbanos, as infraestruturas urbanas, as centralidades, as atividades econômicas essenciais necessárias, sempre elaborados com a participação dos moradores, lideranças comunitárias, Poder Executivo Municipal e instituições de ensino superior.

Verifica-se que os planos de bairros são compreendidos como instrumentos necessários para compreender a realidade social e econômica de cada bairro, tendo em vista sua relevância para receber esforços de infraestrutura urbana e as novas centralidades/atividades de comércio e serviços, para atender as necessidades da população local. A menor unidade de planejamento, na

cidade é o bairro, sendo que dessa forma, as ações devem ser pensadas localmente (NOGUEIRA, 2022). Nesse aspecto, o local é considerado com um espaço de articulação e/ou síntese, que está entre o moderno e tradicional, que possibilita, tendo em vista as sinergias estabeleciadas, soluções inovadoras para problemas peculiares das sociedades contemporânea.

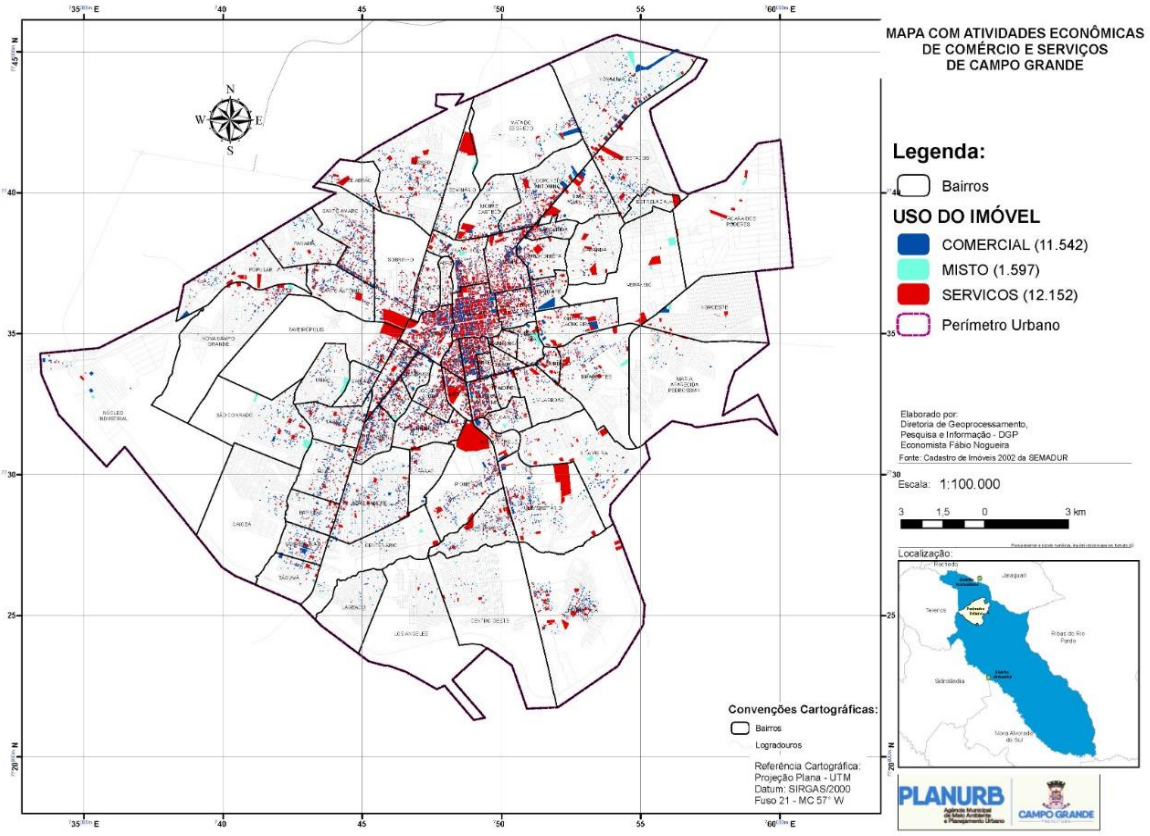
Considerando a configuração urbana da cidade em termos espacial e comercial, cabe destar que o comércio gerado pelo fluxo de passagem de pessoas, seja no centro tradicional, bairros e/ou nas centralidades e ainda pela necessidade de consumo dos moradores dos bairros distantes, contribuíram para atração de comerciantes da própria cidade e de outras que vislumbraram oportunidades de desenvolvimento econômico. Corrêa (1989) evidencia que a descentralização surge por vários fatores, sendo o menor rigor locacional em função do aparecimento de atrações em espaços fora do centro da cidade.

> A descentralização está associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais. Com isso, a grande e moderna fábrica não depende mais das externalidades da área central, para realizar todas as suas operações. Sua grande escala é suficiente para justificar que nela própria sejam produzidas algumas matérias-primas e bens intermediários, ou a localização de outras fábricas e serviços junto de si. Pode assim localizar fora da área central adicionando outras vantagens, com o custo do terreno e a proximidade da força de trabalho. A sede social da empresa, no entanto, pode localizar-se na área central. Os modernos meios de comunicações levam a uma flexibilidade locacional, até mesmo das atividades de gestão (CORRÊA, 1995, p.08)

Percebe-se que alguns dos fatores que contribuíram para descentralização em Campo Grande foi crescimento em termos demográfico e espaciais. Processo este que teve início na década 60 como mencionado anteriormente. Nesse contexto, o processo produtivo não dependia mais do centro tradicional da cidade, tendo em vista que estes estabelecimentos produtivos passaram a produzir matérias primas ou bens intermediários e ainda passaram a ter em seus espaços outras fabricas e serviços. O autor supracitado enfatiza que o fenômeno da descentralização acarreta vantagens para estes estabelecimentos, pois o custo do lote urbano nos subcentros ou bairros são menores, assim como também a facilidade de os trabalhadores estarem mais próximos destas localidades, pensando na mobilidade urbana.

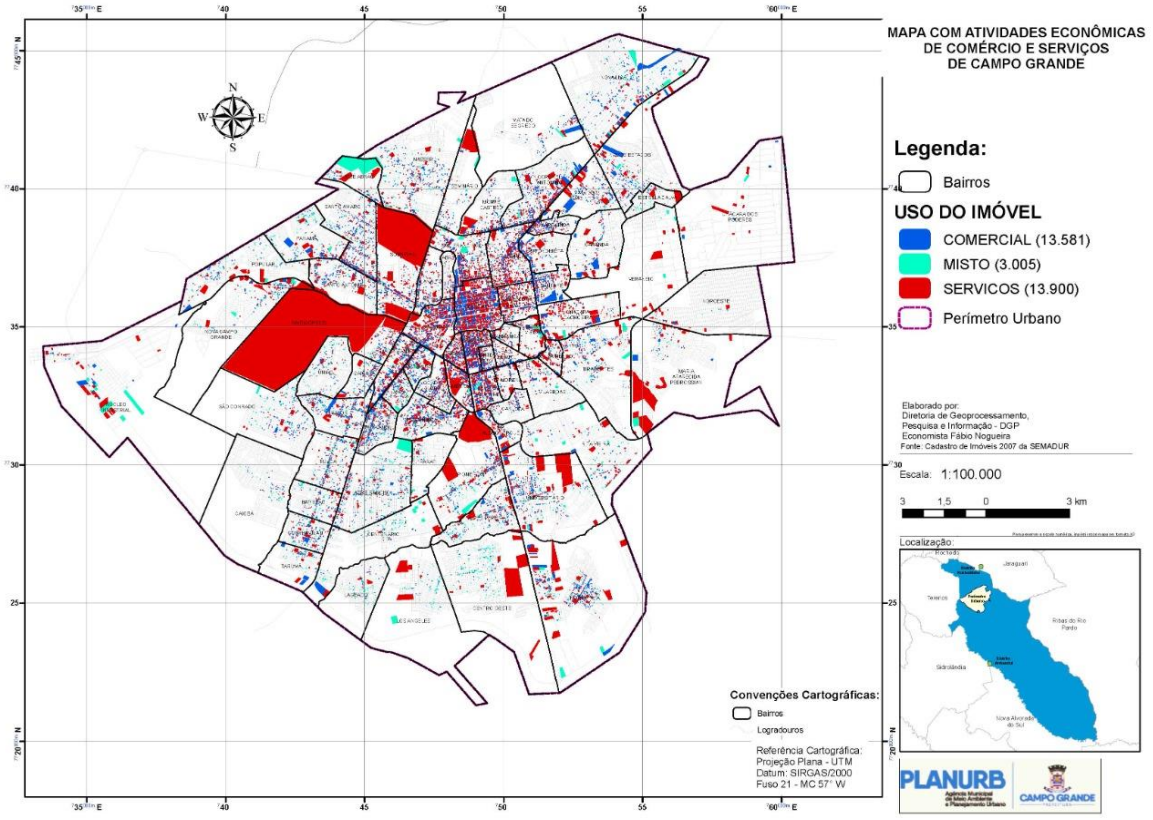
Além do crescimento demográfico e expansão da malha urbana da cidade, as figuras (26, 27, 28, 29 e 30) demostram neste contexto, o processo de evolução das atividades econômicas (comércio, serviços e misto) no que refere-se a ocupação e uso do solo diversificado nas centralidades. Verifica-se que ao longo dos anos, a estrutura urbana modificou-se tendo em vista o crescimento do número de empreendimentos comerciais do setor terciário no município. A concentração de empresas, historicamente constiuidas nas área central da cidade, passaram também a concentrar em novas áreas da cidade, uma expansão espacial e comercial, criando novas centralidades de comércio e serviços em outras regiões da cidade.

Figura 26- Atividades Econômicas 2002



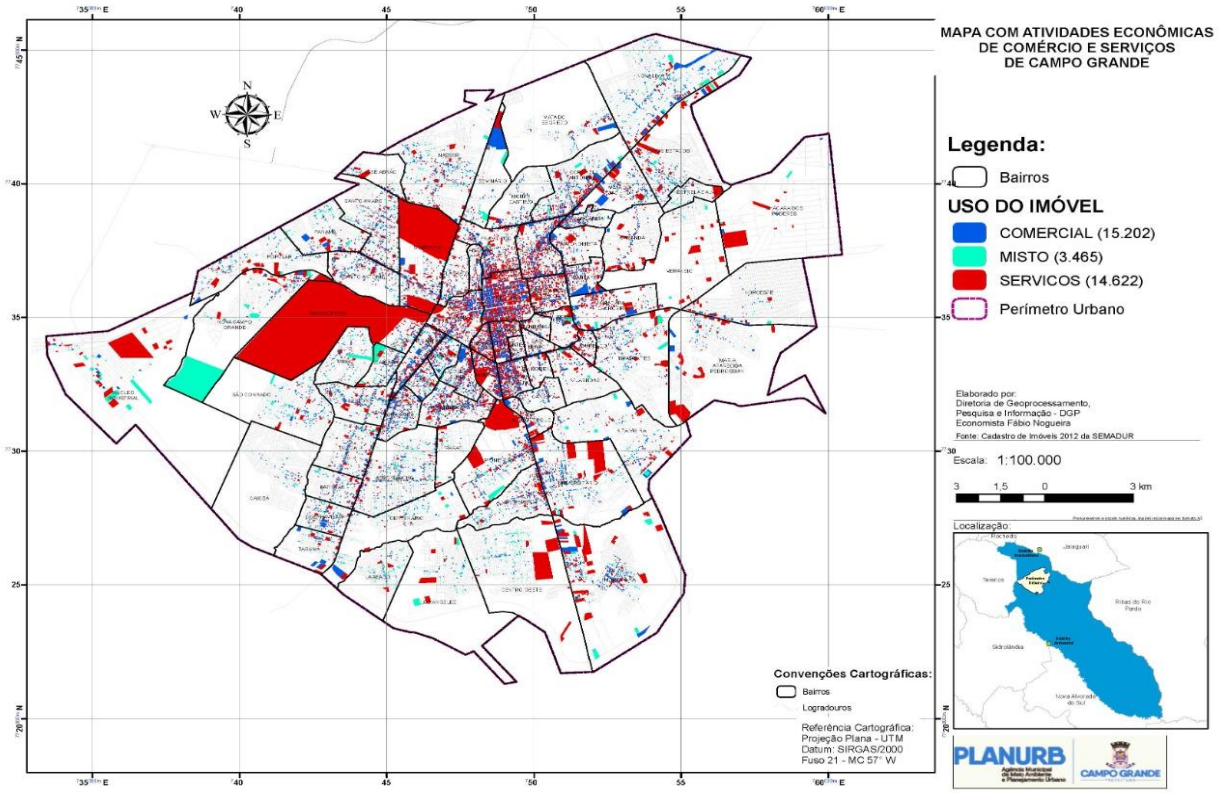
Fonte: (SEMADUR, 2002)

Figura 27- Atividades Econômicas 2007



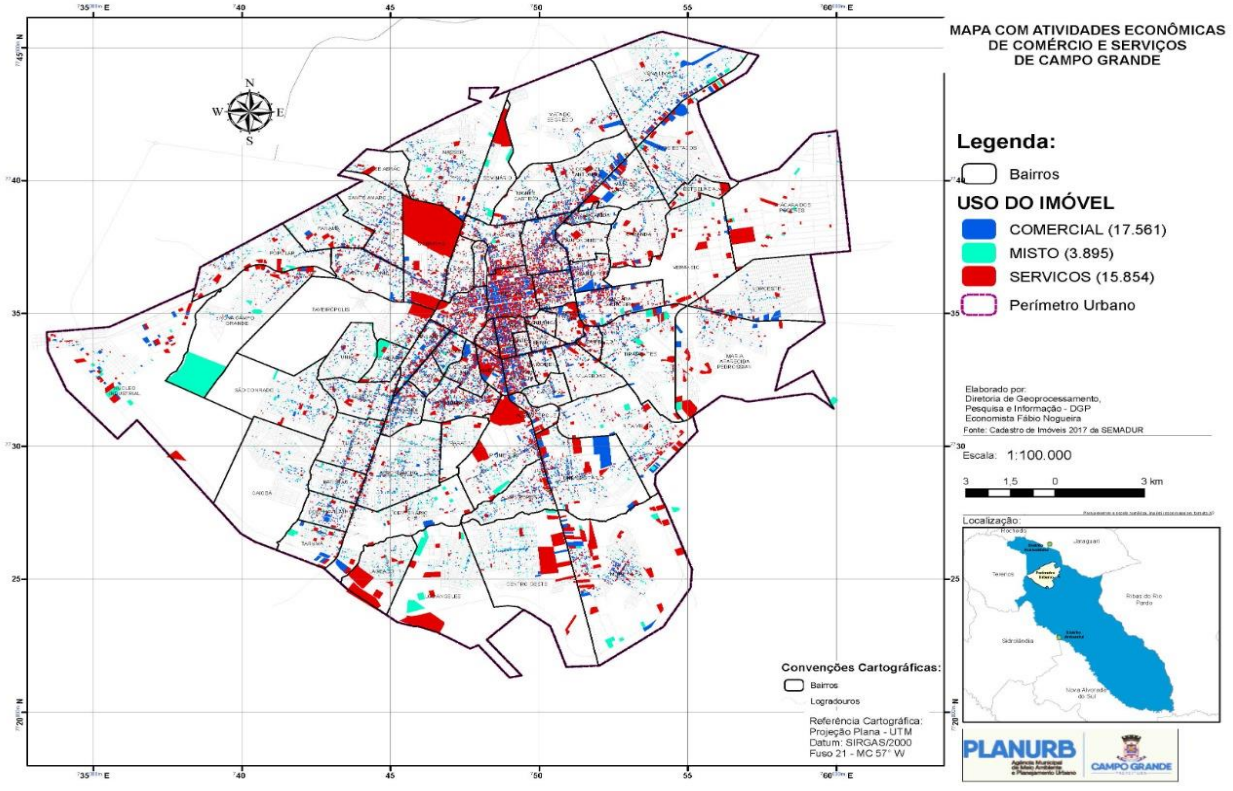
Fonte: (SEMADUR, 2007

Figura 28 - Atividades Econômicas 2012



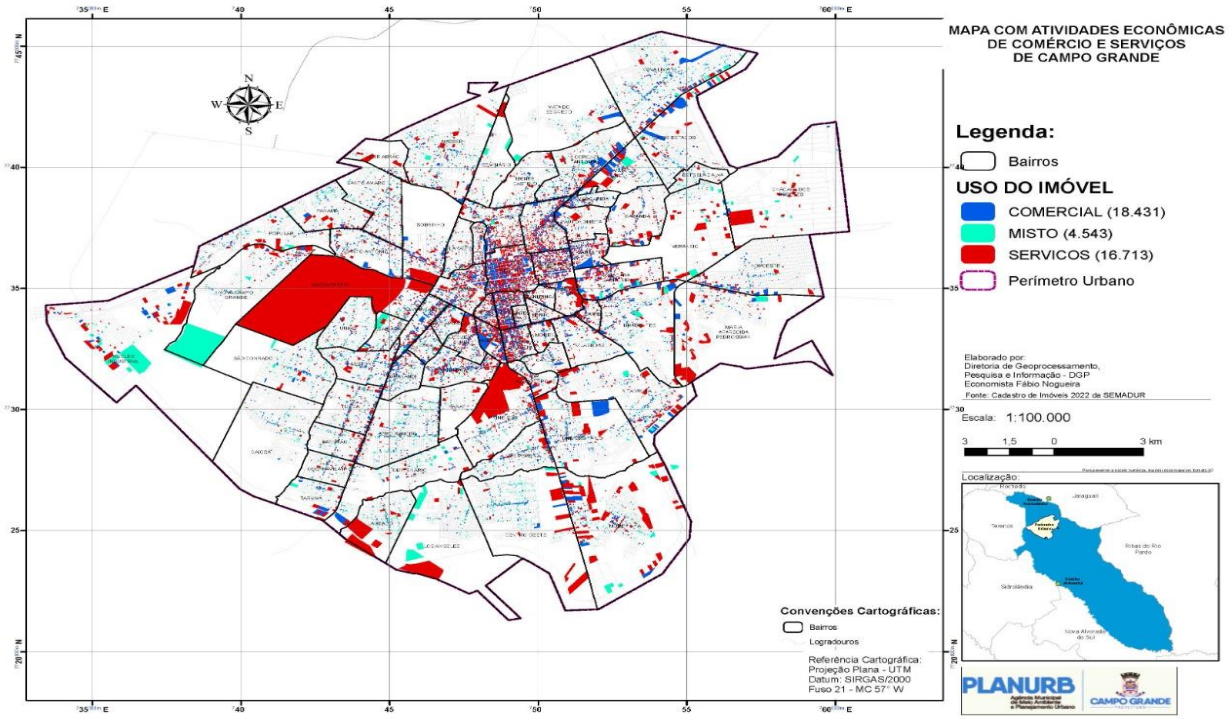
Fonte: **Fonte**: (SEMADUR, 2012)

Figura 29- Atividaddes Econômicas 2017



Fonte: **Fonte**: (SEMADUR, 2017)

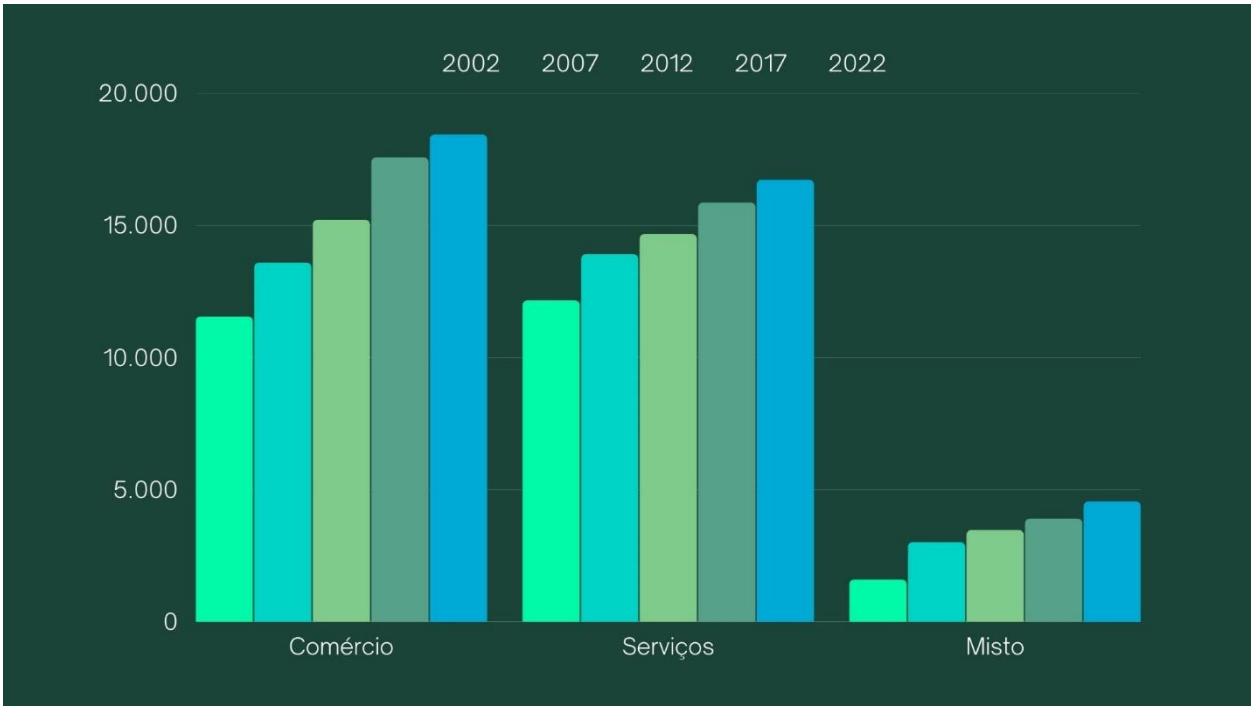
Figura 30- Atividade Econômicas 2022



Fonte: **Fonte**: (SEMADUR, 2022)

O (gráfico3) demostra em termos quantitativos as atividades econômicas (comércio, serviços e misto) em Campo Grande, verifica-se um crescimento constante, do número de empreendimentos comerciais nestes períodos. Nesse sentido, cabe destacar o comércio como um dos fatores relacionados a origem das cidades e expansão urbana. Sua origem perpassa pelo comércio, incialmente no formato de trocas de bens e mercadorias e também pela relações de produção. As formas comerciais possuem uma dimensão histórica, construídas a partir processo de reprodução das relações de produção, e, estabelecidas entre homens na prática cotidiana. São instituídas na utilização e apropriação da natureza, por meio das técnicas e do trabalho, uma dinâmica constante em satisfazer as necessidades de capital. Decorre posteriormente pelo crescimento dos espaços de produção e comércio, suas atividades econômicas, produção e comercialização de produtos e serviços, que colaboraram para a consolidação e expansão da cidade

Gráfico 3- Atividade econômicas setor terciário

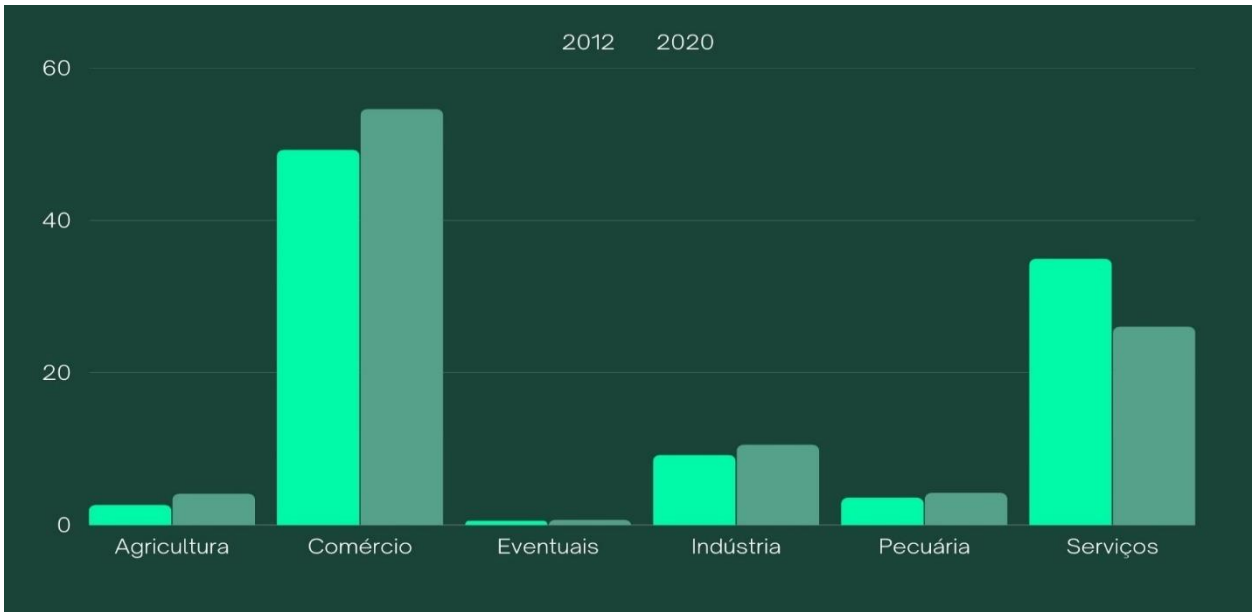


Fonte: (SEMADUR, 2022). Elaborado pelas autoras

Sob a perspectiva das formas de consumo e espaço urbano, Sposito (2004) evidencia dois aspectos, o acréscimo do número de áreas centrais, tendo em vista o surgimento e multiplicação de subcentros, já que os territórios das cidades estão mais extensos e descontínuos, de áreas de comércios e serviços, especializaos ou não e com a presença dos shopping centers, nesse contexto, acendendo uma multicentralidade no espaço intraurbano, ou seja, internamente nas cidades. E, ainda, a tendência da segmentação social do mercado alvo, considerando sua renda e sua forma de deslocamento, seja pelo transporte individual ou coletivo, emergindo a policentralidade na centralidade intra e interurbano.

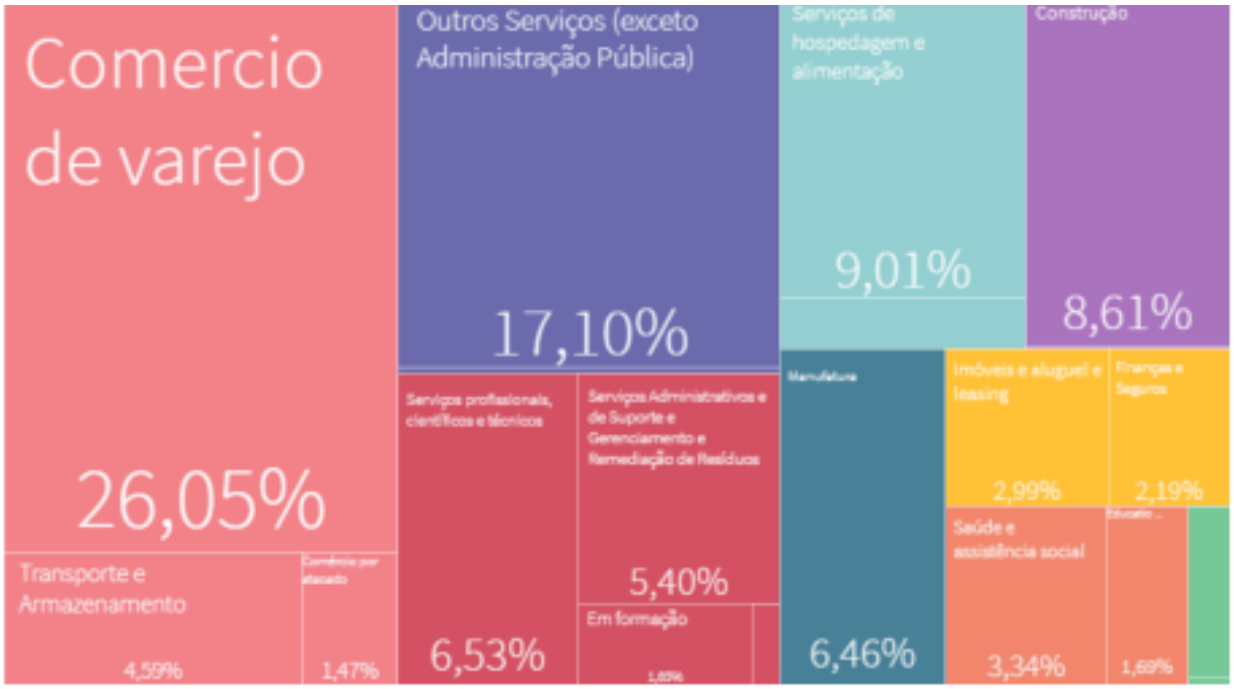
Os dados apresentados no (gráfico 4) e (figura 31) ratificam a relevância do setor terciário (comércio e serviços) para o desenvolvimento da cidade, tendo em vista que os dois juntos, tem uma participação de 80,56% no município, Verifca-se que comércio e serviços são os principais eixos da econômica do município, em termo de arrecação do ICMS. A (figura 30) representa o percentual de empreendimentos comerciais e suas tipologias, destacando-se nesse contexto o comércio de varejo e outros serviços, sem considerar administração pública.

Gráfico 4- Participação percentual no Município/arrecadação de ICMS (100%)



Fonte: (SEFAZ/MS, 2020). Adaptação da própria autoria

Figura 31- Percentual do varejo, serviços e outros



Fonte: Metroverse Universidade de Harvard. Disponivel em: <https://metroverse.cid.harvard.edu/>. Acesso em 03/06/09/2022

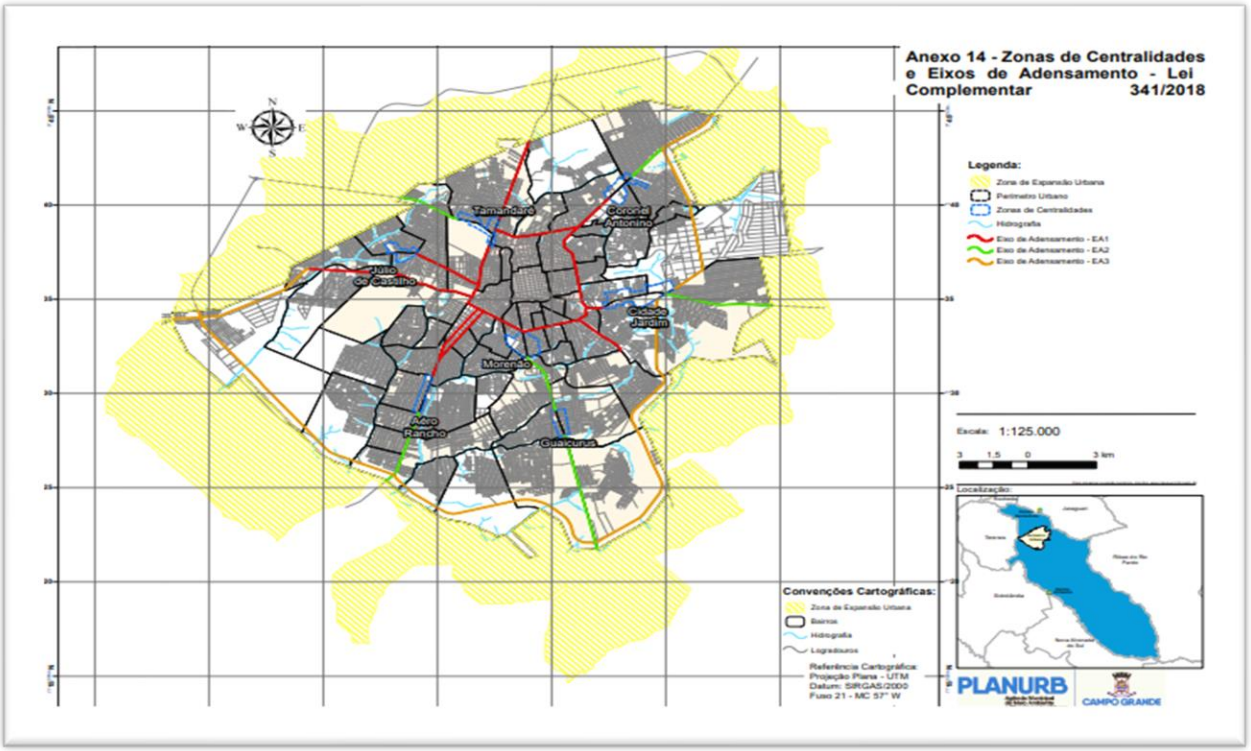
Considerando a perspectiva de uma cidade descentralizada, cabe destacar o Art. 33, inciso 1°, da Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, tendo em vista que elucida o que são as Zonas de Centralidades (ZC) da cidade:

> São porções da área urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende incentivar usos diversificados e produção habitacional com densidade demográfica líquida

> de até 330 (trezentos e trinta) habitantes por hectare e, densidade demográfica de 60 (sessenta) habitantes por hectare.

A identificação das Zonas de Centralidades na cidade, colabora na definição de localidades favoráveis a receber equipamentos urbanos, sendo que os serviços de transportes podem ser intensificados nestas áreas e ainda receber estações de passagem e outras ações que podem melhorar a qualidade vida nas centralidades (figura 32).

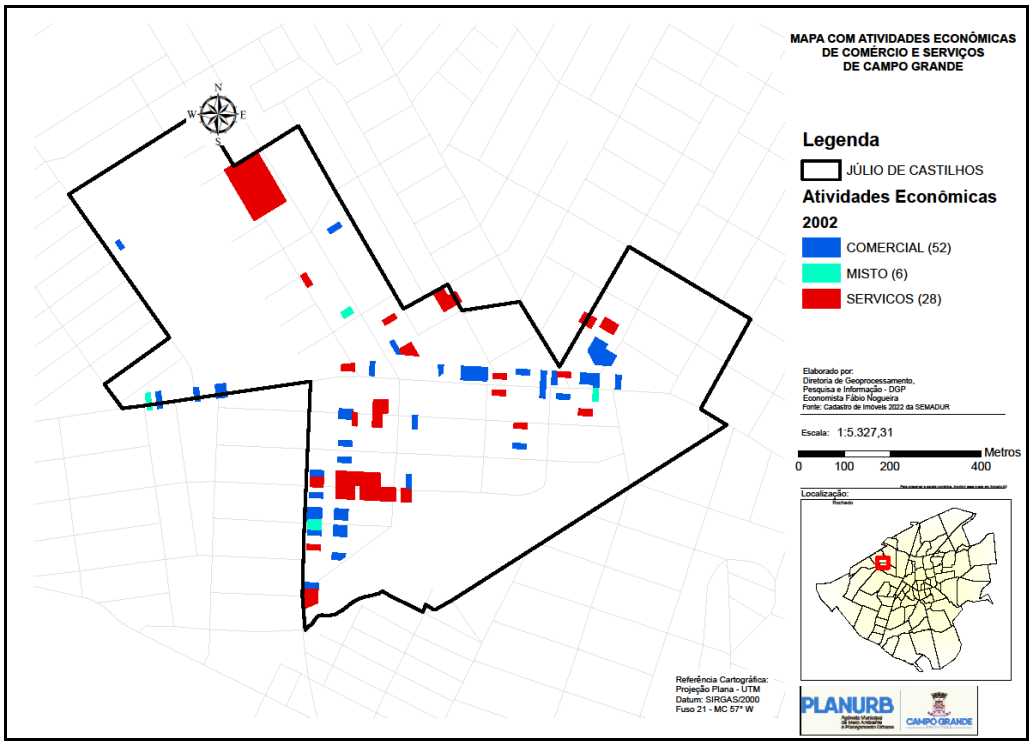
Figura 32- Zonas de Centralidades e Eixos de Adensamento



Fonte: (PLANURB, 2019)

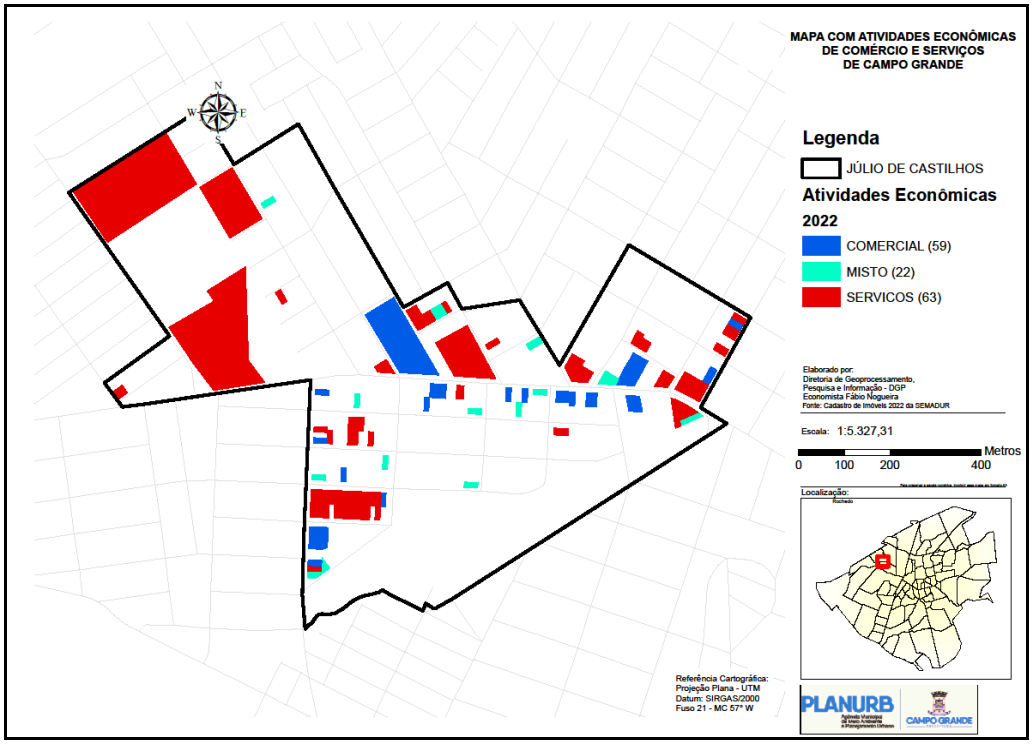
Nesta perspectiva, é possivel verificar conforme as (figuras 33 a 46) que cada uma das Zonas de Centralidades: Júlio de Castilho, Tamandaré, Coronel Antonino, Cidade Jardim, Guaicurus, Morenão e Aero Rancho, apresentam uma evolução no número de empresas do setor terciário, delimitando como marco temporal o período de 2002 a 2022, duas décadas consecutivas. Verifica-se que as centralidades apresentam um crescimento constante no número de atividades econômicas, o que modificou a estrutura urbana nestes espaços, denominada pelos autores contemporâneos, ao estudar este fenômeno, nas cidades, de Novas Centralidades.

Figura 33- Julio de Castilho 2002



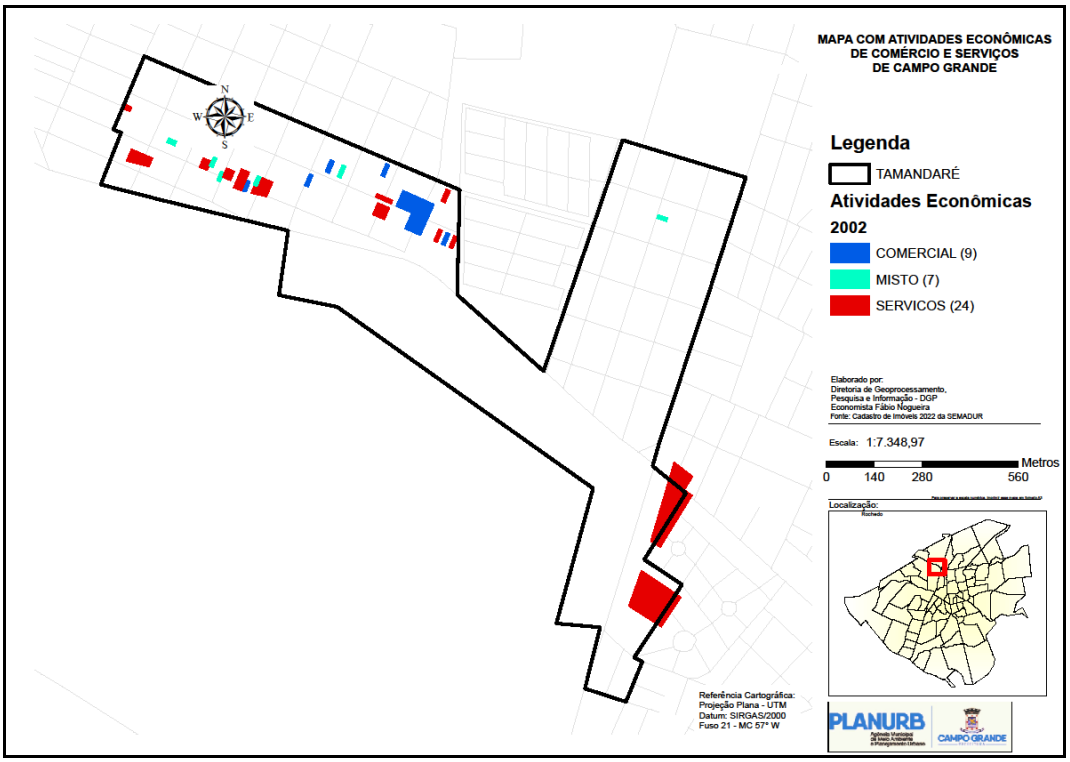
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 34- Julio de Castilho 2022



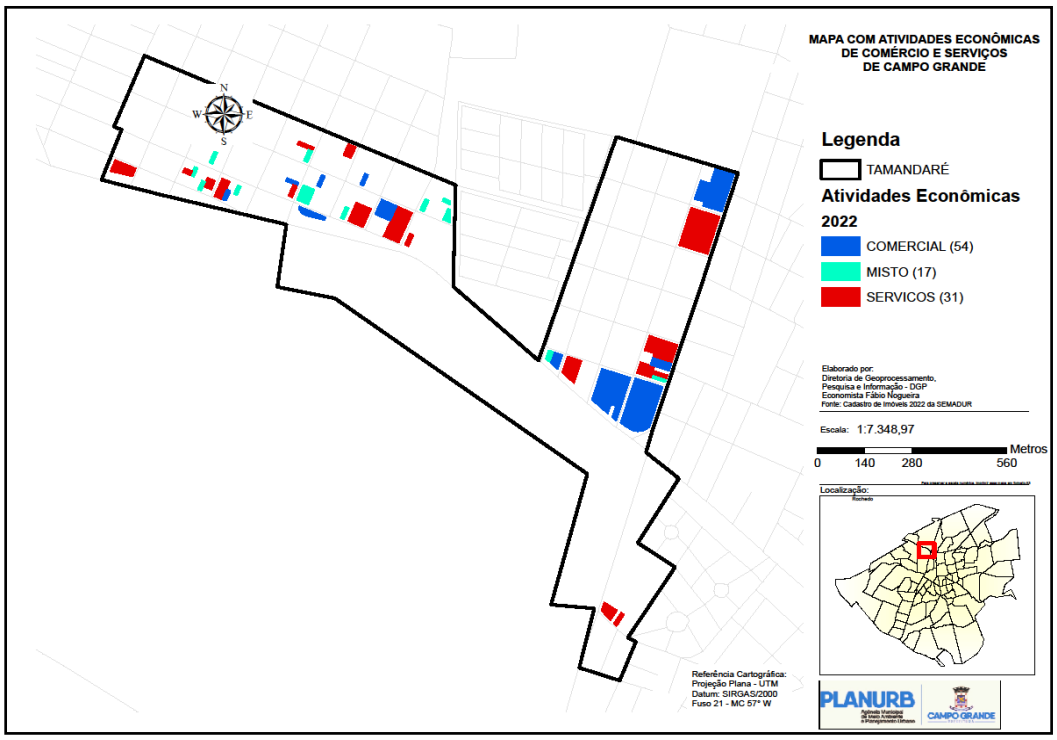
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 35- Tamandaré 2002



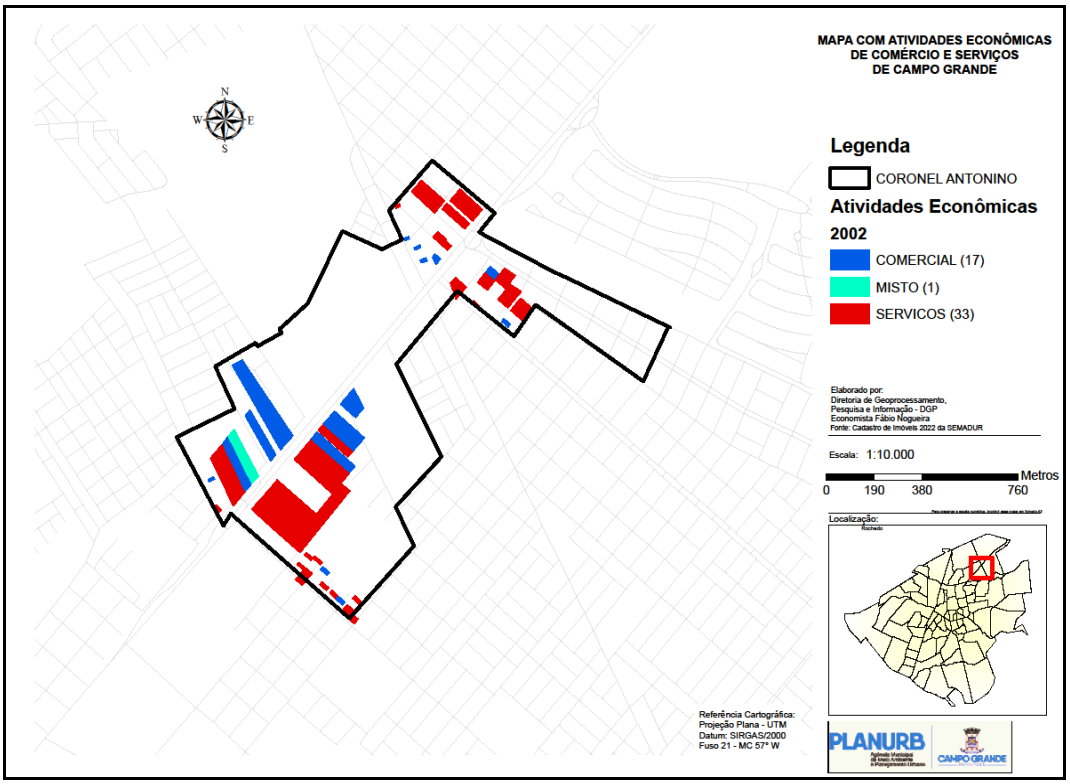
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 36- Tamandaré 2022



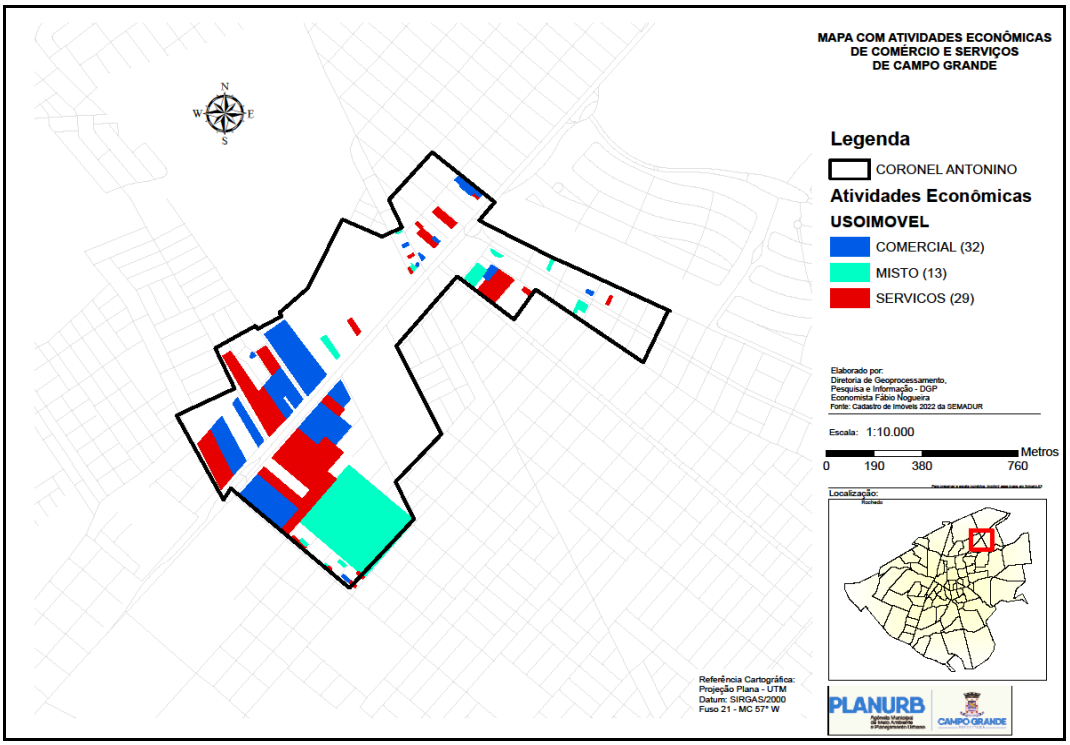
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 37- Coronel Antonino 2002



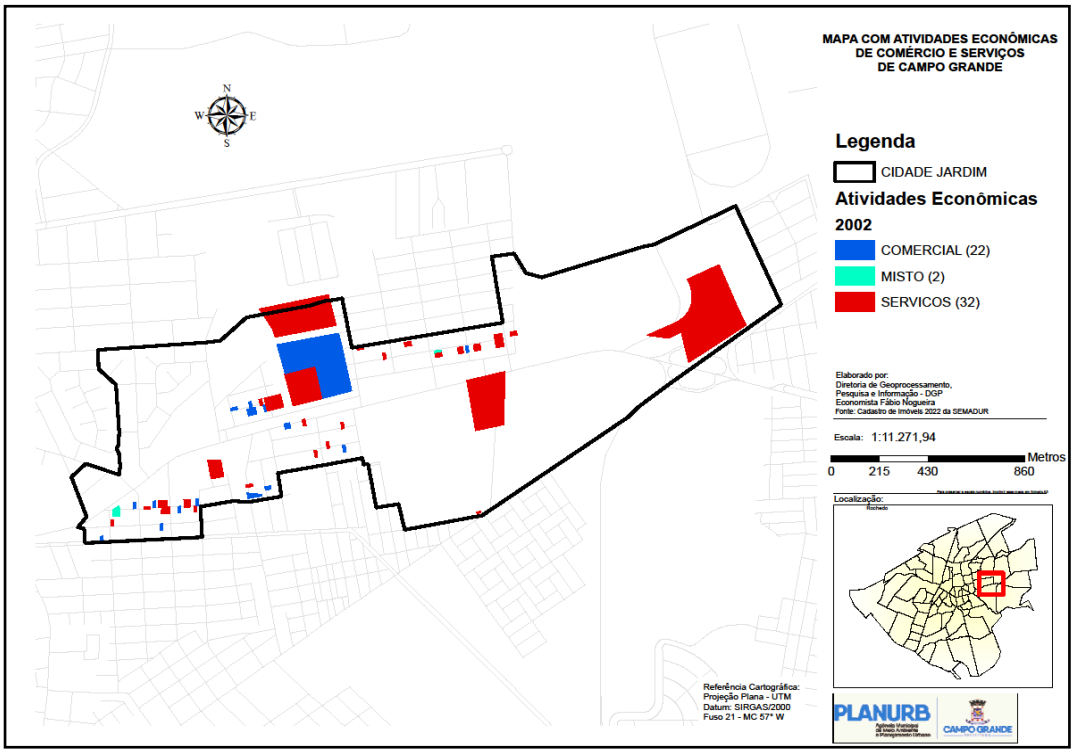
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 38- Coronel Antonino 2022



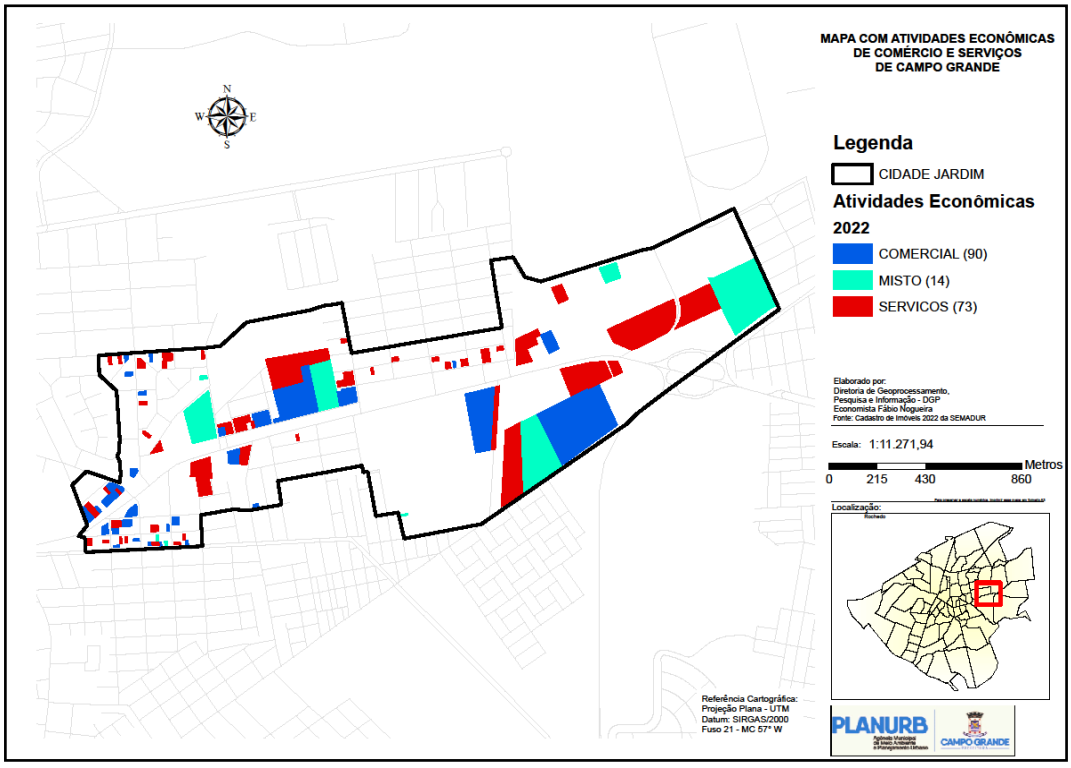
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 39- Cidade Jardim 2002



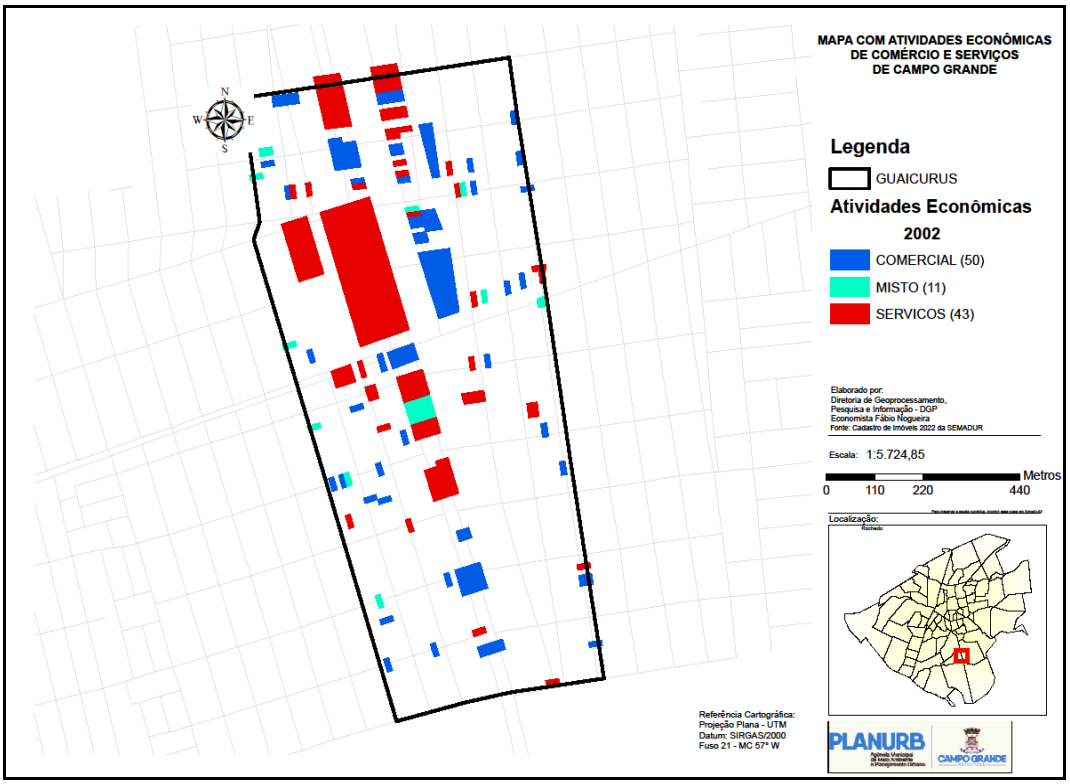
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 40- Cidade Jardim 2022



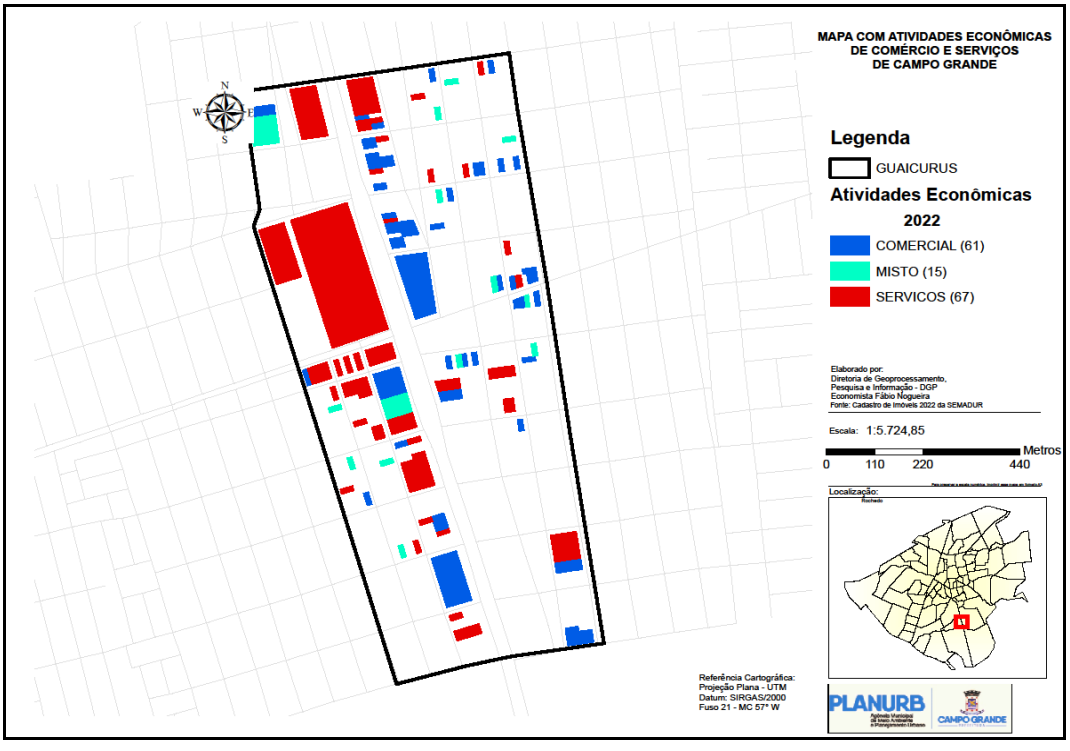
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 41- Guaicurus 2002



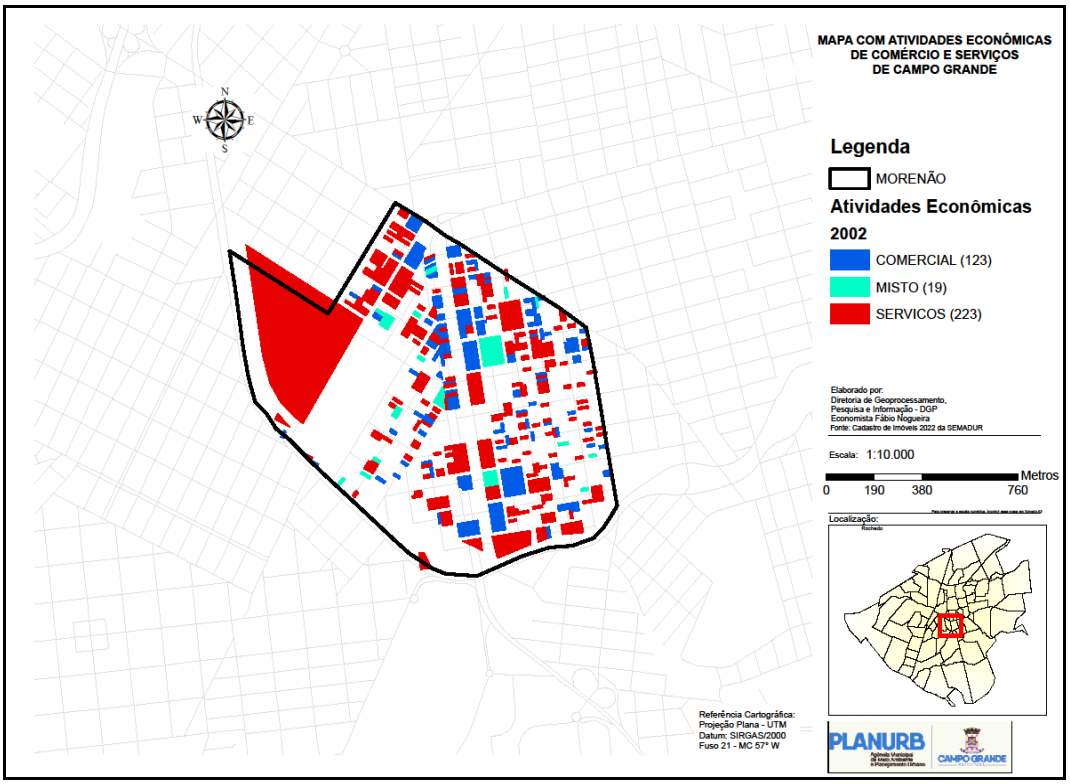
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 42- Guaicurus 2022



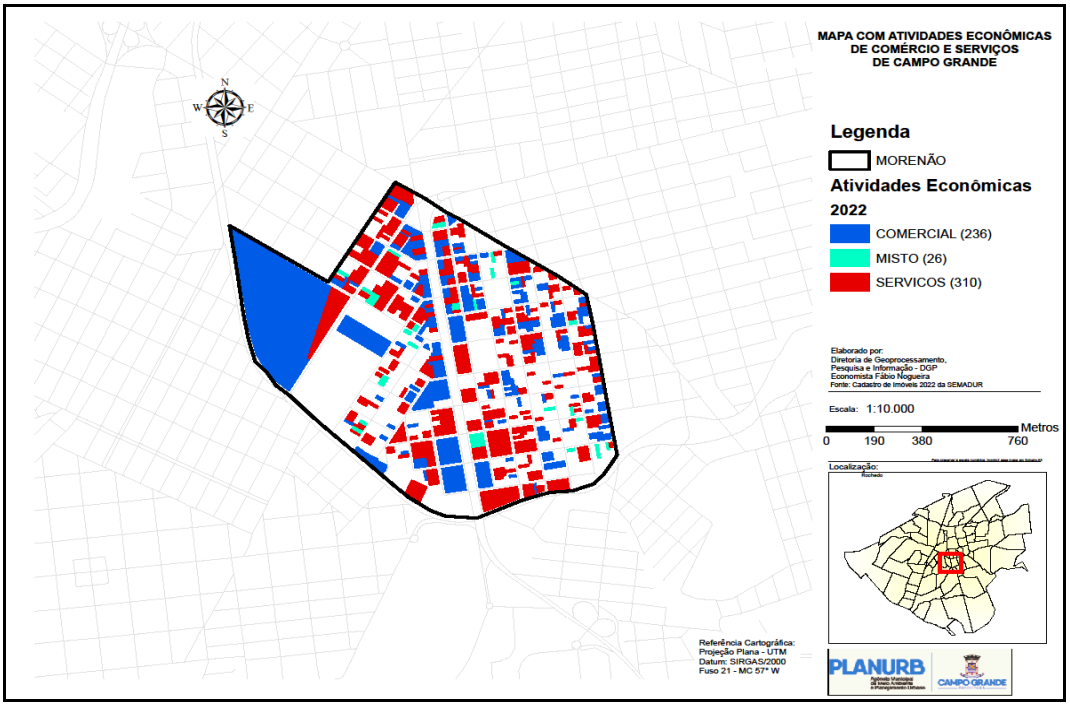
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 43- Morenão 2002



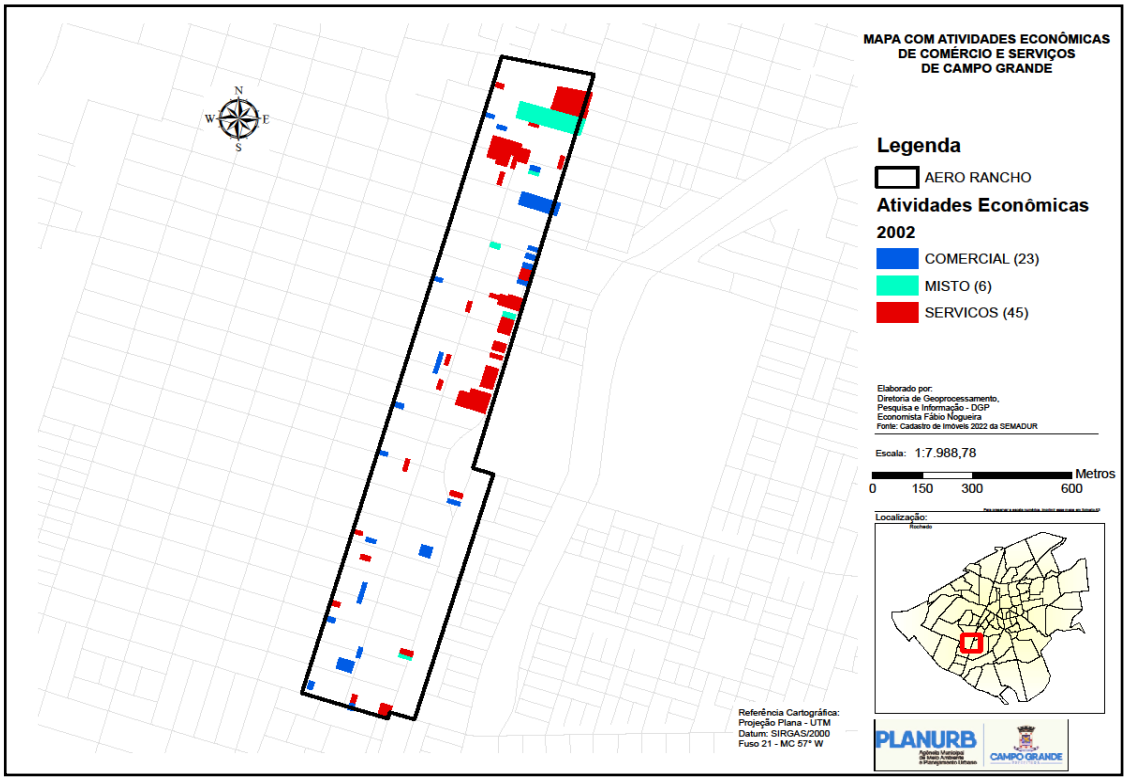
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 44- Morenão 2022



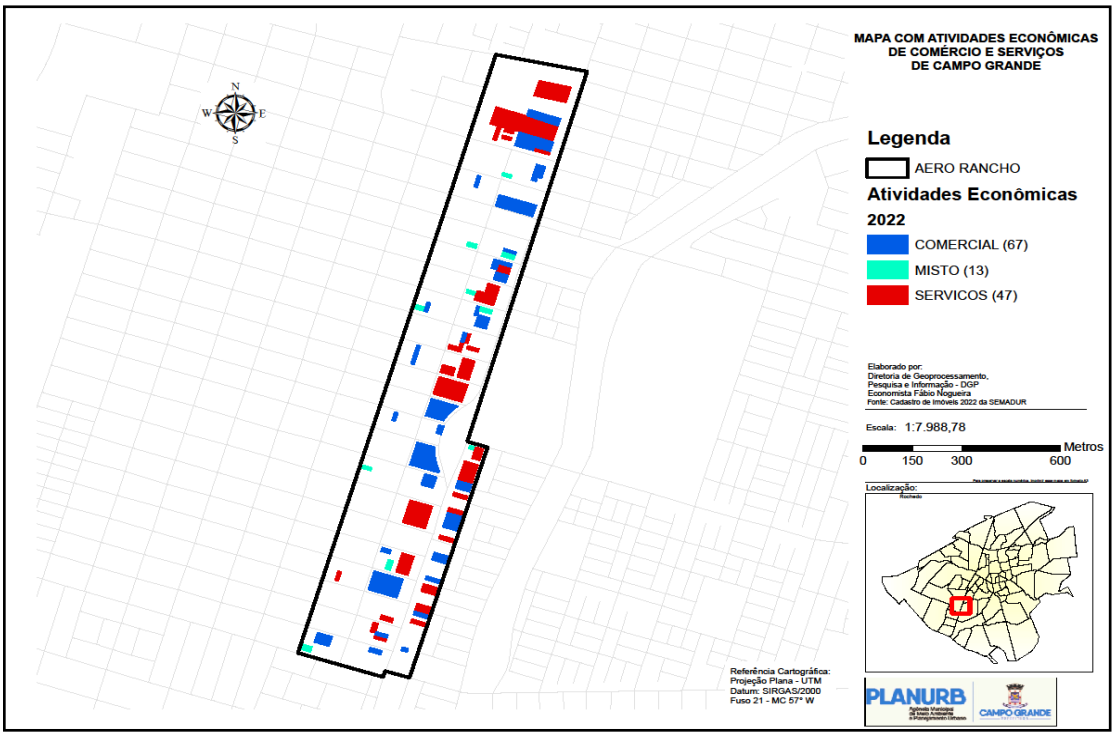
Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 45- Aero Ranho 2002



Fonte: SEMADUR (2022)

Figura 46- Aero Ranho 2022



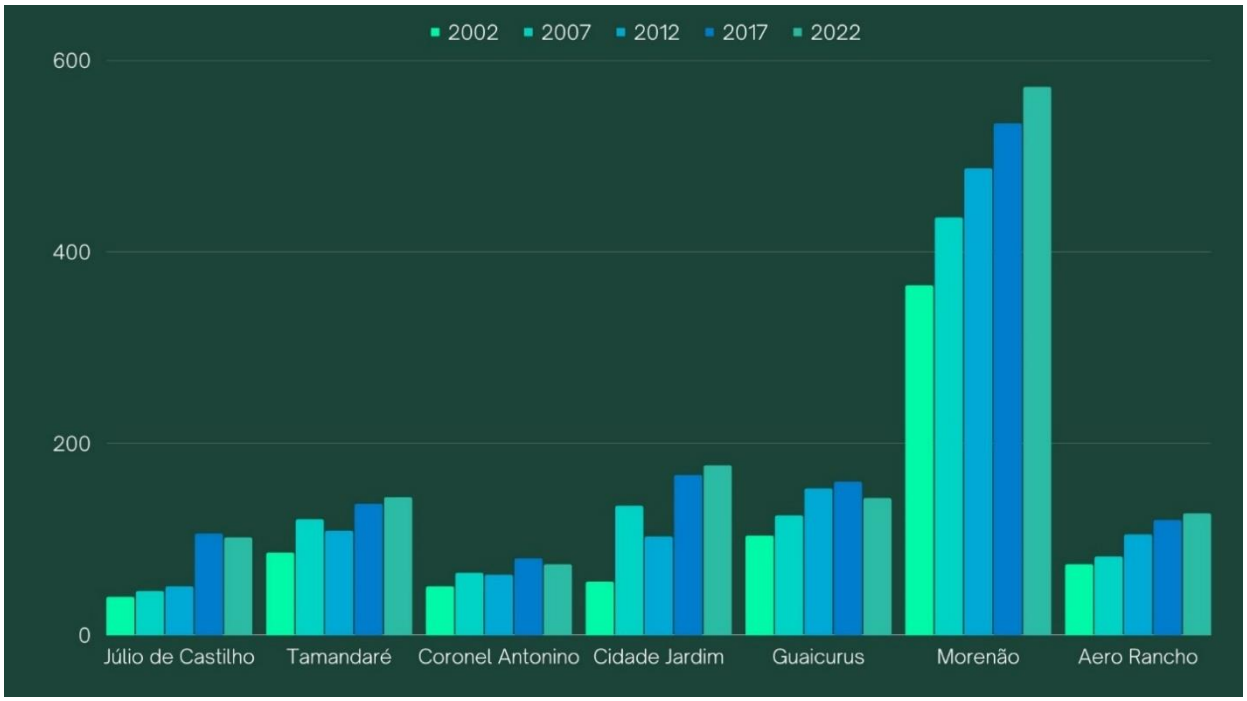
Fonte: SEMADUR (2022)

Dentre as 7(setes) centralidades estabelecidas no plano diretor de Campo Grande, de atividades econômicas no setor terciário, destaca-se a Centralidade Morenão, que apresenta o maior de número de empreendimentos, sendo que as atividades de serviços, nesta centralidade, se sobrepõem. Por outro lado, a Centralidade Coronel Antonino, possui o menor número empresas, sendo que comércio e serviços estão distribuídos quase que na mesma proporção (gráfico 5).

Nas cidades contemporaneas cada vez mais o setor terciário vem se tornando prioridade no processo capitalista de acúmulo de capital. Cabe destacar que espaço e comércio estão intensamente associados, as centralidades se constituem no plano do espaço urbano e as trocas de produtos sempres estiveram associadas a ela, sendo que os espaços de comércios e serviços implicam em decisões estratégicas, ou seja, as atividades de comércio e serviços demandam centralidade e/ou acessibilidade.

Nogueira (2022) menciona que o poder público tem o interesse em incentiar as atividades comerciais nestas localidades, desde da identificação das centralidades e da acessibilidade destes locais. Destacando as legislações de Lei do Ordenamento do Uso e da Ucupação do Solo e o Plano Diretor da Cidade, que possuem como premissa neste aspecto, os corredores, vias de transporte intraurbano e bairros, como fomentadores de atividades econômicas. Contudo, cabe destacar a regulação do mercado, ou seja, as pessoas decidem onde comsomem e os empreendedores decidem onde fazem seus investimentos e comercializam seus produtos, sendo que, o fluxo, via de regra, ainda acontece nos espaços onde estão os corredores de transporte coletivo, pois, possuem a maior parte das atividades econômicas, conforme os mapas e suas respectivas atividades mencionadas anteriormente que representam a configuração comercial nestas localidades no que refere-se a paisagem urbana do município.

Gráfico 5- Número de atividades economicas do setor terciário por centralidades



Fonte: Semadur (2022)

No Art. 44 da Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018 ficam estabelecidos também os Eixos de Adensamento "[...1, 2 e 3, os quais induzirão o adensamento, a diversificação do uso do solo e as centralidades". Logo o Art. 52 da referida Lei no que refere-se a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, está pautado em algumas diretrizes, destas, destaca-se a "ocupação das áreas já parceladas para produção de habitação de interesse social, próxima às áreas centrais ou das Zonas de Centralidades, prioritariamente".

De acordo com Nogueira (2022) um dos índices urbanísticos é o uso e ocupação do solo diversificado, para que se possa fomentar e incentivar uma centralidade regional, onde as pessoas possam morar, trabalhar, ter transporte coletivo intermodal, serviços e comércios. Pensar em bairros autossustentáveis, sob várias perspectivas, um modelo bastante discutido na cidade de Campo Grande é o da 'Copa Vila II', tendo em vista que quando este, foi planejado, escolas e áreas públicas já estavam delimitadas, assim como também o centro comercial, centro de lazer, quadra de esporte e área de convivência (centro comunitário), há uma tendencia na criação de bairros novos, autossustentais.

Nesta perspectiva, de análise dos dados demográficos e econômicos de Campo Grande, propõe como alusão as regiões urbanas, destacando conforme (Quadro 6) a Região Urbana do Centro, que apresenta a menor população total da cidade, sendo que a taxa média geométrica de crescimento anual (%) 2000-2010, conteve um decréscimo de 0,63, o que pode estar relacionado com o custo elevado da terra, falta estacionamento, falta de espaços urbanos, entre outros fatores, que deram origem a novas centralidades, fora do centro tradicional da cidade, como lojas, supermercados, shopping centers, hipermercados e prestadores de serviços, para suprir as necessidades dos novos moradores destas regiões. Nesse contexto, impera mencionar a dispersão, sob a perspectiva das modificações no tecido urbano, participando ativamente deste o processo, os grandes empreendimentos, como é o caso dos shopping centers.

Cabe evidenciar que o primeiro Shopping Center da cidade foi criado na década de 80, instalado na Região Urbana do Prosa, denominado Shopping Campo Grande, considerado o primeiro centro comercial da cidade, fora do centro tradicional, foi também um marco histórico na expansão do comércio e varejo, modificando a configuração do espaço urbano da cidade. Posteriormente, mais dois Shoppings foram criados, o Norte Sul Plaza, na Região Urbana do Anhanduzinho e o Bosque dos Ipês, na Região Urbana do Prosa. Os shoppings possuem uma participação significativa no processo de descentralização de Campo Grande e as modificações na estrutura urbana do município. As autoras Sposito (2013) e Silva 2017.a) afirmam que a presença dos shoppings Centers podem sinalizar modificações na estrutura urbana transformando a cidade monocêntrica para polocêntrica.

Além dos Shoppings Centers, há também neste contexto, os hipermercados, sendo que na cidade de Campo Grande, o primeiro empreendimento com esta característica, foi o Jumbo Eletro

(Extra), também na década de 80, estes, novos empreendimentos, formaram a origem das novas formas de centralidades na cidade, sendo que estas formas estão presentes em grande parte da cidades médias e grandes, comtemporâneas.

Nesse contexto, cabe evidenciar que entre os anos de 2010 e 2017 o faturamento líquido do comércio na Região do Centro apresentou uma queda de 13%, tendo em vista a trajetória de migração dos comércios desta região, para outras localidades. Contudo, cabe destacar que esta centralidade é responsável por 50% de todo faturamento do comércio da cidade, o que demostra a relevância desta região, sendo que a criação de novos centros ou subcentros, se complementam entre si e não são considerados excludentes.

A Região Urbana do Anhanduzinho é a que possui a maior população, apresentando uma relevância no cenário comercial de Campo Grande, pois dois dos principais corredores comerciais, estão localizados nesta região, nos Bairros Aero Racho e Pioneiros (Quadro 6).

Quadro 6- Perfil demográfico segundo as Regiões Urbanas, Distritos e o município de Campo Grande

Variáveis	Campo Grande	Regiões Urbanas								Distrito de Anhanduí	Distrito de Rochedinho	Demais áreas rurai
		Total	Anhanduizinho	Bandeira	Centro	Imbirussu	Lagoa	Prosa	Segredo			
População total	786.797	774.202	185.558	113.118	71.037	98.752	114.447	82.328	108.962	4.267	1.093	7.23
População masculina	381.333	374.202	89.927	54.853	32.482	47.692	55.379	41.078	52.791	2.350	609	4.17
População feminina	405.464	400.000	95.631	58.265	38.555	51.060	59.068	41.250	56.171	1.917	484	3.06
População com idade de 0 a 4 anos	56.961	56.090	14.809	8.084	3.091	6.777	8.656	5.776	8.897	243	60	56
População com idade de 0 a 14 anos	178.020	175.103	46.017	25.218	10.249	22.074	26.909	17.773	26.863	944	235	1.73
População com idade de 15 a 64 anos	556.055	547.219	129.088	81.013	51.308	69.463	80.417	59.793	76.137	3.041	752	5.04
População com idade de 65 anos ou mais	52.722	51.880	10.453	6.887	9.480	7.215	7.121	4.762	5.962	282	106	45
Proporção da população no total do município (%)	100,00	98,40	23,58	14,38	9,03	12,55	14,55	10,46	13,85	0,54	0,14	0,9
Mulheres em idade fértil (15 a 49 anos)[1]	232.733	229.711	55.450	34.318	20.435	28.964	33.868	23.944	32.732	1.126	237	1.65
Idade média	31,69	31,69	30,23	31,45	38,21	32,18	31,21	31,74	30,16	32,37	36,68	31,4
Idade mediana[2]	28,89	28,86	27,75	28,79	36,39	30,27	28,50	30,23	27,78	31,62	37,79	30,6
Razão de sexo (%)[3]	94,05	93,55	94,04	94,14	84,25	93,40	93,75	99,58	93,98	122,59	125,83	136,2
Razão crianças/mulheres (‰)[4]	244,88	244,31	267,07	235,56	151,26	233,98	255,58	241,23	271,81	215,81	253,16	342,3
Índice de envelhecimento (%)[5]	29,62	29,63	22,72	27,31	92,50	32,69	26,46	26,79	22,19	29,87	45,11	26,1
Razão de dependência demográfica (%)[6]	41,50	41,48	43,75	39,63	38,45	42,16	42,32	37,69	43,11	40,32	45,35	43,4
Razão de dependência dos idosos (%)	9,48	9,48	8,10	8,50	18,48	10,39	8,86	7,96	7,83	9,27	14,10	9,0
Razão de dependência dos jovens (%)	32,01	32,00	35,65	31,13	19,98	31,78	33,46	29,72	35,28	31,04	31,25	34,4
Taxa média geométrica de crescimento anual (%) - 2000-2010	1,72	1,70	2,00	1,59	-0,63	0,95	1,47	3,48	2,82	2,05	1,52	3,9
Área (ha)	809.294,99	35.302,78	6.192,03	6.236,26	2.011,50	5.742,91	5.057,12	5.565,46	4.497,50	723,29	55,58	773.213,3
Densidade demográfica (hab/ha)	97,22 km²	21,93	29,97	18,14	35,32	17,20	22,63	14,79	24,23	5,90	19,67	0,0
Domicílios particulares permanentes	249.800	245.769	57.845	36.197	25.551	30.908	35.568	25.249	34.451	1.473	404	2.15
Moradores em domicílios particulares permanentes	780.014	768.271	184.501	112.769	70.608	98.611	114.206	79.293	108.283	4.159	1.077	6.50
Média de moradores por domicílio	3,12	3,13	3,19	3,12	2,76	3,19	3,21	3,14	3,14	2,82	2,67	3,0

Fonte: (IBGE,2010) - Elaboração: PLANURB.

De acordo com Reis (2007) a descentralização possui duas fases: a primeira teve início no século XX e tem como principal característica o aparecimento de núcleos secundários, todavia não coloca em risco a região do centro da cidade. A segunda, refere-se a meados da década de 70 e ocorre até hoje. Percebe-se nesse sentido, a que a segunda fase da descentralização está fortemente relacionada, ao marco histórico do tecido urbano de Campo Grande, em termos de crescimento demográfico e espacial e os surgimentos de novas formas de centralidades, como é o caso dos shopping centers e hipermercados, supracitados, tendo em vista que a cidade recebeu os primeiros investimentos destes, na década de 80. Estas novas centralidades urbanas, possuem quantitativamente e qualitativamente a mesma ou maior relevância do que o centro, considerada pelo autor como um fenômeno, a reconfiguração interna da cidade.

Sposito (1991, p.13) complementa afirmando que:

> É preciso avaliar esta descentralização, porque não revela dispersão ou distribuição das atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas ao contrário, revela **novas formas de centralidade**. Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-a através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais (SPOSITO, 1991, p.13). [grifo nosso]

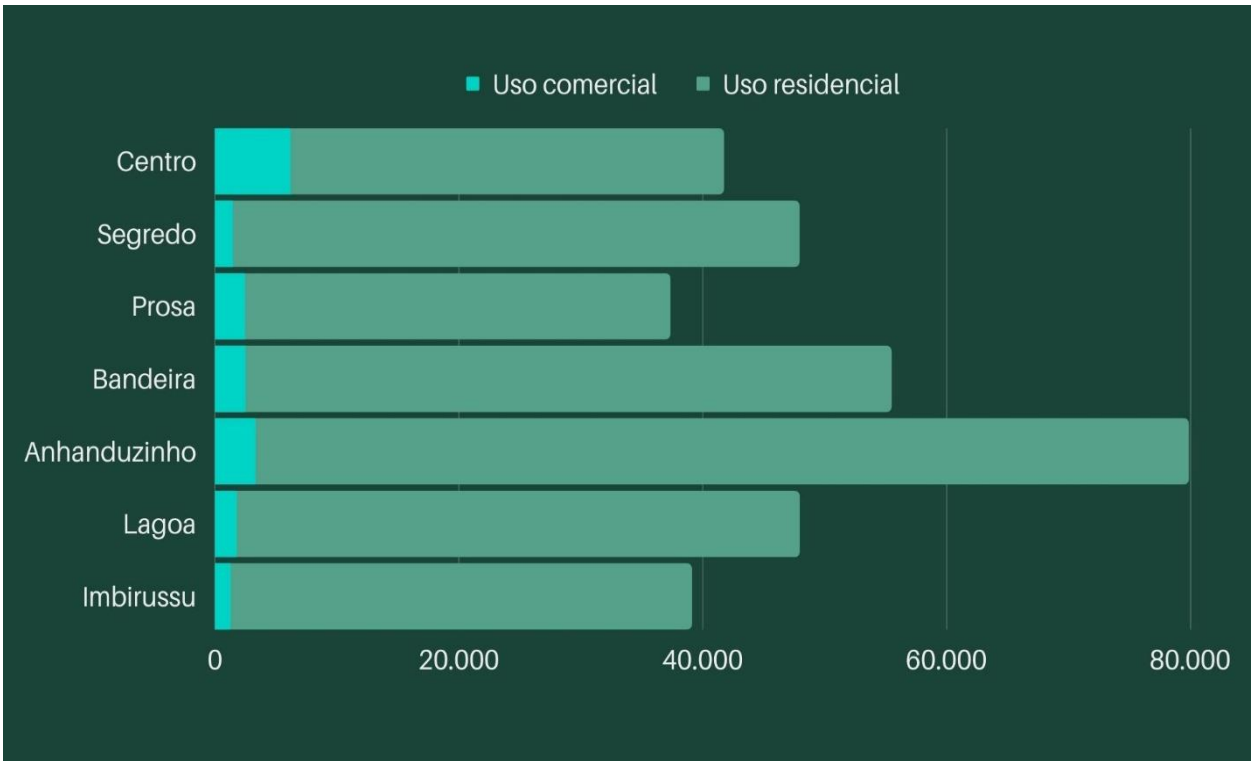
De acorodo com autora supracitado, a definição contemporânea da descentralização urbana e comercial, presentes nas cidades, pode ser denominada 'Novas Centralidades'. Na visão da autora, atividades econômicas da área central cidade não direcionam para novas áreas, o que existe é a criação de novas formas de centralidades. Tendo em vista que as "áreas tornam-se ou deixam de ser centros, pois nem todos podem aglomerar em um único ponto, surgindo a necessidade de afastamentos" (VILLAÇA, 2001, p.238)

No entanto, é imperativo mencionar que a Região urbana do Centro está subdividida em: Bairro Centro e os demais bairros que a compõe. Pode-se compreender dessa forma que esta região compreende ruas e bairros que fomaram a origem histórica da cidade, enquanto lugar de comércio, serviços, moradia, passagem e convivência, denominado de Centro tradicional e/ou histórico de Campo Grande e os subcentros, como novos espaços de uso e ocupação do solo diversificado.

Verifica-se no (gráfico 6) que à medida que as regiões urbanas crescem em termos demográficos e espaciais o uso comercial e residencial destas regiões estão fortemente relacionamos e em constante processo de evolução. Cabe destacar segundo IBGE (2010) que a Região Urbana do Centro possui a maior renda per capita, acompanhada da Região Prosa, e as demais regiões da cidade (Gráfico 7).

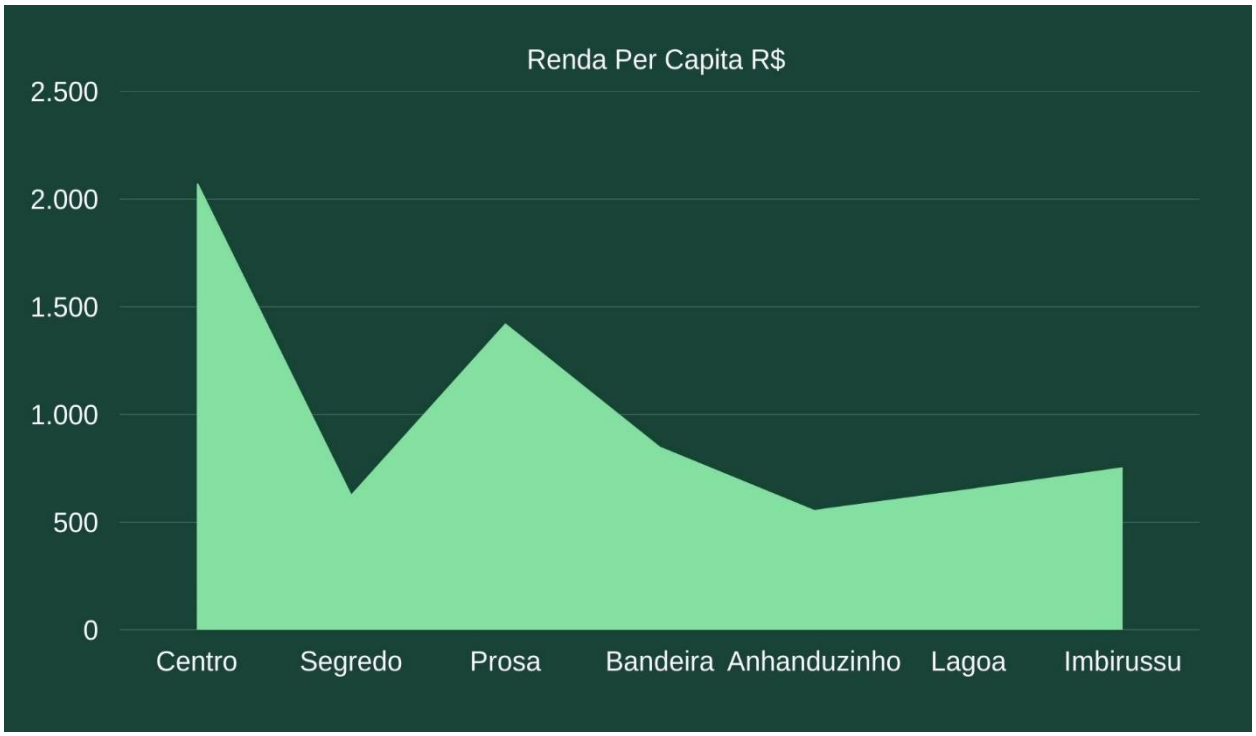
Nesse sentido, a partir dos dados dos gráficos supracitados, cabe destacar que Campo Grande, desde sua criação destacou-se como polo econômico, principalmente pela sua força na produção agrícola, posição geográfica, instalação da ferrovia, vinda dos imigrantes para cidade e revolução industrial, elementos estes, que transformaram a cidade em polo de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, pode-se relacionar a renda com o perfil de cada região, pensando no uso do solo sob a perspectiva residencial, a Região do Centro comporta as classes mais altas, sendo que as pessoas com rendas mais baixas estão localizadas, nas regiões mais afastadas, residências populares e de baixa classe média, sugerindo a segregação. Sob a perspectiva do uso do solo comercial, permanece na Região do Centro, os empreendimentos que podem pagar pela terra, tendo em vista o alto custo, e ainda, as empresas que os lucros estão diretamente relacionados o fator de localização, sendo que os demais comércios e serviços que não podem pagar, deslocam-se para outras regiões da cidade.

Gráfico 6- Imóveis por Região Urbana



Fonte: (SEMADUR, 2020). Elaborado pelas autoras

Gráfico 7- Renda Per Capita por Região Urbana



Fonte: (IBGE, 2010). Elaborado pelas autoras

A partir do cenário proposto e das transformações econômicas e no espaço urbano, Campo

Grande possui algumas estruturas de comercialização de produtos mais conhecidas, sendo condiderado um estudo prelimiar, destacando-se as seguintes:

> • Mercado Municipal; • Feira central; • 41 feiras livres distribuídas nos bairros; • Centro Comercial Popular "Marcelo Barbosa da Fonseca", Camelódromo; • 5 Corredores Comerciais vocacionados e instituídos por lei; • 5 Corredores Gastronômicos vocacionados e instituídos por lei; • 4 Shoppings Center; • Inúmeros hipermercados de grandes redes (CAMPO GRANDE, 2021, p.57)

Diante do exposto, pode-se afirmar que um dos fatores que contribuiram para a estruturação espacial e comercial da cidade, foi o aumento da população, suficiente para a expansão da malha urbana do município e suficiente para os comerciantes locais, colocar à venda produtos e serviços em novos espaços de comércio, o aparecimento das lojas, que contribuiram para a configuração das ruas comerciais, inicialmente organizadas em tendas e barracas, sendo que se tornaram permanentes nos espaços públicos e lugares de mercado, configurando, dessa forma, a paisagem da rua comercial, mais próxima do que se conhece atualmente (MUMFORD, 1998).

Ainda que as trocas comerciais ocorressem em ruas ou praças de mercado na cidade antiga ou pré-industrial, as primeiras ruas comerciais não eram planejadas para essa finalidade, o que não é diferente dos dias de hoje, visto que algumas ruas comerciais não são planejadas e na verdade passam de características residenciais para comerciais, como é caso de algumas ruas da cidade, que apresentam estas especificidades, formando os corredores comerciais e gastronômicos nos bairros. A rua comercial é diferente das demais, visto que possui um planejamento específico marcado pela organização e pela sociabilidade que se desenvolve no contexto de mercados, tornando-se elemento importante da vida econômica urbana (KOSTOF, 1992). Contudo os corredores supracitados foram constituídos de forma espontânea nos bairros de Campo Grande.

O comércio faz parte da vida em sociedade e é considerado como produto desta, numa relação dialética e histórica. As formas comerciais são sociais, como se observa na visão de Pintaudi (1992), quando afirma que as formas comerciais, antes de tudo, são sociais, visto que as relações sociais produzem as formas, que simultaneamente ensejam relações sociais. O autor menciona que, ao avaliar as formas comerciais, consideradas espaciais e históricas, é possível examinar as diferenças presentes no conjunto urbano e a compreensão das distinções que se apresentam entre os espaços sociais. Em suma, de forma coletiva, as formas sociais dão ensejo a análise das diferenças.

O centro comercial, na maior parte das cidades é considerado o centro de maior centralização de empregos e sistemas de transportes intra-urbano e interurbano, muitas das funções centrais estão situadas na área central de negócios, sendo que uma dessas funções, o varejo, nos últimos anos, tem sido descentralizado em função da facilidade do automóvel e declínio do transporte público de massa e do crescimento populacional e espacial da cidade, entre outros fatores. No entanto, a evolução dos centros comerciais fora do centro tradicional não tem reduzido

a função do centro comercial, na maioria de suas funções, para além do comércio varejistas, e em alguns aspectos desta atividade os centros antigos preservam sua dominância (KOHN, C e MAYER, R, 1958).

5 CONSIDERAÇÕES

O tema da presente tese teve como premissa a Descentralição do comércio em Campo Grande/MS, sendo que a área temática foi subdivida em: Centralidades, Descentralização e análise histórica da Descentralização do comércio terciário, em Campo Grande/MS, subdivisão esta relacionada aos objetivos específicos, pré-definidos, no estudo proposto.

Os resultados apontaram que o mapeamento das teses no banco de teses e dissertações da Capes, arroladas ao conceito de centralidades urbanas, resultou em três áreas de concentração, sendo que a primeira refere-se ao trato simultâneo das centralidades intra-e-inter-urbanas, ou seja, estudos de espaços urbanos integrados, em contextos de territorialidades. Evidenciou-se pesquisas voltadas para o local, regional e territorial.

O conjunto de teses que se dedicaram aos estudos das centralidades inter-urbanas mostrou com mais evidencia dois enfoques: pesquisas sobre vários aspectos das redes urbanas e pesquisas sobre os espaços urbano-regionais a partir de estudos de natureza econômica, constatou-se que nos estudos estão presentes as articulações entre as escalas global, regionais e locais, de forma bastante recorrente.

Por sua vez, nas teses voltadas às centralidades intra-urbanas verificou-se outros conceitos, bastante específicos à dinâmica urbana local, como a natureza da centralidade, a produção do espaço urbano, aspectos culturais, espaços públicos e sub-urbanizacão. Alguns se basearam no Estatuto da Cidade, promulgado em 2001.

Pode-se apreender do conjunto das 28 teses obtidas, em primeiro lugar, que é uma temática que desperta grande interesse de estudos nas universidades brasileiras, com teses produzidas em todas as regiões do país, sobre várias cidades e regiões brasileiras, sob diversificados enfoques. Por outro lado, segundo a pesquisa, esse interesse parece ser recente visto que, a tese selecionada mais antiga foi defendida apenas em 2013.

Terceiro, a impossibilidade de se estabelecer percentuais referentes a cada aspecto detectado, visto que, nos trabalhos, a partir dos resumos lidos, independente da temática adotada, mais de um elemento conceitual ou técnicas foram de certa forma objeto de estudo e o rateio das citações de cada uma delas, além de serem virtualmente impossíveis de serem estabelecidas, distorceriam os resultados pretendidos. Por isso, só se estabeleceram, neste trabalho, os percentuais para as três grandes áreas de concentração definidas: Centralidade intra-urbana (57,14%); Centralidade inter-urbana (32,14%) e Centralidade intra/inter-urbana (10,72%).

Sendo assim, há, no universo pesquisado, um quase-equilíbrio entre as pesquisas que estudam as centralidades ‘por dentro’ das cidades e que estudam as centralidades ‘entre’ as

cidades, há uma quase-ausência de pesquisas que realizem esses estudos de forma integrada, em abordagem de territorialidade, ponderando as dimensões intra-urbanas, inter-urbanas e regionais, assumindo-as como sistemas territoriais. Como as três teses, de certa forma parecem enfocar.

E, como um encaminhamento, para que os complexos desafios que os moradores/gestores das cidades possam contar com o suporte técnico decisivo das universidades, recomendam que haja uma re-aproximação entre as duas (três) partes para que os estudos acadêmicos apresentem subsídios e pesquisas que sirvam de apoio para inovações reais no combate a esses desafios e não fiquem apenas nas constatações e preocupações.

Verificou-se por meio dos dados processdos pelo software Iramuteq, 4(quatro) possibilidades de análises, denominadas: Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Análise Fatorial de Correspondência; Análise de similitude e Nuvem de Palavras. A análise lexical, gerou um dicionário de palavras, composto por 6 classes gramaticais, semelhantes entre si e diferentes das demais, que de forma combinada ou independente, destacaram os discursos semelhantes e diferentes dos segmentos de texto.

Conferiu-se que o Método da (CHD), provocou 2 repartições, com 6 classes de palavras, evidenciando que as classes, 1, 2,3 e 4, possuem mais proximidades, sendo que os seguimentos de textos analisados rememoram questões de centro, centralidades, descentralização, espaço urbano e/ou os processos espaciais da cidade. As classes 5 e 6 foram as que mais demostraram distanciamento das demais classes e poucas semelhanças de vocabulários. Análise Fatorial de Correspondência (AFC) corroborou com a CHD e ratificou as proximidades, diferenças e semelhanças das classes.

Análise de Similitude e Nuvem de Palavras apresentaram dois eixos centrais relevantes para este estudo: cidade e urbano, análises combinadas, evidenciando que embora conceitos diferentes Cidade e Urbano apareceram fortemente relacionados nos textos processados e analisados.

Tratou-se de uma abordagem qualitativa, reconhecendo seus limites e benefícios, para uma análise textual, considerando a sua relação e conexão com o objeto de pesquisa, tendo em vista que este, delimita os processos de coleta de informações, tratamento, análise e interpretação dos dados processados pelo Software, ancorados nos discursos e narrativas dos segmentos de texto e aporte teórico.

Este estudo não é conclusivo, sugere-se novos trabalhos e ampliação do corpus textual, que poderá subsidiar novas pesquisas qualitativas e outras perspectivas do Software Iramuteq na análise de dados qualitativos de forma separada ou combinada, na temática da descentralização do comércio.

Contudo, cabe destacar que o fenômeno da descentralização tem sido estudado por pesquisadores desde década de 70, em diversos países, sendo a descentralização umas das formas

de configuração do espaço urbano, não sendo a única, mas, muitas das vezes, associadas a outras formas espaciais, que se modificam conforme as transformações sociais, econômicas e espaciais, que ocorrem na cidade ao longo dos tempos.

No que refere-se a descentralização do comercio terciário em Campo Grande/MS, verificou-se que a cidade, foi criada de forma espontânea, a partir do modelo monocêntrico, com um único centro tradicional e/ou histórico, cresceu-se e desenvolveu-se a partir da região do Centro, que concentrava o comercio e serviços da época e atividades do Estado. Contudo, com o crescimento demográfico, industrialização, evolução dos transportes de massa, transformações sociais e econômicas e no espaço urbano, novas centralidades surgiram na configuração do município. A criação dos subcentros, a chamada descentralização do comércio, que ao mesmo não exclui a relevância do centro tradicional da cidade, mas criou novos centros que se complementam e contribuem para o desenvolvimento e reconfiguração urbana do munícipio.

Averigou-se que a cidade desde sua criação destacou-se como polo de desenvolvimento econômico, principalmente pela sua posição geográfica e instalação da ferrovia, chegada dos imigrantes ao municipio e revolução industrial, tendo como característica presente no processo histórico de sua criação, o comércio, que ocorreu no início de sua formação, por meio de trocas de bens e mercadorias, e a partir de sua evolução, com a produção e comercialização de produtos e serviços.

Considerando principalmente o crescimento da população e expansão da malha urbana da cidade, com a criação de bairros, cada vez mais distantes do centro tradicional, novas atividades econômicas, produtos e serviços, para atender as necessidades da população destas localidades, deram origem a novas centralidades, uma descentralização espacial e comercial.

Um dos fatores que contribuíram para o fenômeno da descentralização na cidade foi crescimento populacional, de forma radial, sendo imperativo a criação de novas centralidades para acolher esta população na cidade. De tal modo, cada vez mais foram criados bairros distantes do centro, considerando os deslocamentos da área central das classes mais baixas, o que corroborou para descentralização do comércio. São modificações não só no espaço urbano, mas também na sua forma e conteúdo.

O marco histórico deste processo, foram as décadas de 60 , 70 e 80, que colaboraram fortemente para a expansão da cidade, e, o aparecimento de outras formas de comércio, como os Shoppings Centers e Hipermercados.

Além do crescimento demográfico outro aspecto importante no processo descentralização foi a evolução dos transportes de massa, tendo em vista que a descentralização está fortemente relacionada aos corredores de transportes- mobilidade urbana, desde da origem, na sua forma de cidade monocêntrica, até os dias atuais, no sua forma de cidade policêntrica.

As novas centralidades, identificadas, e, o estímulo ao Uso e Ocupação do Solo

diversificados nestas regiões, por meio do poder público, corroboram para impulsionar as atividades econômicas destas localidades, com espaços para moradias, atividades de comércio e serviços, infraestrutura básica necessária, para que estas se desenvolvoam de forma sustentável.

Verificou que a estrutra espacial urbana, está fortemente relacionada a descentralização comercial, considerando a representatividade das atividades econômicas do setor terciário no desenvolvimento econômico da cidade e do estado de Mato Grosso do Sul e as transformações econômicas, sociais e na paisagem urbana de Campo Grande.

Contatou-se que a cidade, passando pelo centro no contexto histórico de sua origem, expansão e desenvolvimento, apresentou modificações na sua estrutura urbana, apresentando desde sua origem, um crescimento radial, que permeou as diferentes formas espaciais, centro, subcentros, e as novas centralidades e/ou descentralização, para além do centro tradicional, que muitas vezes são complementares e diferentes ao mesmo tempo, apresentando características de uma cidade policêntrica.

Observou-se que o processo de descentralização, incidiu em modificações na forma, funções e definições da centralidade no contexto intraurbano, sendo que ocorreu uma respectiva redução da acessibilidade da área central, sendo que por outro lado, tendo em vista as relações de produção, capital e comercial, outras localidades, passaram a ter um acréscimo de acessibilidade, o que alterou a estrutura urbana de Campo Grande.

No entanto, é importante salientar que a região do Centro, que comporta o centro tradicional e/ou histórico da cidade, além de outros bairros, ainda possui como principal característica o uso comercial, ou seja, a criação de novas centralidades de comércio, fora do centro tradicional da cidade, não colocou em risco esta área, como centro comercial, tendo em vista que continua desempenhando suas funções, assim como também as novas centralidades no espaço urbano.

Averiguou-se que o processo de descentralização espacial e comercial, aumentou o fluxo de pessoas, produtos e serviços em novas centralidades, o que cooperou para uma nova configuração da paisagem urbana nestas localidades e o desenvolvimento local destas regiões e de Campo Grande.

Em síntese, oberva-se que a descentralização do comércio terciário, não aconteceu de forma isolada na cidade, mas sim, tendo em vista uma dinâmica que compreendeu a cidade e principalmente o seu crescimento populacional e econômico, de forma espontânea, que criou novas centralidades para atender um fluxo e demanda existente na dinâmica da produção do espaço comercial e residencial na estrutura urbana da cidade.

REFERÊNCIAS

.

ARRUDA. Anegelo Marcos Vieira de. **História e Formação Urbana do Bairro Amambaí**. Revista Ensaios e Ciências**:** Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, vol. 5, núm. 3, diciembre, 2001, Universidade Anhanguera Campo Grande, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/260/26050302>. Acesso em: 23.nov.2021.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **História da arquitetura de Mato Grosso do Sul:** origens e trajetórias. Campo Grande: Edição do Autor, 2009.

AYLOTT, R.; MITCHELL, V.W., An exploratory study of grocery shopping stressors. **International Journal of retail and Distribution Management**, v.26, n. 9, p. 683-700, 1998.

BASTIÉ, J.; DEZERT, B. **L´espace urbain**. Paris: Masson, 1980.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

BERRY, Brian J.L. **Interval structure of ten cities reading on space and environment**. Toronto: Oxford University Press, 1971.

BERTAUD, A. **The spatial organization of cities**: Deliberate outcome or unforeseen consequence? Working Paper. University of California, 2004.

BORSDORF, Axel. Como modelar o desenvolvimento e a dinâmica da cidade latino-americana. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 29, n. 86, p. 37-49, maio de 2003. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008600002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2022. http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612003008600002.

BURGEL, Guy. **La ville aujourd'hui**. Paris: P.U.F, 1993.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, Donald (Org). Estudos de Ecologia Humana: Tomo 1: Leituras de Sociologia e Antropologia Social. São Paulo: Martins Fontes, 1948 [1925]. p. 353-368.

CABRAL, Paulo Eduardo. **Formação étnica e demográfica**. In: CUNHA, Francisco Antonio Maia da (Coord). Campo Grande: 100 anos da construção. Campo Grande: Matriz, 1999.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, B.V.; JUSTO, A.M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1997.

CAMPO GRANDE, MS. LEI COMPLEMENTAR Nº. 341, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA). Campo Grande, MS, 2019.

CAMPO GRANDE, MS. POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO. Campo Grande, MS, 2021. Disponivel em <Estudo Política Municipal de Desenvolvimento Econômico 2021 (1).pdf>. Acesso em 26.jun.2022.

CARVALHO, André Ricardo Pimenta de. **A descentralização da atividade varejista na cidade de Montes Claros**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007. < http://livros01.livrosgratis.com.br/cp098952.pdf>. Acesso em 22.fev.2022.

CASTILHO, Maria Augusta de et al. **Rota do trem do Pantanal**: O diálogo entre patrimônio e desenvolvimento local. Campo Grande: Life, 2012.

CAVALCANTI,Lana de Sousa. **A geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CERVERO, R. **Jobs-Housing Balance Revisited**: Trends and Impacts in the San Francisco Bay Area. J Am Plann Assoc, v. 62. 1996. doi: 10.1080/01944369608975714.

CLAVAL, Paul. **La logique des villes**. Paris, Litec, 1981.

CLEMENTE, Ademir. **Economia Regional e Urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

COLBY, C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. **Annals of the association of American Geographers**; vol.23, 1933. p.1-20.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janerio: EdUERJ, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática: 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **Cidades médias**: espaços em transição: 23-33, Expressão Popular, São Paulo, 2007.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa:** registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos.** São Paulo: Penso, 2013.

DI SARNO, D. C. L. **Elementos de Direito Urbanístico**. Barueri: Manole, 2004.
EBNER, Iris de Almeida Rezende. **A cidade e seus Vazios**: Identificação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10257 de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável:** desenho urbano com a natureza. Porto Alegre:

Bookman, 2013.

FRIEDRICHS; GOODMAN et al. **The changing downtown: A comparative study of Baltimore and Hamburg**. Walter the Gruyter. Berlin. New York, 1987.

GASKELL, George. **Entrevistas Individuais e Grupais, in M. W. Bauer**; G. Gaskell (org.), Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed., São Paulo: Atlas, 2010

GREENBAUN, T.L., **Moderating focus groups**: a practical guide for group facilitation. 1ª Ed., London: Sage Publications, 2000

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública:** Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1984.

HAIR, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed. ProQuest, 2009. Disponível em < https://about.proquest.com/en/products-services/ebooks-main>. Acesso em: 9.abr.2022.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARRIS, Chauncy D.; ULLMAN, Edward L. The nature of cities. American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, v.242. p. 7-17, nov. 1945.

HARRIS, Chauncy; ULLMAN, Edward. A natureza das cidades. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 145-163, 2005.

HOYT, Homer. The structure and growth of residential neighborhoods in American cities. Washington D.C.: Government Printing Office/Federal Housing Administration, 1939.

ICGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. BRASIL, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/campo-grande.html>. Acesso em 12.nov.2022.

JANOSCHKA, Michael. O novo modelo de cidade latino-americana: fragmentação e privatização. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 85, p. 11-20, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008500002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2022. http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008500002.

KOHN, C.; MAYER, R. (eds.): Readings in Urban Geography. In: **Appraisal Journal**. Chicago: The Chicago University Press, 1958.

KOSTOF, Spiro. **The City Assembled: theelementsofurbanformthroughhistory**. Thames e Hudson. London, 1992.

LACERDA, Norma. **Fragmentação e integração:** movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira de. (Org.). Desafios ao planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa científica, projeto e relatório. 2.ed. São Pulo: Atlas, 1986.

LAMAS. J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande**: articulações espaço-temporais. 2000. 430 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127532>. Acesso em 22.fev.22.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Nota de Aula: Territorialização.. Universidade Católica Dom Bosco, 25 de maio de 2018.

LÉFÈBVRE, Henri. **Espacio y política:** El derecho a ciudad, III. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LÉFÈBVRE, Henri. **La production de l´espace. Paris:** Anthopos, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** 3ª reimpressão. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto alegre: Bookman, 2012.

LYNCH, Julia. F. **Aligning Sampling Strategies with Analytic Goals**, in L. Mosley (org.), Interview Research in Political Science, Ithaca, Cornell Univ. Press, 2013.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: Foco na decisão. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2011.

MARCHAND, P., & RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: Les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11ème Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**, Belgique: Liège, 2012. p. 687-699. Disponível em: < http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Marchand,%20Pascal%20et%20al.%20-%20L%27analyse%20de%20similitude%20appliquee%20aux%20corpus%20textuels.pdf>. Acesso em: 09.abr.2022.

MEDEIROS, Valério. **UrbisBrasiliae:** o labirinto das cidades brasileiras. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** 2002. 269 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2002.

MÔNACO, Carlos Miguel. A ferrovia. In: **Campo Grande - 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e a produção do espaço social contemporâneo**. In: REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M. M. S.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). Brasil: estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: FAU-USP, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Repensando a Geografia**. In: SANTOS, Milton (org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOSLEY, Layna. (2013), Interview Research in Political Science. Cornell Univ. Press: Ithaca.
MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na História:** suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MURPHY, Raymond E. **The central Business District.** London: Longman, 1971.

NOGUEIRA, Fabio da Silva. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. Diretoria de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação. Campo Grande,MS: 2022.

OLIVEIRA, Lucimara, Albieri. **Centros Urbanos e espaços livres públicos**: produção e apropriação em Palmas-TO. 2016. 340 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós Gradução em Arquitetura e Urbanimo, 2016. Disponivel em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19122016-174111/publico/lucimaraalbierirev.pdf>. Acesso em: 18.jun.2022.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. (2a ed.). Newbury Park: Sage, 2002.

PEREIRA, J.C.R., **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3ª Ed., São Paulo: Edusp, 2004.

PESSOA, Renata Parente Paula. Em busca de uma definição de Policentrismo Urbano para as metrópoles brasileiras (Artigo). **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.297-318, jan./jun. 2011

PINTAUDI, Silvana Maria. **O shopping centers no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização.** In: PINTAUDI, Silvana Maria e FRÚGOLI Jr., Heitor (orgs): Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. Perfil Socio Econômico de Campo Grande/MS. Campo Grande: Planurb, 2021. Disponível em: http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/. Acesso em 23. nov.2021.

PROUDFOOT, Malcolm J. City Retail Structure. **Rev Economic Geography**, v.13, c. 2, 1937.

RAFESTTIN, Claude.**Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REIS, L. C. T. dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, na Grande Vitória – ES. 2007. 287f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RICHARDSON, R.J., **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertação e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares.** São Paulo:Boitempo, 2015.

RONCAYOLO, Marcel. **La Ville et ses territoires**. Paris: Galimard, 1990.

ROSSI, Marco. **Noroeste:** Ferrovia do MS. Ponta Porã: Horizonte Verde, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: EDUSP, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileir**a. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SASSEN, Sassen. **As diferentes especializações das cidades globais.**Urban Age, 2008.

SEMADUR, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Campo Grande, MS, 2022. Disponivel em: <https://www.google.com/search?rlz=1C1ISCS_pt-PTBR1000BR1000&sxsrf=ALiCzsZVP1NV6wC8S6QuHDFQRCn4Bk8m8Q:1656281973148&q=semadur&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwiDzKCVk8z4AhXZs5UCHWleB5MQBSgAegQIARA4&biw=1366&bih=600&dpr=1>. Acesso em 22.jun.2022.

SILVA, christian Luiz da; RUTHES, Sidarta. O uso de estudos prospectivos na análise de políticas públicas: uma análise bibliométrica. *In*: XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia, 2025, Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: Altec, 2015. p. 1-19 2015.Disponível em: <https://1329b32d-d81b-4d99-a8ac-335ec7ac6109.filesusr.com/ugd/87b4fe_c6b8e9104b2d4fa6a950d122b46d0ba4.pdf>. Acesso em 21.jun.2022

SILVA, W. R. Cidade e Indústria. Interações Espaciais no Médio Vale do Paraíba – Cenário em Transição. **Espaço Aberto**. v. 7, n. 2, 2017.

SPOSITO. M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p.1-18. 1991.

SPOSITO.M.E.B. O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida as cidades**. 5.ed., 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **Multi(poli)centralidade urbana**. In: Uma Geografia em Movimento. 1ª ed.

São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Segregação Sócio Espacial e centralidade urbana**. IN VASCONCELOS , P de A. CÔRREA , R. L & PINTAULDI , S. M. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo. Contexto, 2013. P. 61-94.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea:** Separação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, M.M. F.; ZOUAIN D.M.. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILHAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

YONAMINE, Sérgio Seiko. **Cidades são cenários de encontros.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

ANEXO

Roteiro de entrevista

Abertura

Título da pesquisa: A descentralização do comércio terciário em Campo Grande MS.

Contextualização: O tema está centrado no estudo da descentralização do comércio, tendo em vista a sua forte relação com as cidades. Diversos pesquisadores ao longo dos anos se propuseram a analisar este conceito, considerando sua complexidade diante da pluralidade de abordagens e estudos correlatos. Neste sentido, define-se como questão norteadora, Campo Grande, as modificações na estrutura urbana da cidade, ao longo de seu processo histórico e fenômeno da descentralização do comercio.

Um dos elementos que justificam o estudo proposto é a chamada descentralização do comércio que é desencadeada por vários fatores, tais como: crescimento demográfico, extensão da cidade e aumento das distancias, que corrobora para novos comércios fora do centro tradicional, sejam economicamente viáveis. Observa-se também uma concentração nos centros tradicionais, como trânsito e poluição, falta e alto custos com os terrenos, entre outros fatores, que contribuem para novas áreas comerciais na cidade. Nesse contexto, o comércio do centro desloca para outros locais e começam uma aglomeração de empresas nas ruas dos bairros, que deixam de ter características residências e passam a ser denominadas como ruas comerciais, corredores comerciais ou ainda novas centralidades. A descentralização é social e econômica, visto que o comércio é considerado aspecto fundamental para o desenvolvimento das cidades.

Pesquisadora: Me. Elaine Cristina Paganotti Rezende
Orientadora: Drª Maria Augusta de Castilho
Entrevistado: Drº Fábio Nogueira da Silva
Instituição que representa: Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB)
Cargo: Diretor de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação
Local: Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB)/Diretoria de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação
Data: 26/05/2022
Horário início: 14h30
Objetivo da entrevista: Obter informações sobre o processo de descentralização da cidade de Campo Grande, junto ao órgão competente: Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB).
Tipo de entrevista: Semiestruturada

Apresentação das questões

1. Quando foi realizado a última atualização do Plano Diretor de Campo Grande?
2. Pode me afirmar quais os atores internos e externos que participaram da última atualização do Plano Diretor de Campo Grande?
3. Quais foram as principais questões que nortearam a última atualização do Plano Diretor de Campo Grande no que se refere a centralidades e descentralização na estrutura urbana da cidade?
4. Como o senhor avalia o processo de centralização e descentralização da cidade de Campo Grande ao longo do seu processo histórico?
5. Quais foram os principais fatores que contribuíram para centralização e descentralização da cidade?
6. Quais os principais desafios deste processo para Campo Grande?
7. Quais tendências futuras no que tange aos processos espaciais da cidade: centralidades e descentralização?
8. Como o senhor avalia as funções do centro tradicional e/ou histórico da cidade e as novas centralidades?
9. Como o senhor analisa as centralidades como: shopping centers, hipermercados, condomínios, entre outras, na estrutura urbana da cidade?
10. Como o senhor avalia atualmente a cidade e seus processos espaciais?

Encerramento

Horário de término: 15h37min

Resultados: Impera mencionar que após a realização da entrevista será realizado a transcrição literal da gravação, sendo que posteriormente os dados serão organizados e categorizados. No que refere-se a análise, será por meio das etapas: 1-reconhecer e delimitar o objetivo do estudo proposto nos dados transcritos; 2-avaliar os padrões encontrados e possíveis comparações para identificar a predominância de ideias e 3- analisar os dados encontrados, ponderando o objetivo da pesquisa, no sentido de construir relações e interpretações entre objetivo proposto, material descrito e aporte teórico. (GREENBAUN, 2000; PEREIRA, 2004; RICHARDSON, 2007). Cabe destacar que os resultados serão apresentados na Tese de Doutorado, da pesquisadora Me. Elaine Cristina Paganott Rezende, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local/Mestrado e Doutorado da UCDB, sob a orientação da professora Drª Maria Augusta de Castilho, intitulada: A descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS.

Agradecimentos: A pesquisadora Me. Elaine Cristina Paganotti Rezende e sua orientadora Drª Maria Augusta de Castilho, agradecem a valiosa colaboração técnica e científica do Professor Drº Fábio Nogueira da Silva, Diretor de Geoprocessamento, Pesquisa e Informação, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), para a Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local/Mestrado e Doutorado da UCDB, denominada" A descentralização do comércio terciário em Campo Grande/MS.